

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS -UFAM
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – IFCHS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA (PPGSCA)**

Josiani Nascimento da Silva

**RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO RIO NEGRO (AM): UMA
REFLEXÃO SOB O VIÉS DA TEORIA ELIASIANA**

**MANAUS-AM
2018**

JOSIANI NASCIMENTO DA SILVA

**RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO RIO NEGRO (AM): UMA
REFLEXÃO SOB O VIÉS DA TEORIA ELIASIANA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, do Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Amazonas (PPGSCA/IFCHS/UFAM), como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia.

Área de concentração: Processos socioculturais na Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. Odenei de Souza Ribeiro

**MANAUS-AM
2018**

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S586r Silva, Josiani Nascimento da
Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro (AM):
Uma reflexão sob o viés da teoria eliasiana / Josiani Nascimento da
Silva. 2018
121 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Odenei de Souza Ribeiro
Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) -
Universidade Federal do Amazonas.

1. Unidades de Conservação. 2. Processo Civilizador. 3. Turismo.
4. Comunidade. 5. Figuração. I. Ribeiro, Odenei de Souza II.
Universidade Federal do Amazonas III. Título

JOSIANI NASCIMENTO DA SILVA

**RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO RIO NEGRO – AM: UMA
REFLEXÃO SOB O VIÉS DA TEORIA ELIASIANA.**

Dissertação final submetida ao corpo docente do Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Amazonas, como requisitos necessários para obtenção da nota de defesa do curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia para obtenção do título de mestrado.

Manaus, 05 de julho de 2018.

Examinada e aprovado por:

Prof. Dr. Odenei de Souza Ribeiro – Presidente da Banca
Universidade Federal do Amazonas

Prof. Dr. Gláucio Campos Gomes de Matos – Membro da Banca
Universidade Federal do Amazonas

Prof. Dr. Nilton Paulo Ponciano – Membro da Banca
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia (IFAM)

**MANAUS - AM
2018**

Dedico primeiramente a Deus, família e amigos pelo incentivo e apoio para a realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus pela vida, força e determinação, por não me deixar fraquejar frente às dificuldades. Por ser a luz do meu caminho. A ti Javé, elevo minha alma, em Ti confio, meu Deus!

É com o coração cheio de amor que agradeço aos meus pais Josué Batista da Silva e Maria Socorro Queiroz do Nascimento pelo apoio e incentivo que me deram nessa caminhada. Sempre presentes em todos os momentos da minha vida.

Aos meus irmãos Josineide, Beatriz e Marcelo pelos momentos de descontração e risos, tornando essa jornada mais leve.

Aos meus amigos Tathiana, Adriana, Antônio, Fátima, Karina, Andreza e Adenildo pelos momentos compartilhados desde o egresso ao mestrado. Sem dúvida vocês são um valioso presente em minha vida.

As minhas amigas e professoras Cristiane Barroncas e Jocilene Gomes pelos conselhos para meu crescimento intelectual.

Ao meu professor e orientador Doutor Odenei de Souza Ribeiro pela parceria, paciência e dedicação, sempre presente e acessível em todos os momentos de dúvidas intelectuais, apontando o caminho para a construção dessa pesquisa. Ao meu professor orientador, muito obrigada!

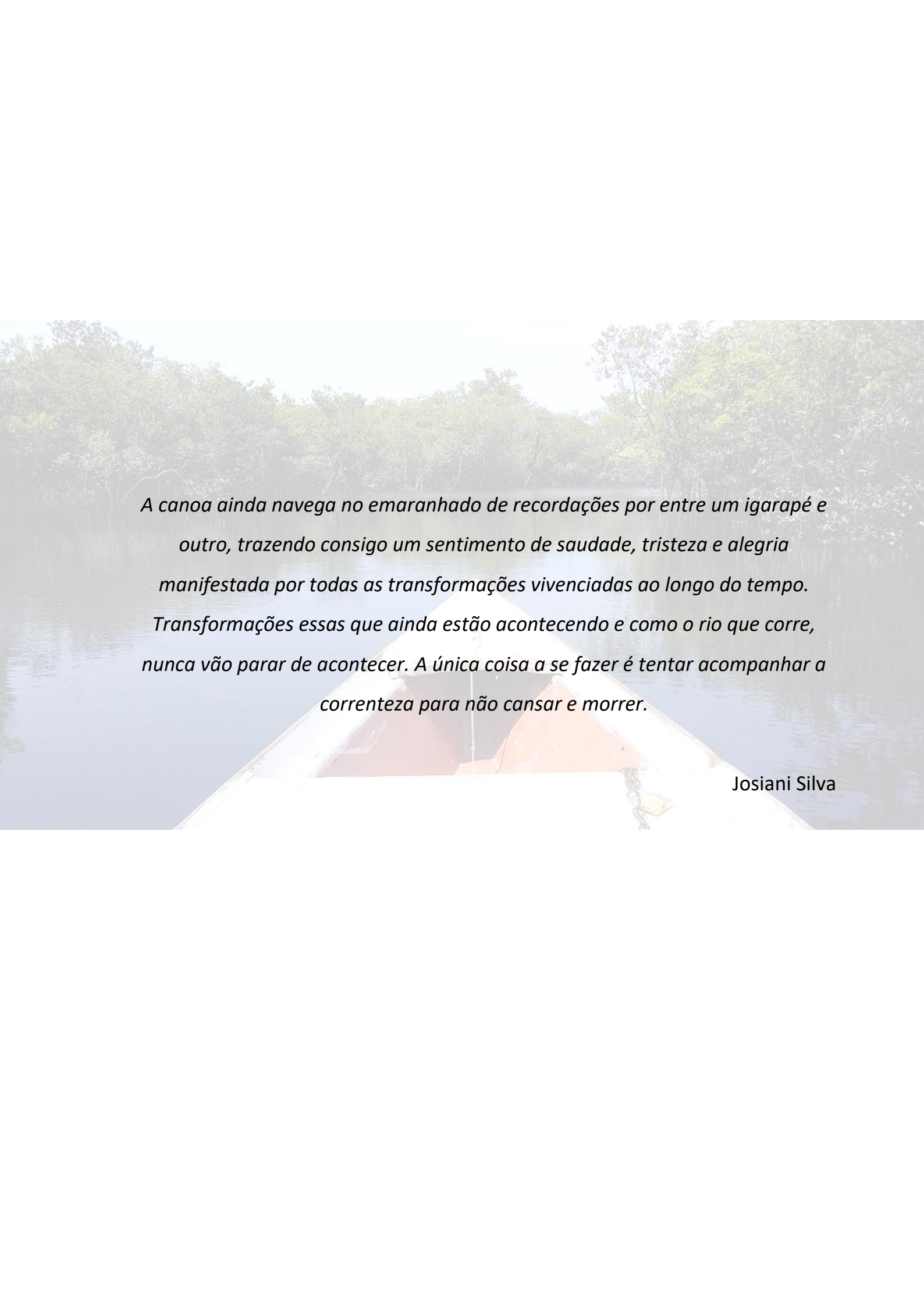
Ao professor Doutor Gláucio Campos de Matos pelo incentivo e compartilhamento de seus conhecimentos intelectuais, sempre atento e disponível a me ajudar para o entendimento da teoria de Norbert Elias.

A professora Susy Simonetti pela orientação no período de estágio em docência na UEA. Seu entusiasmo e comprometimento com o ensino dos alunos me motivaram a seguir lutando pelo ensino de qualidade e a valorizar ainda mais a profissão de professor.

A todos os professores deste programa, como também aos professores convidados para a banca de qualificação e defesa que contribuíram com o meu desenvolvimento intelectual e científico.

A comunidade Tumbira que me recebeu de portas abertas, pela parceria e confiança ao compartilharem um pouco de suas experiências de vida.

A todos, o meu agradecimento.



A canoa ainda navega no emaranhado de recordações por entre um igarapé e outro, trazendo consigo um sentimento de saudade, tristeza e alegria manifestada por todas as transformações vivenciadas ao longo do tempo. Transformações essas que ainda estão acontecendo e como o rio que corre, nunca vão parar de acontecer. A única coisa a se fazer é tentar acompanhar a correnteza para não cansar e morrer.

Josiani Silva

RESUMO

A ação humana em busca do desenvolvimento econômico vem gerando uma série de modificações no ambiente natural. Isso vem causando um desequilíbrio ambiental há nível global, o que acabou estimulando a criação das Unidades de Conservação como reflexo dos compromissos internacionais assumidos em 1972, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, em Estocolmo, que difundiu os resultados da reunião do Clube de Roma e do Relatório Meadows, denominado “Os limites do crescimento”¹. Na Amazônia não foi diferente por se tratar da maior floresta tropical do mundo e possuir uma fantástica diversidade biológica e cultural. No entanto, sabe-se que além de milhares de espécies animais e vegetais, muitas delas ainda não identificadas pela ciência, nessas áreas também vivem povos indígenas, grupos remanescentes de quilombos, comunidades de seringueiros, castanheiros, comunidades tradicionais ribeirinhas, entre outros. Neste sentido a pesquisa tem como objeto as transformações ocorridas na comunidade ribeirinha Tumbira com a criação da RDS do Rio Negro embasando-se na teoria eliasiana que tem como ponto de partida o conceito de configuração social, no qual Elias defende que a sociedade se forma a partir das relações sociais, ou seja, por indivíduos interdependentes, indivíduos diferentes. Trata-se de processos que de fato se diferenciam, mas não são indissociáveis. A pesquisa realizará inicialmente a partir de documentos bibliográficos, pois buscará aprofundamento em materiais já existentes como livros, artigos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado para conhecer melhor o objeto de estudo. Optou-se por realizar nesse trabalho de campo de caráter quali-quantitativo uma pesquisa exploratória / descritiva, com o intuito de obter informações sobre os processos socioculturais na comunidade Tumbira, ocorridos com intervenção do Estado no cotidiano dos comunitários a fim conservar o ecossistema natural.

Palavras chaves: Unidades de Conservação, Processo Civilizador, Turismo.

¹ Disponível em: JATOBÁ, Sérgio Ulisses Silva; CIDADE, Lúcia Cony Faria; VARGAS, Glória Maria. Ecologismo, ambientalismo e ecologia política: diferentes visões da sustentabilidade e do território. 2009.

ABSTRACT

Human action in search of economic development has generated a series of changes in the natural environment. This has caused a global environmental imbalance, which has stimulated the creation of Conservation Units as a reflection of the international commitments made in 1972 at the United Nations Conference on the Environment in Stockholm, which disseminated the results of the Rome and the Meadows Report, entitled "The Limits of Growth". In the Amazon was no different because it is the largest tropical forest in the world and has a fantastic biological and cultural diversity. However, it is known that in addition to thousands of animal and plant species, many of them as yet unidentified by science, indigenous peoples, remaining groups of quilombos, communities of rubber tappers, chestnut trees, traditional riverside communities, among others also live in these areas. In this sense, the research has as its object the transformations that took place in the Tumbira riverside community with the creation of the RDS of Rio Negro based on the Eliasian theory that has as its starting point the concept of social configuration, in which Elias defends that society is formed to from social relations, that is, by interdependent individuals, different individuals. These are processes that in fact differ but are not inseparable. The research will be carried out initially from bibliographic documents, as it will seek to deepen existing materials such as books, scientific articles, master's dissertations and doctoral theses to better understand the object of study. It was decided to carry out an exploratory / descriptive research in this qualitative and quantitative field, with the aim of obtaining information about the socio-cultural processes in the Tumbira community, which occurred with the intervention of the State in the daily life of the community in order to conserve the natural ecosystem.

Key words: Conservation Units, Civilization Process, Tourism.

LISTA DE FIGURA

Figura 1 - Mapa da RDS do Rio Negro	32
Figura 2 - Estaleiro Santa Helena	42
Figura 3 - Barco Santa Helena	42
Figura 4 - Tumbira em 1986	43
Figura 5 - Tumbira em 2017	43
Figura 6 - Local para afazeres domésticos	44
Figura 7 - Local para afazeres domésticos	44
Figura 8 - Casa de farinha	45
Figura 9 - Roçado	45
Figura 10 - Construção de canoa	46
Figura 11 - Criação de animais	46
Figura 12 - Igarapé do Tumbira	46
Figura 13 - Placa do plano de manejo florestal	48
Figura 14 - Casa comunitária	50
Figura 15 - Casa comunitária	50
Figura 16 - Casa comunitária	50
Figura 17 - Casa comunitária	50
Figura 18 - Placas de energia solar	51
Figura 19 - Baterias das placas solares	51
Figura 20 - Gráfico: Aquisição de eletrodomésticos e eletrônicos	51
Figura 21 - Transporte familiar	52
Figura 22 - Transporte familiar	52
Figura 23 - Posto de Saúde Dorothea Braga	53
Figura 24 - Centro comunitário José Garrido Filho	54
Figura 25 - Organização socioeconômica	55
Figura 26 - Pousada Garrido	56
Figura 27 - Casa de artesanato	57
Figura 28 - Comércio	56
Figura 29 - Comércio	56
Figura 30 - Marcenaria comunitária	66
Figura 31 - Móveis fabricados na marcenaria	66
Figura 32 - Igreja N S Perpétuo Socorro	67

Figura 33 - Igreja São José	67
Figura 34 - Procissão de N S P Socorro	67
Figura 35 - Procissão de N S P Socorro	67
Figura 36 - Campo de futebol	68
Figura 37 - Produção de farinha	68
Figura 38 - Farinha	69
Figura 39 - Escola Estadual Thomas Lovejoy	70
Figura 40 - Escola Municipal Santa Rita	70
Figura 41 - Lixeira	70
Figura 42 - Depósito de lixo	70
Figura 43 - Trabalhos escolares	71
Figura 44 - Trabalhos escolares	71
Figura 45 - Mapa das Iniciativas de Turismo de Base Comunitária – TBC	83
Figura 46 - Versão interna do folder dos roteiros elaborado pelo Fórum de TBC	84
Figura 47 - Loja de artesanatos Japiim	85
Figura 48 - Restaurante Vista do Lago	86
Figura 49 - Pousada comunitária	87
Figura 50 - Restaurante e Pousada São Thomé	89
Figura 51 - Pousada Jacaré	89
Figura 52 - Flutuante do Davi	89
Figura 53 - Flutuante Recanto do Boto	92
Figura 54 - Restaurante Encanto do Saracá	94
Figura 55 - Artesanato do grupo Formiguinhas do Saracá	95
Figura 56 - Pousada comunitária Vista Rio Negro	96
Figura 57 - Pousada Garrido	99
Figura 58 - Casa familiar	100
Figura 59 - Pousada Tumbira	100
Figura 60 - Artesanato Neide Garrido	101
Figura 61 - Artesanato Izolena Garrido	101
Figura 62 - Focagem de jacaré	102
Figura 62 - Trilha	103
Figura 64 - Passeio no igapó	103
Figura 65 - Quarto da Pousada Garrido	112
Figura 66 - Tabela de preço dos serviços da Pousada Garrido	113

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Tipos de Unidades de Conservação	26
Quadro 2 - Organização das comunidades da RDS Rio Negro	34
Quadro 3 - Histórico de atividades implementadas na RDS do Rio Negro	37
Quadro 4 - Projetos e programas desenvolvidos na RDS do Rio Negro	46
Quadro 5 - Conceitos e terminologias sobre Turismo de Base Comunitária	108

LISTA DE SIGLAS

AAGEMAM	Associação de Auxiliares e Guias de Ecoturismo de Mamirauá
ACSRN	Associação Comunitária Sustentável do Rio Negro
APA	Área de Proteção Ambiental
DEMUC	Departamento de Mudanças Climáticas e Unidades de Conservação
ESAT	Escola Superior de Artes e Turismo
FAS	Fundação Amazonas Sustentável
FVA	Fundação Vitória Amazônica
IECAM	Instituto Ecológico e Comunitário da Amazônia
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IDESAM	Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas
PAREST	Parque Estadual
IDIS	Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social
PPGSCA	Programa de Pós Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
SEMA	Secretaria de Estado de Meio Ambiente
SDS	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SUSAM	Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas
TBC	Turismo de Base Comunitária
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UICN	União Internacional para a Conservação da Natureza
UC	Unidades de Conservação
UFAM	Universidade Federal do Amazonas

Sumário

INTRODUÇÃO	16
1-UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	22
1.1 Parques e Unidades de Conservação.....	22
1.2 Unidades de Conservação no Brasil.....	23
1.3 Unidades de Conservação no Amazonas.....	27
1.4 Regras ambientais versus condutas culturais	35
1.5 Tumbira antes e depois da criação da RDS do Rio Negro	40
1.6 Olhar da comunidade através dela mesma	63
2 TURISMO – IMPOSIÇÃO OU SOLUÇÃO PÓS RESERVA?	67
2.1 Turismo na Amazônia: Uma reflexão a partir do imaginário construído	67
2.2 Experiências de Turismo na RDS do Rio Negro	72
2.3 Turismo como ressignificação do espaço / tempo na comunidade Tumbira	93
2.4 Turismo sob outra perspectiva.....	104
3 CONFIGURAÇÃO ATUAL DA COMUNIDADE TUMBIRA	107
3.1 Das práticas tradicionais a infração legal.....	108
3.2 Dificuldades e desafios do Tumbira pós reserva	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
REFERÊNCIAS	115
ANEXO I	118
ANEXO II	120

INTRODUÇÃO

O interesse por essa pesquisa surgiu em 2014, época em trabalhava na Fundação Amazonas Sustentável - FAS na qual desenvolvia um trabalho sobre turismo em contato direto com as comunidades da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Rio Negro. Durante as visitas de campo em conversas com os comunitários, o assunto sobre a criação da reserva sempre vinha à tona como um descontentamento pela maneira que Unidade de Conservação foi implementada. Entretanto, somente em 2016 com o ingresso no programa de Pós Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia- PPGSCA, é que pude colocar essa ideia de pesquisa em prática.

Durante o tempo em que convivi com as comunidades os relatos sobre a criação da reserva trazia um discurso de indignação, medo pela perda terra, angústia por não saber o que lhes esperavam. O que confirma o processo falho de criação da UC no Rio Negro. Depoimentos, onde se constata tensões entre membros das comunidades, antigos moradores da região, com a intervenção do Estado era evidenciado, principalmente pela proibição da retirada de madeira, visto que, a maioria trabalhava com a extração dessa matéria-prima. Com o passar do tempo e a inserção de instituições e Ongs na reserva, outras alternativas de trabalho foram surgindo e os comunitários se viram da necessidade de um novo processo de reorganização do território. Novas maneiras de utilização dos recursos naturais foram ensinadas por instituições parceiras do Estado. O conceito de figuração de Norbert Elias ajuda a compreender o abismo que põe o indivíduo de um lado e a sociedade de outro. Rompe com a ideia de que a sociedade pudesse existir independente de indivíduos. Tal conceito vai compreender a teia de relações de indivíduos interdependentes que ligam-se entre si (MATOS, 2015 p.98).

Perante a constatação, o desenvolvimento das atividades ligadas à natureza sofreram mudanças, que ocorreram em função das intervenções legais do Estado e seus mecanismos de controle sobre as ações daqueles que nas comunidades permaneceram. Soma-se a essa transição forçada, imperativa, a incrementação de outras interferências como o advento às novas tecnologias, a própria proximidade com a área urbana de Manaus e influências de instituições públicas e privadas.

A opção em termos Norbert Elias como referencial neste trabalho é por ele trazer na base de seus estudos de longo prazo sobre o Processo Civilizador, como as sociedades europeias, principalmente Inglaterra e França, se desenvolveram ou evoluíram socialmente no que diz respeito às regras de boas maneiras/etiquetas, de higiene, segurança, o controle das emoções. Quando esses países buscam expandir seus territórios, o conceito de civilidade já estava formado nessas sociedades. Portanto quando os colonizadores chegam da Europa aportam nas novas terras, se deparam com os indígenas, designados de incivilizados e brutos. Então, desde a colonização dos indivíduos do Novo Mundo, somos moldados com base às boas maneiras.

Portanto, não é difícil entender que a atividade de turismo exige para quem recebe e conduz o turista, ter essa qualidade de bons modos, de etiqueta, que não surgiram na base das comunidades e sim convergiram para elas. Por outro lado, a escolha desse autor como referência norteadora desse trabalho, amplia-se com os conceitos de figuração, poder, diferenciação social, *habitus* que transitam em toda sua obra.

Logo, a pesquisa tem como objeto dar atenção as transformações ocorridas na comunidade ribeirinha Tumbira com a criação da RDS do Rio Negro embasando-se na teoria eliasiana que tem como ponto de partida o conceito de configuração social, no qual Elias defende que a sociedade se forma a partir das relações sociais, ou seja, por indivíduos interdependentes e diferentes. Trata-se de processos que de fato se diferenciam, mas não são indissociáveis.

A investigação se estende ao estudo do turismo na Amazônia a partir do imaginário construído sob o contexto histórico, social, econômico, cultural, ambiental entre outros. Esses contextos são interdependentes, cada um interagindo com o outro, ora se complementando, ora se contradizendo. O processo de desenvolvimento da sociedade transcorrido em longo prazo pode nos mostrar o que anteriormente na história da Amazônia seria impossível de perceber sobre as consequências futuras na sociedade amazônica. É o que Norbert Elias (1993, p. 193) refere-se sobre o processo civilizador, argumentando que este processo constitui uma mudança na conduta e sentimentos humanos rumo a uma direção muito específica, que pessoas isoladas no passado não planejaram essa mudança, essa “civilização” deliberada. No curso do processo de integração o Amazonas não escapou.

O turismo como ressignificação do espaço/tempo na comunidade Tumbira, dado que o tempo age diferencialmente para cada grupo social, pois o tempo, segundo Norbert Elias

(1998), é uma construção simbólica, resultado do longo processo de transformações sociais da sociedade humana.

Frente às transformações sociais ocorridas ao longo do tempo na comunidade e intensificado principalmente com a posse do território pelo Estado, contribuiu para ressignificação da territorialidade diante os desafios em relação à falta de trabalho, já que a comunidade em sua maior parte era composta por madeireiros. O turismo aparece como uma alternativa de trabalho e renda para a comunidade dada nova figuração. Assim como a reformulação dos “trabalhos velhos” em “trabalhos novos” que se estabelecem em novas maneiras de utilizar os recursos da natureza.

O trabalho na comunidade Tumbira está além de uma atividade meramente econômica, representa autoimagem das famílias. Mesmo renovado o modo de utilização dos recursos naturais, por necessidade de encaixar-se aos novos modelos de trabalho impostos pela política ambientalista para a conservação do meio ambiente, em virtude de estar dentro de uma unidade de conservação, a relação homem/natureza ainda continua enraizado culturalmente.

Os novos cenários apresentam-se como realidades em movimento, e como tal necessitam ser entendidos por inteiro e em diferentes escalas. Considerados como métodos artificiais, contribuem para evidenciar diferentes relações de circularidade estabelecidas na comunidade. Expressa como uma unidade complexa e com elementos interdependentes e interativos, a paisagem pode ser discutida como o fruto da interação da sociedade humana com seu espaço de vida, natural e construído.

É relevante ressaltar que os fatores intervenientes podem contribuir e ou influenciar mudanças no modo de vida, onde o propósito principal deste objeto de estudo é verificar as transformações ocorridas na figuração da comunidade Tumbira com a criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro.

Diante ao exposto, a dissertação está dividida em três capítulos:

O primeiro aborda o surgimento das unidades conservação com o objetivo de evidenciar as novas figurações ocasionadas pelas transformações ocorridas com as populações tradicionais inseridas no contexto de UC e principalmente na comunidade Tumbira na RDS do Rio Negro – AM.

O segundo capítulo tratará sobre turismo realizado na comunidade Tumbira, fazendo-se um aporte histórico sobre a idealização dessa atividade na Amazônia, bem como

as modificações no cotidiano da comunidade advindo com essa prática de trabalho, influenciada pelos conceitos de sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável. Com isso, propomos um novo conceito de turismo em comunidades rurais sob uma nova perspectiva.

No terceiro capítulo será descrito a configuração atual da comunidade Tumbira a partir da estreita relação com o trabalho expressado de maneira cultural, mesmo depois das modificações no modo de utilização dos recursos naturais.

OBJETIVOS DA PESQUISA

Objetivo geral: Evidenciar o processo de transformação pelo qual a comunidade tradicional ribeirinha do Tumbira passou a partir da criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro.

Objetivos específicos: A) Elaborar um perfil socioeconômico da comunidade do Tumbira; B) Verificar os mecanismos de controle sobre os recursos naturais elaborados pelo Estado a partir da criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro; C) Investigar os impactos causados pela criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro sobre o *modus* de viver da comunidade Tumbira; D) Averiguar a emergência de novas atividades como o Turismo na comunidade Tumbira e qual sua relação a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de campo de abordagem quali-quantitativa, a partir de Procedimentos Etnográficos. A abordagem interpretativa percorreu os caminhos traçados por Clifford Geertz (2008). A partir da análise hermenêutica (interpretação) conseguimos uma “descrição em profundidade (descrição densa) das culturas como ‘textos’ vividos, como ‘teias de significados’ que devem ser interpretados” (Goldenberg 2004, p.23).

A pesquisa de campo utilizada com o objetivo de conseguir informações acerca de um problema procura uma resposta ou comprovação, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles através da observação dos fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente (LAKATOS, 2003).

PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS

Inicialmente a pesquisa se deu por meio de documentos bibliográficos, buscando aprofundamento em materiais já existentes como livros, artigos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado para conhecer melhor o objeto de estudo.

A partir desse contexto, acredita-se que a abordagem de pesquisa quali-quantitativa se adequou melhor para o alcance dos objetivos propostos, visto que os dados foram analisados individualmente, fazendo a interpretação das informações obtidas e a atribuição de significados básicos no processo da pesquisa.

Partindo desse pressuposto optou-se por realizar nesse trabalho uma pesquisa exploratória / descritiva, com o intuito de obter informações sobre os processos socioculturais na comunidade Tumbira na da RDS do Rio Negro que acredita-se até o presente momento ter sido pouco pesquisada. De acordo com Gonsalves (2007, p.67)

a pesquisa exploratória é aquela que se caracteriza pelo desenvolvimento e esclarecimento de idéias, com objetivo de oferecer uma visão panorâmica, uma primeira aproximação a um determinado fenômeno que é pouco explorado. Já a pesquisa descritiva objetiva escrever as características de um objeto de estudo.

A **observação** é o uso dos sentidos para adquirir conhecimento e “tem como objetivo a descrição precisa dos fenômenos” (GIL, 1987, p. 109). Como se trata de um processo e este não se mostra de imediato, optamos pela observação não estruturada no qual, segundo Veal (2011, p. 239) “o observador tenta descrever o processo de interesse e desenvolver explicações e entendimentos no processo”. Para isso, tivemos como base a pesquisa processual. As observações foram anotadas no Diário de Campo sempre iniciadas pelo registro do dia, data e hora em que ocorreu a visita.

Reforça-se ainda que esta pesquisa foi submetida e aprovada pela Plataforma Brasil de maneira a resguardar todos os direitos dos sujeitos da pesquisados.

Análise dos dados

Os dados coletados foram por intermédio das entrevistas semiestruturadas através de formulários com perguntas abertas e fechadas com os mantenedores das famílias, representados pelos pais (pai e mãe), aos quais em termos gerais se origina a família, isso

não impediu que demais integrantes da família participassem da entrevista desde que tivessem idade a partir de dezoito anos e fossem moradores da comunidade Tumbira antecedente à criação da RDS do Rio Negro e tivessem autonomia para assinar o TCLE.

As análises foram realizadas através de categorias de acordo com as perguntas utilizadas, e as perguntas que geraram dados quantitativos estão apresentadas em forma de tabelas e gráficos. Quanto aos dados qualitativos resultantes das entrevistas e observações foi realizada análise do conteúdo.

1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

1.1 Parques e Unidades de Conservação

O conceito de Unidade de Conservação, tal como compreendemos hoje, surgiu com a criação do Parque Nacional de Yellowstone, em 1872 nos Estados Unidos, num contexto de valorização da manutenção de grandes espaços naturais, entendidos como “ilhas” de grande valor cênico, onde o ser humano pudesse contemplar a natureza em busca de paz e fruição espiritual. Outros motivos que levaram à criação desse Parque foram: a preservação de atributos cênicos, a significação histórica e o potencial para atividades de lazer.

Segundo Dorst (1973), a partir da criação do Parque Nacional de Yellowstone houve uma racionalização no processo de colonização do oeste americano, quando, inclusive, ocorreu a criação de diversas outras unidades de conservação. Muitos outros Parques Nacionais norte-americanos foram criados nesse contexto, figurando-se uma importante referência ocidental e moderna para áreas protegidas.

Na Europa, que apresenta uma grande densidade demográfica, um alto grau de industrialização e uma modificação já muito antiga dos meios naturais, estas características constituíram sérios obstáculos para a criação de parques nacionais e em função disto, desenvolveu-se outro conceito de área natural protegida (DORST, 1973).

A alternativa adotada foi a criação de mecanismos jurídicos e sociais para regular o uso das terras privadas. Um modelo que ficou conhecido na França como "Parques Naturais" (DORST, 1973). Dentre esses mecanismos destacam-se: os acordos para preservar certas práticas do uso do solo, os contratos para a recuperação de atributos cênicos e biológicos e, os acordos entre proprietários e organizações civis para manter uma rede de trilhas para pedestres em áreas privadas. Tudo isso, ao olhar pelo viés eliasiano, trata de planejamento de humanos, são processos sociais, formando novas figurações.

A criação de áreas naturais protegidas tem sido uma das principais estratégias para conservação da natureza no mundo, em especial nos países em desenvolvimento. Em nosso ponto de vista, trata-se de um processo civilizacional que corresponde a um percurso de aprendizagem involuntária pelo qual a humanidade passa. O processo de civilização está relacionado à autorregulação adquirida, imperativa para a sobrevivência do ser humano (ELIAS, 2006, p. 37).

De acordo com os estudos preparados pela World Conservation Union - IUCN para o 5º congresso mundial de parques realizado na cidade de Durban na África do Sul em 2003, a área nominalmente protegida no mundo, chega a 12% da superfície terrestre. Ainda há muitos parques e reservas de papel, ou seja, com graves problemas de implantação. Além disso, a distribuição das unidades de conservação é desequilibrada em relação às concentrações de biodiversidade e há lacunas importantes a serem preenchidas. Em 60% dos países, o percentual do território protegido ainda não chegou a 10%, uma das metas estabelecidas em congressos anteriores (IUCN, 2003)².

As UC são criadas por ato do poder público (federal, estadual ou municipal) após a realização de estudos técnicos e consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade. A realização da consulta pública antes da criação da UC possibilita que a sociedade participe ativamente do processo, oferecendo subsídios para o aprimoramento da proposta. Compete ao órgão que está propondo a criação da nova UC elaborar os estudos técnicos preliminares e realizar a consulta pública e os demais procedimentos para a criação da unidade. Sem esses procedimentos aumentam os riscos de se criar parques e reservas com graves problemas de implantação, provocando sérias tensões entre poder público e indivíduos pertencentes a áreas de grande importância biológica.

1.2 Unidades de Conservação no Brasil

Seguindo o modelo americano, as iniciativas para a criação de áreas protegidas no Brasil datam de 1876, quando o Engenheiro André Rebouças propôs a criação de dois Parques Nacionais: um na Ilha do Bananal no antigo estado de Goiás e outro em Sete Quedas no estado do Paraná³. No entanto, o primeiro Parque Nacional Brasileiro só foi

² Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/diversos/aconservacaodanatureza.pdf>. Acesso em 25 de setembro de 2017.

³ Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/diversos/aconservacaodanatureza.pdf>. Acesso em 25 de setembro de 2017.

criado em 1937 com o Parque Nacional de Itatiaia, no Rio de Janeiro, e em 1939, com o Parque Nacional de Iguaçu, no Estado do Paraná⁴.

As Unidades de Conservação dado as regras estabelecidas pelo Estado podem servir não somente como instrumento de incentivo à preservação, mas também como locais de aprendizagem, civilizando as pessoas quanto a melhor maneira de utilizar os recursos naturais sem degradar o ambiente, equilibrando a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos ambientais da caça, da pesca e do reflorestamento. Comportamentos, segundo Matos (2015) civilizacional.

De acordo com a União Internacional para Conservação da Natureza (UICN), uma área natural protegida, hoje conhecida como Unidades de Conservação, é uma:

Superfície de terra ou mar consagrada à proteção e manutenção da diversidade biológica, assim como dos recursos naturais e dos recursos culturais associados e manejados por meio de meios jurídicos e outros eficazes (COSTA, 2007, p.12).

O conjunto de Unidades de Conservação do Brasil constitui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) instituído pela Lei 9.985, de 18 de julho de 2000 e tem por objetivos: contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais; proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional; promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais; promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento; proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica; proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural; proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos; recuperar ou restaurar ecossistemas degradados; proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental; valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica; favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico; proteger os recursos naturais necessários à

⁴ Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/diversos/aconservacaodanatureza.pdf>. Acesso em 25 de setembro de 2017.

subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente⁵.

A aprovação e adoção do SNUC foram passos fundamentais para que as áreas de proteção tivessem proteção real embasada em lei.

Na Lei 9.985 de 18 de julho de 2000, são apresentadas outras definições que orientam as ações de qualquer natureza relacionadas a questões ambientais no âmbito legal. Assim entende-se que Conservação da Natureza é:

O manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer às necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral (COSTA, 2007, p.23).

A citação demonstra que no curso do processo civilizador, um nível diferenciado de sensibilidade frente ao ambiente é evidenciado a partir de regras de comportamento. Um processo de civilização no qual os indivíduos estão inseridos, civilizando outras pessoas num percurso de aprendizagem involuntária pela qual passa a humanidade. Há de entender que os mecanismos impostos na criação de unidades de conservação, são civilizacionais e não culturais.

Em complemento a essa ideia, o Projeto de Lei nº 2.892, de 1992, que originou o SNUC, define Conservação *In situ*, como:

Conservação de ecossistemas e habitats naturais e a manutenção e recuperação de populações viáveis de espécies em seus meios naturais e, no caso de espécies domesticadas ou cultivadas, nos meios onde tenham desenvolvido suas propriedades características.

A constituição do Brasil, promulgada em 1988, determina, no artigo 225 do Capítulo VI – Meio Ambiente, que:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

⁵ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm. **Lei N° 9.985, de 18 de Julho de 2000**. Acesso em 10 de setembro de 2017.

Definidos os preceitos civilizadores com relação ao ambiente, pressupõe-se que o Estado deva haver mecanismos de controle eficiente capaz monitorar as normas estabelecidas a exemplo do artigo 225 da constituição do Brasil que se refere aos direitos de todos em relação ao meio ambiente, enfatizando não somente ao poder público o dever de protegê-la, mas toda a sociedade. Fortalecendo o surgimento das unidades de conservação como estratégia de conservação do patrimônio natural brasileiro sob seu domínio.

As Unidades de Conservação podem ser criadas em nível municipal, estadual e federal, por meio de decreto ou lei, mas sua extinção é feita somente por meio de lei. Podem ser vinculadas a diferentes órgãos administrativos, de acordo com sua natureza, seu objetivo e seu estatuto.

As Unidades de Conservação segundo o SNUC denominam-se em dois grupos, com características específicas: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável.

Unidades de Proteção Integral tem como objetivo, preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos recursos naturais, com exceção dos casos previstos em lei. Já as **Unidades de Uso Sustentável** tem a finalidade compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

Quadro 1 – Tipos de Unidades de Conservação.

UNIDADES DE PROTEÇÃO INTEGRAL	UNIDADES DE USO SUSTENTÁVEL
Estação Ecológica Reserva Biológica (REBIO) Parque Nacional (PARNA) Monumento Natural Refúgio da Vida Silvestre	Área de Proteção Ambiental (APA) Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) Floresta Nacional (Estadual ou Municipal) Reserva Extrativista (RESEX) Reserva de Fauna Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN)

Fonte: Adaptado do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei nº 9.985/2000).

Dentre as unidades de conservação citadas, a pesquisa foi desenvolvida em uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), localizada no baixo Rio Negro, denominada RDS do Rio Negro. Como base no quadro 1, a RDS é uma Unidade de Uso Sustentável que conta com uma área natural que abriga populações tradicionais. Sua existência baseia-se em

sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais.

No Brasil, o Amazonas é o estado que conta com a maior diversidade de espécies e maior número de áreas protegidas. A criação das UCs constitui uma estratégia de conservação da biodiversidade almejando a utilização sustentável dos recursos naturais. A seguir serão abordadas as unidades de conservação no Amazonas, o detalhamento das mesmas, seus programas e incentivos.

1.3 Unidades de Conservação no Amazonas

As Unidades de Conservação do Amazonas começaram a surgir em 1989, com a criação do Parque Estadual (PAREST) Nhamundá, no município de mesmo nome, por meio do Decreto Nº 12.175, de 06 de julho (AMAZONAS, 2013), o governo do Estado destacou cem mil quilômetros quadrados do seu patrimônio fundiário para fins de conservação do meio ambiente (AMAZONAS, 1990). Em 2011, a Lei Estadual Nº 3.602, de 9 de maio de 2011, recategorizou o Parque transformando-o em APA Guajuma, com área estimada em 29.018ha (IPE, 2015), essa mudança foi extremamente radical, vai da categoria mais restritiva, no caso o parque, para a categoria menos restritiva, a APA. A civilização, enquanto processo, conta com mecanismos de controle em as esferas de poder a exemplo da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 por meio de incentivos, isenções e penalidades:

Art. 38. A ação ou omissão das pessoas físicas ou jurídicas que importem inobservância aos preceitos desta Lei e a seus regulamentos ou resultem em dano à flora, à fauna e aos demais atributos naturais das unidades de conservação, bem como às suas instalações e às zonas de amortecimento e corredores ecológicos, sujeitam os infratores às sanções previstas em lei.

A criação de UCs de categoria de uso sustentável no Brasil surgiu a partir da luta do movimento de seringueiros na década de 1980, pela implementação de políticas governamentais voltadas à realidade das comunidades tradicionais. No Amazonas, o processo seguiu de forma semelhante e, na visão oficial, esse processo não registrou enfrentamentos conflituosos entre comunidades tradicionais, poder público e privado (AMAZONAS, 2013), no entanto, estudos de Farias Junior (2010; 2013) e Silva (2013) revelam um intenso processo de mobilização social em defesa dos direitos do uso do espaço e do respeito às territorialidades humanas existentes no Baixo Rio Negro. Matos (2015),

contextualiza o processo no âmbito das figurações ambientais impostas a com o surgimento as unidades de conservação:

Órgãos federais, estaduais, municipais organizações não governamentais, são iniciativas que vem destacando a necessidade de cautela com o ambiente ou inibindo com ações de punições. Contudo, não se pode ficar eclipsado, pois o processo tensiona com determinadas ações e os humanos criam outras estratégias para driblar preceitos preconizados. Entretanto, hoje, mais do que antes, quer seja criança, jovem ou adulto, mulher ou homem, se fala, argumenta, reflete sobre as questões ambientais (MATOS, 2015, p. 137).

O poder público no Amazonas estabeleceu a criação de áreas protegidas como medida de controle do avanço dos desmatamentos e, conseqüentemente, derivou conflitos advindos das restrições impostas em UCs de proteção integral, Little (2002) define a criação dessa categoria de área protegida de “preservacionismo territorializante” porque o controle total é centralizado na figura do Estado, evidenciando a relação de poder do Estado sobre o território, encarando como insignificante a territorialidade como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território”. Becker (2010, p.22) afirma que são muitas as incertezas quanto aos modos de transformação dos territórios são muitas e maiores ainda em relação à Amazônia, dada a sua extensão e a aceleração da dinâmica regional. Uma certeza, contudo, deve ser considerada: o esgotamento da macrorregião como escala ótima de planejamento. O planejamento, para ser bem sucedido, deve focalizar problemas bem definidos e delimitados. As novas territorialidades têm, assim, que ser reconhecidas como um componente a ser fortalecido para o desenvolvimento regional sustentável.

Diegues (2005) destaca a necessidade de criação de um novo conceito de áreas protegidas nas quais existam estratégias de negociação,

Essa negociação deve passar pela não expulsão dos moradores tradicionais e pelo respeito ao conhecimento acumulado pelos moradores tradicionais sobre os ecossistemas em que vivem e ao seu modo de vida. A ocupação do espaço deve ser feita em consulta direta com os moradores. Os chamados “planos de manejo” devem perder seu caráter autoritário baseado exclusivamente no chamado “conhecimento científico” incorporando etno-conhecimento, os mitos e visões de mundo a respeito do mundo natural que fazem parte da cultura local (DIEGUES, 2005, p. 169-170)

Diegues (2005) destaca a importância da participação dos moradores das UCs no processo de criação e gestão das mesmas, acredita-se que os planos de manejo devam

buscar compreender os modos de vida locais, reconhecer as alteridades, valorizar os conhecimentos tradicionais e a cosmografia dos povos e comunidades existentes nas áreas protegidas, tendo em vista estas serem construções humanas e não simplesmente áreas naturais.

O Amazonas se destaca no cenário nacional justamente pela existência de grande quantidade de áreas protegidas. Segundo dados da Secretária de Estado de Meio Ambiente (SEMA) o Estado do Amazonas possui 97,4% de sua cobertura florestal intacta, sendo o estado que menos desmata na região da Amazônia Brasileira. Um dos mecanismos usados para a manutenção desse percentual é a garantia de proteção dessas áreas por meio da conservação florestal. O Estado do Amazonas tem 51,8% de áreas protegidas, sendo 11,9% Unidades de Conservação Federais, 12,1% Unidades de Conservação Estaduais e 27,7% de Terras Indígenas. Todo esse trabalho tem levado o Amazonas a ser uma referência em Desenvolvimento Sustentável⁶. Atualmente, o Estado conta com 42 unidades de conservação, que são gerenciadas pela SEMA por meio do Departamento de Mudanças Climáticas e Unidades de Conservação (DEMUC) como mostra tabela 01.

Tabela 01 - Unidades de Conservação por categoria

Categoria de Uc	Nº de Uc	Área (ha)
APA	6	1.760.226,82
FLORESTA	8	2.596.347,44
RDS	16	10.081.636,30
RESEX	4	872.961,21
PAREST	7	3.460.270,83
REBIO	1	36.900,00
Total	42	18.808.342,60

Fonte: Amazonas (2012)

⁶ Informações disponíveis em: <http://www.amazonas.am.gov.br/entidade/secretaria-de-estado-do-meio-ambiente-sema/>. Acesso em setembro de 2017.

Para a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA) a parceria com diversas instituições serve como estratégia de controle para o uso adequado dos recursos naturais das UCs estaduais. O estabelecimento realizado por meio de Cooperações Técnicas, têm foco no desenvolvimento de ações voltadas a elaboração e implementação de Planos de Gestão com ênfase no manejo e monitoramento do uso dos recursos naturais de forma sustentável nas comunidades sob uma nova perspectiva de conservação ambiental.⁷

Compreendo assim um novo processo de aprendizagem para permanecer no espaço sob a vigilância do Estado. Isso demonstra mecanismos de controle, observado nitidamente a partir das regras estabelecidas pelo programa Bolsa Floresta que tem por objetivo manter a floresta em pé. Esse programa disfuncionaliza práticas tradicionais e as reformula dentro dos preceitos de desenvolvimento sustentável para incrementar renda familiar.

Instituído pelo Governo do Amazonas em 2007, o Programa é reconhecido por pagamento⁸ de serviços ambientais para as populações que vivem em comunidades e que se comprometem com a redução do desmatamento. O programa está direcionado para o desenvolvimento da cadeia produtiva dos serviços e produtos ambientais de base florestal, atuando sob quatro componentes: renda, social, associação e familiar.

A inserção das comunidades no programa implica posteriormente a uma autonomia relativa sob as ações dos comunitários no espaço da UC. Pois dado as regras impostas e mediante o não cumprimento, estão sujeitos a perderem os benefícios.

O programa bolsa floresta deixa evidentes as transformações pelas quais as comunidades passam com a criação das unidades de conservação. No entanto, não se pode afirmar que essas comunidades perderam sua identidade, ou mesmo sua cultura. Entretanto, as formas de manifestá-las já não deve ser as mesmas. As gerações que nascem nesse novo cenário poderão desencadear um novo comportamento frente ao ambiente, diferentemente daqueles apresentados por seus antecessores, implicando num percurso longo, um novo *habitus*.

As UCs, no Estado do Amazonas, se apresentam como mecanismo de ordenamento e controle do território, constitui-se na forma legítima de exercício do poder do Estado

⁷Disponível em: <http://www.sds.am.gov.br/index.php/noticias/34-destaque/403-unidades-de-conservacao-no-amazonas> Acesso em: 08 jun2012.

⁸ A bolsa floresta no valor de R\$ 50,00 mensal é pago às famílias desde 2009 perdurando até 2018. Há de refletir Se as famílias amazônicas ganhassem o valor da floresta em pé, não precisariam mais trabalhar, dado a importância da mesma para manutenção do equilíbrio ecológico do planeta.

impondo a ordem no campo do poder político (BOURDIEU, 2011) com possibilidades de luta pelo monopólio. Embora os arranjos institucionais representem uma alternativa à estrutura burocrática do Estado e sejam importantes no apoio à gestão territorial, não estão evidentes os impactos que tais parcerias podem ocasionar no âmbito econômico e social.

Programas e projetos de incentivo à preservação do meio ambiente realizado para populações tradicionais inseridas em unidades de conservação comprovam as diferentes atividades que elas encontram para sobreviver e acabam por desenvolver novas condutas frente ao ambiente, obedecendo assim aos preceitos civilizatórios, presentes nos marcos legais da legislação definidos pelo Estado, e provoca segundo Matos (2015) o diferencial social.

Dentre os tipos de UCs existentes no Amazonas temos a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro, criada em 2008 pela Lei Estadual 3.355 de 26 de dezembro, *locus* da pesquisa. No local residem 19 comunidades, distribuídas em uma área de 102.978,83 hectares. Localizada na margem direita do Rio Negro entre os municípios amazonenses de Iranduba, Novo Airão e Manacapuru aproximadamente 200 Km da capital. É a primeira área de proteção do Estado a contar com atividade de Planos de Manejo florestal madeireiro.

O acesso a RDS do Rio Negro se dá por via fluvial, Rio Negro, partindo de Novo Airão ou de Manaus e se distancia cerca de 16 km de Novo Airão e 46 km de Manaus em linha reta. O trecho Manaus-Novo Airão pode ser feito pela estrada asfaltada AM-070, trecho Manaus-Manacapuru, e pela AM-352, trecho Manacapuru-Novo Airão, denominada Estrada do Manairão.

Conforme exposto no início deste capítulo, para se criar uma unidade de conservação é necessário a realização de estudos técnicos e consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade. A realização da consulta pública antes da criação da UC possibilita que a sociedade participe ativamente do processo, oferecendo subsídios para o aprimoramento da proposta. Regra que segundo depoimentos das comunidades não aconteceu na criação do Parque, somente algumas lideranças das comunidades foram informadas sobre o processo de criação, contudo, a informação não chegou a todos, gerando muitas tensões entre comunitários e estado. A recategorização de Parque para RDS surgiu do movimento de comunitários que se viram impedidos de sustentar suas famílias utilizando os recursos naturais, já que a categoria de parque restringe muitas

coisas entre elas a permanência de seres humanos. Segundo relato de Pablo Pacheco, gestor da RDS do Rio Negro até abril de 2018:

Faltou estudo aprofundado sobre a capacidade, suporte da área e viabilidade de criação desta UC. Era pra ter sido feito um trabalho de engajamento social com as comunidades, não há como fazer gestão sem o envolvimento dos comunitários. Como a maioria das comunidades dizem não terem sido informadas sobre a criação da reserva não davam importância em participar das atividades. Como faz para reverter essa cicatriz que ficou desse processo de criação deficiente? O processo de criação da UC Rio do Negro foi falho e isso reflete até hoje na dificuldade de envolvimento participativo das comunidades (entrevista cedida em 12 de junho de 2018).

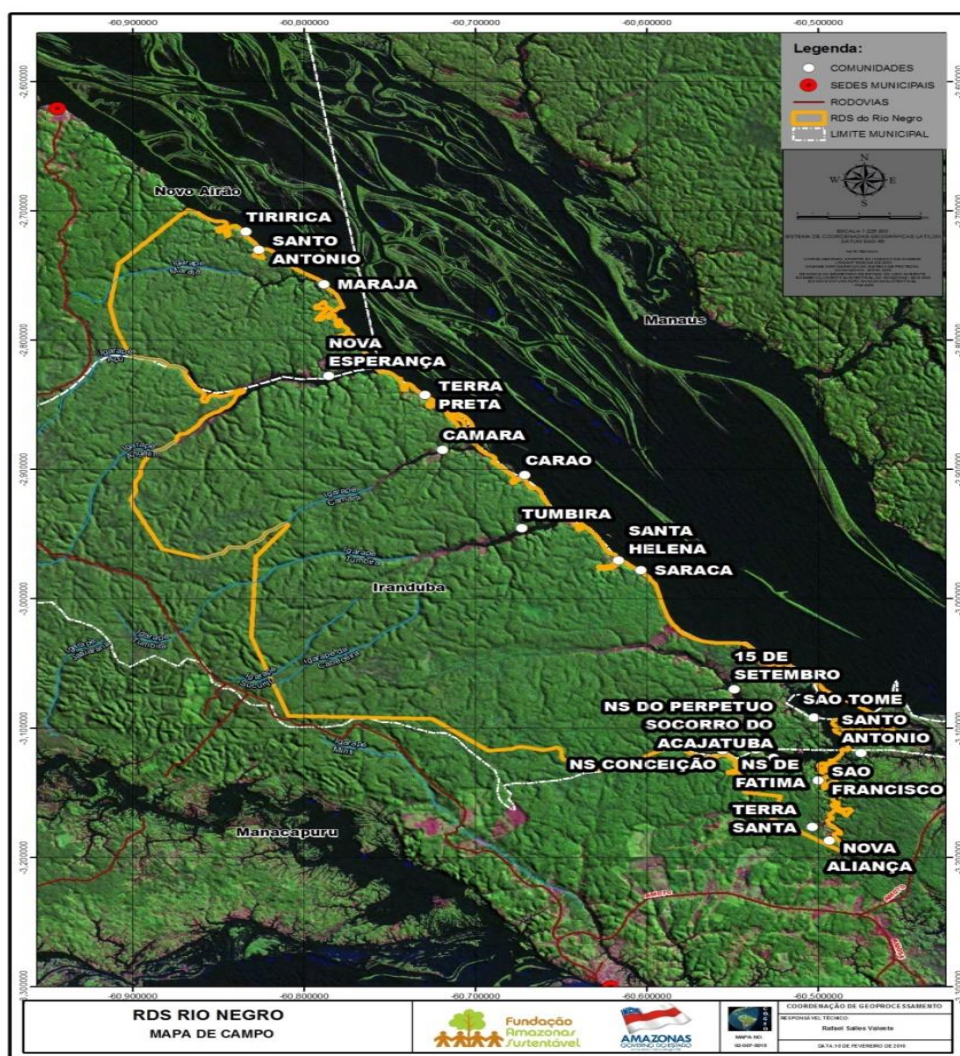
O depoimento do antigo gestor da RDS vai ao encontro dos relatos dos moradores da comunidade Tumbira durante a pesquisa de campo. Obviamente que essa percepção só pode acontecer em retrospectiva, Matos (2015) explica que o distanciamento permitiu a muitos humanos perceberem seus atos. Como não somos seres guiados pela autonomia da natureza, e sim fortemente influenciados pelas figurações e atrelados diretamente às relações de interdependência funcionais, tencionamos com os atos de alguém, sustentados por muitos outros.

O método de monitoramento e fiscalização da RDS do Rio Negro se dá em parceria entre IPAAM e SEMA. Possuem equipamentos tecnológicos como um conjunto de software para manipulação da base de dados cartográfica no modelo digital e raster, bem como, informações espaciais das terras indígenas, unidades de conservação estadual, federal, macro fundiário e imagens de satélite de média e alta resolução, onde são geradas análises temáticas a partir de um Sistema de Informações Geográficas (SIG). Entretanto, não tem recursos humanos suficientes para atender a demanda, dado que um é gestor responsável por mais de uma UC. Foram abertas trilhas dentro da reserva para levantamento de dados da biodiversidade, segundo o antigo gestor da RDS o monitoramento se dava da seguinte maneira: análise de satélite, o mesmo baixava as coordenadas dos locais com indícios de degradação e enviava para o Ipaam responsável pela fiscalização. As ações de comando e controle são orquestradas pelo Ipaam. No entanto, com a inauguração da Ponte Jornalista Phelippe Daou que liga Manaus ao município de Iranduba tornou o processo de fiscalização e monitoramento mais difícil.

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável é dividida em dois setores: Setor estrada onde está os conflitos fundiários advindos com a ocupação ilegal da terra e o setor Rio Negro onde estão as dezenove comunidades ribeirinhas beneficiárias dos programas do Estado.

Conflitos ambientais acontecem nos dois setores, contudo, o setor estrada representa maiores problemas devido a ilegalidade na ocupação da terra. Aqui Elias (2006) nos mostra a conexão entre a estrutura social e a economia dos afetos. Em uma sociedade com o poder central fraco, não há nada que force as pessoas a se conterem. As desigualdades sociais, resultado da má gestão do Estado Nacional reflete na mudança de comportamentos dos indivíduos, ditos não autorizados.

Figura 2- Mapa da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro



Fonte: Fundação Amazonas Sustentável (FAS), 2015.

A figura 1 retrata a forma da organização espacial das 19 comunidades que integram a RDS do Rio Negro, estruturada por polos distribuída conforme pode ser observado no Quadro 2:

Quadro 2 - Organização das comunidades da RDS Rio Negro.

Polo I	Polo II	Polo III
COMUNIDADES	COMUNIDADES	COMUNIDADES (Lago do Acajatuba)
Nova Esperança Marajá Santo Antonio Tiririca	Tumbira Saracá Santa Helena do Inglês Terra Preta Carão Camará	15 de Setembro Santo Antonio N. S. do Perpétuo Socorro São Fco. Bujaru N. S. de Fátima N. S. da Conceição Terra Santa Nova Aliança São Thomé

Fonte: Pesquisa de campo, (2017)

As comunidades pertencentes à UC fazem parte da Associação Comunitária Sustentável do Rio Negro (ACSRN) representada por Sebastião Brito de Mendonça morador da comunidade Saracá⁹. Cada comunidade tem sua própria associação, aonde representantes discutem e põe em pauta seus problemas e depois é levado para a ACSRN que os mesmos chamam de Associação Mãe ou Central.

De acordo com a tabela abaixo 33% do total de casas da RDS do Rio Negro não são de famílias residentes. Ainda assim, observa-se um aumento do número total de famílias residentes desde a criação da UC. No levantamento feito pela FAS em 2010 foram registradas 492 famílias e, durante o levantamento socioeconômico realizado em 2015, 622, tendo, portanto um aumento de cerca de 79% de famílias residentes¹⁰.

Tabela 02 - Relação do número de casas e famílias existentes na da RDS do Rio Negro

Município	Comunidade	Polo	Nº de casas	Nº de famílias moradoras
Novo Airão	Tiririca	I	20	13
	Santo Antônio		13	10
	Marajá		32	18

⁹ A eleição para presidente da RDS do Rio Negro acontece a cada dois anos. Os candidatos precisam ser moradores da UC, associados às associações das comunidades e da reserva. A responsabilidade de eleger o candidato é das comunidades por votação. Durante a campanha são realizadas várias reuniões em todas as comunidades da reserva para apresentação de propostas e projetos de melhoria e desenvolvimento das comunidades. A equipe eleita é formada por presidente e vice, secretário, tesoureiro e outros.

¹⁰ Informações retiradas do Plano de Gestão da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro – versão consulta pública, 2016.

	Nova Esperança		58	47
Novo Airão	Terra Preta	II	84	58
	Camará		38	34
	Carão		14	9
	Tumbira		45	32
	Santa Helena do Inglês		33	20
	Saracá		50	36
	São Tomé		48	34
	Santo Antônio do Acajatuba		38	34
	XV de Setembro		46	42
	Nossa Senhora de Fátima		67	51
	Nossa S do Perpétuo Socorro		104	73
	Nossa Senhora da Conceição		66	37
	São Francisco do Bujaru		66	24
Manacapuru	Terra Santa	III	81	32
	Nova Aliança		25	16
Total			928	622

Fonte: Plano de Gestão da RDS do Rio Negro, (2016)

O modo de organização das comunidades inseridas no contexto de Unidade de Conservação demonstra a diferenciação social no comportamento após a adaptação às novas regras estipuladas pelo Estado para a permanência no lugar onde nasceram. A reorganização do território frente às novas figurações intensificam as relações de poder na comunidade e modifica práticas tradicionais do cotidiano comunitário com base nos conceitos de sustentabilidade estipulado pela política ambiental do Estado.

A seguir será abordado sobre as regras estipuladas para as comunidades imersas no contexto de UC e como as mesmas reagem diante de *habitus* advindos de suas culturas e do modo de vida que se configurava antes da implantação da reserva. Até que ponto regras ambientais podem se sobrepor as condutas culturais de uma comunidade. Culturas comuns do cotidiano tornam-se motivos de vergonha e crime diante da legislação ambiental.

1.4 Regras ambientais versus condutas culturais

A partir da criação da RDS do Rio Negro os indivíduos que habitam essas áreas são submetidos a normas e regras de forma que o Estado tenha controle sobre suas ações em

relação à utilização recursos naturais que os cercam. Muito embora como visto anteriormente o Estado não tenha recursos suficientes para monitorar e fiscalizar as áreas delimitadas. O que permite ao comunitário, inserido em figurações ampliadas e redes invisíveis de consumidores (MATOS, 2015), desenvolver práticas não permitidas pelo plano de gestão da unidade. Com isso, muitas manifestações antes tidas como culturais, práticas comuns entre os comunitários, transformam-se em atitudes ilegais sujeitas a punições como: extração da madeira, caça de animais silvestres e etc.

Cientes das regras de convivência na RDS, dado aos mecanismos de controles instalados nas comunidades, é possível identificar algumas atitudes, antes tidas como culturais, atualmente vistas como vergonhosas. Práticas tradicionais presentes principalmente na alimentação herdadas pela cultura indígena como, por exemplo, comer animais silvestres como tracajá (quelônios), paca, cutia, queixada (tipo de porco que vive no mato) deixam as comunidades intimidadas pelo simples fato de pensarem que estão fazendo algo ilegal. A extração de madeira sem plano de manejo, quando flagrado por seus pares, geram tensões na comunidade, pois não se trata apenas de usufruir dos recursos naturais, mas infringir as regras postas. Isso nos remete a reflexão que Johan Goudsblom (2009), faz quanto ao sentimento de vergonha quando diz que as ocasiões para a vergonha são situações de interação social nas quais as pessoas olham para trás com pesar porque sentem que foram 'pegas' fazendo (ou não fazendo) algo que elas pensam que poderiam (ou não poderiam) ter feito.

Com a implementação da RDS do Rio Negro, vários programas e projetos foram criados em parceria entre Estado, instituições privadas e terceiro setor, que, diga-se de passagem, trazem em seu bojo, implicitamente e explicitamente, regras específicas de convivência com ambiente a partir de ideologias de quem é de fora. Trata-se de uma estratégia de redirecionar o comportamento dos comunitários frente ao ambiente em que vivem, assim como controlar suas ações. Isso pode identificado no quadro retirado do Plano de Gestão da RDS do Rio Negro que descreve alguns programas e projetos desde a criação da UC.

Quadro 3 - Histórico de atividades implementadas na RDS do Rio Negro

Ano	Atividades implementadas na UC			
Antes da criação da RDS	Implementação do Seguro defeso para pescadores (2006)	Fomento e financiamento agrícola (INCRA)		
2009	Implementação do Programa Bolsa Floresta (CEUC/FAS)	Implementação do Bolsa Floresta (CEUC/FAS)	Oficinas para criação do conselho (CEUC)	Assistência técnica florestal do IDAM
2010	Criação do conselho gestor (Portaria 254/2010)	Assistência Técnica do SEBRAE	Aprovação Planos de Manejo	
2011	Oficinas para implementação do Agentes Ambientais Voluntários (CEUC)	Implementação do Agentes Ambientais Voluntários (CEUC)	Aprovação Planos de Manejo	
2012	Projeto Primeira Infância Ribeirinha (FAS/SEDUC)	Projeto para capital de giro para Manejo Florestal (FAS e Camargo Correa)	Cadastro INCRA para habitação rural	
2013	Projeto Empreendedorismo Ribeirinho (FAS/SEBRAE)	Projeto coletivo Artes (FAS, Rede ASTA, Coca Cola)	Aprovação Planos de Manejo	
2014	Aprovação PMs	Atualização dos Agentes Ambientais Voluntários (CEUC)		
2015	Projeto Jovens Protagonistas (DEMUC)			

Fonte: Plano de Gestão da RDS do Rio Negro, 2016.

Tais projetos vão transformando no interior das comunidades amazônicas a diferenciação social Matos (2015). O conhecimento adquiridos através dos projetos desenvolvidos nas comunidades, vão moldando o caboclo ribeirinho para a nova configuração em está inserido. É pertinente conceber de como o processo civilizador abafou, se assim pode ser entendido, a cultura local, desencadeou comportamentos civilizatórios ao molde ocidental (MATOS, 2015, p. 42).

O Plano de Gestão da RDS do Rio Negro tem como finalidade apoiar o desenvolvimento e gestão da reserva, estabelecendo o zoneamento da UC, o qual define as

áreas e os usos permitidos em cada uma destas, além de definir manejos e normas específicas para que a UC atinja seus objetivos. Sendo assim, as ações são de responsabilidade da equipe de gestão do Departamento de Mudanças Climáticas e Unidades de Conservação - DEMUC, da Associação das Comunidades Sustentáveis da RDS do Rio Negro - ACS, do Conselho Gestor Deliberativo e dos moradores da reserva.

A construção do plano de gestão é um levantamento descritivo da realidade social, cultural, econômico e ambiental da reserva. Ele pode ser um indicador das figurações as quais os moradores da reserva se inserem: "O plano norteia os processos de gestão da UC, contendo regras e normas que devem ser construídas de maneira colaborativa. Além disso, queremos fomentar o interesse e o bem-estar dos moradores", afirma Daniela Nogueira (2016), pesquisadora associada do programa Gestão de Unidades de Conservação (PUC), que participou da atividade¹¹. Com isso podemos observar que a configuração das comunidades transformou-se a partir de todos os elementos descritos no quadro. Uma figuração específica, que segundo Elias (1982) os indivíduos podem ou não permanecer, pois tem autonomia relativa, o que implica dizer das consequências mediante sua decisão.

Fica evidente as transformações socioculturais propostas a partir dos projetos implementados nas comunidades como o "Projeto Primeira Infância Ribeirinha" citado no quadro 03. O projeto é uma iniciativa da Fundação Amazonas Sustentável (FAS), Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas (SUSAM) e Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS). Tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento dos cuidadores das crianças, fortalecendo o vínculo entre mãe e filho, além de desenvolver competências dos profissionais em primeira infância. A metodologia consiste na capacitação de agentes comunitários de saúde da RDS do Rio Negro, que munidos de modelo de visitação elaborado pelo PIR em parceria com a SUSAM e Prefeituras Municipais, realizam acompanhamento da evolução das crianças desde a gestação até os seis anos de idade¹².

As comunidades começam a fazer parte de uma configuração em que o modo de educação e a relação dos pais com as crianças são modificadas a exemplos dos modelos de educação das grandes cidades. As mães são estimuladas a desenvolver outro tipo interação

¹¹ Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/es/noticia/construcao-do-plano-de-gestao-da-rds-rio-negro-envolve-comunitarios> Acesso em: 14 de julho de 2017

¹² Fundação Amazonas Sustentável (FAS). **Relatório de Gestão 2014**. Manaus, 2015.

com as crianças, ensinadas, por exemplo, a conversar com os bebês ainda no útero, cantar, brincar com brinquedos educativos que incentive o processo ensino, aprendizagem.

Isso implica ao longo do tempo a uma nova conduta comportamental entre mães e filhos. Contribuindo para uma transformação não só das famílias, mas no perfil das comunidades de maneira mais abrangente.

Ressalta-se que o enfoque aqui não é condenar os programas ou projetos implementados na RDS do Rio Negro, mas fazer uma análise crítica sobre as consequências das atividades em uma conjuntura processual dessas figurações que estão acontecendo nessa UC. Para Norbert Elias (2009, p.24),

Os seres humanos habitaram a Terra aprendendo com a experiência e com sua habilidade de transmitir conhecimentos de uma geração para outra. Eles se adaptaram a novos ambientes com a ajuda de uma sequência de transformações sociais: isto é, transformações na forma de desenvolvimento social e sem que transformações evolutivas subsequentes rompessem a unidade biológica de sua espécie.

Os processos de aprendizagem, por vezes dolorosa, por quais as comunidades da RDS do Rio Negro estão passando são notórios. Visto que, o potencial de aprendizagem dos seres humanos cresceu para uma dimensão tal que eles, ficaram totalmente dependentes de formas de conhecimento adquirido para sua forma dominante de comunicação e para sua orientação no mundo (ELIAS, 2009).

Todos esses processos contínuos de transformação que as comunidades estão vivenciando acabam em longo prazo gerando impactos nos comportamentos dos indivíduos residentes de unidades de conservação. O que antes era permitido passou a ser restringido ou proibido. Os mecanismos de controle induziu cada vez mais, o medo dos socialmente superiores e, de forma mais geral, o medo de transgredir as proibições sociais tomou a forma de um medo interior, a vergonha. É pertinente pensar com WOUTERS (2009), na ideia de que os comandos sociais que controlam as ações gradualmente venham passar a operar sobre todos, e fiquem impressos como tais nas crianças, como um hábito.

A repressão de tais manifestações simbólicas inibe as atitudes das comunidades diante de situações antes tidas como culturais, dado que, o comportamento humano é visto como ação simbólica (GEERTZ, 2008). O aprendizado do controle das emoções desconfiguram para configurar de uma nova forma as comunidades com relação suas atitudes e pensamentos. Assim enfatiza Gebara; Wouters (2009), quando diz que:

Impulsos e emoções foram cada vez mais controlados pelo mais ou menos automático funcionamento dos contra-impulsos de uma consciência autoritária, com uma grande tendência à ordem, regularidade e limpeza(GEBARA; WOUETRS, 2009 p. 107).

A cultura está intimamente ligada ao comportamento humano, ações simbólicas cheias de sentidos expressam as especificidades de cada povo, lugar. Geertez (2008), destaca que deve atentar-se para o comportamento, e com exatidão, pois é através do fluxo do comportamento e mais precisamente, da ação social que as formas culturais encontram articulação.

Tanto Elias como Geertz, apontam em seus conceitos a importância de analisar os processos sociais baseado nas atividades dos indivíduos, só assim poder-se compreender a complexidade das relações entre os indivíduos e tudo o que os envolve, inclusive a natureza, parte do homem.

É desafiador a compreensão de regras estabelecidas como meio de salvaguardar os recursos naturais, quando em meio a esse processo estão imersas pessoas com formas de viver cheias de significados com uma espécie de afinidade umas com as outras especificamente singulares. Regras ambientais, definidas juridicamente no âmbito do Estado, versus condutas culturais, tudo indica uma lacuna que ergue de sentidos entre uma e outra. Entre as regras e as condutas há um emaranhado de relações sociais que precisam ser entendidas.

1.5 Tumbira antes e depois da criação da RDS do Rio Negro

As informações elencadas neste subtítulo são oriundas dos relatos dos comunitários, durante a pesquisa de campo. Narrações a partir das memórias dos comunitários que residem na comunidade antecedente à criação da RDS do Rio Negro.

1.5.1 Formação da comunidade Tumbira

De acordo com os relatos dos comunitários, a existência de habitantes no entorno do igarapé do Tumbira se dá desde o ano de 1930 aproximadamente. Situavam-se em sítios distantes um dos outros, viviam exclusivamente da caça, pesca e extração de madeira. Nessa época todos os recursos naturais existiam em abundância¹³.

¹³ Informações obtidas a partir dos relatos dos moradores da comunidade Tumbira em agosto de 2017.

A TPA traz em sua composição não apenas elementos químicos que enriquecem o solo e nutrem as plantas, mas vestígios da presença de humanos habitando determinados espaços e que são comuns não apenas em propriedades na área pesquisada como também em todo o Amazonas. Isso confirma que Brasil não foi descoberto, e sim encontrado (MATOS, 2015, p. 196).

Buscando em fontes que relatam o passado, procura-se dar sentido às ações do homem com a intenção de dar resposta a questões do presente. Além de oferecer conhecimento, a memória tem a capacidade de remontar o passado de formas completamente diferentes. Só em retrospectiva podemos compreender os acontecimentos da contemporaneidade.

Iniciamos descrevendo a história da comunidade a partir dos depoimentos dos comunitários sobre o modo de vida em uma época em os recursos tecnológicos presentes no cotidiano eram inimagináveis a realidade da época. Segundo relato da presidente da comunidade:

Aqui havia no máximo cinco famílias no entorno do igarapé, existia apenas cinco comércios em todo o beiradão do Rio Negro. Meu pai por ter o estaleiro de construção naval, tinha um comércio que ficava dentro de casa que supria aos funcionários e a nós mesmos. Meu pai abastecia o comércio comprando dos regatões que por aqui passavam. Vendíamos do tecido ao charque. Não havia escola, nós mesmos ensinávamos os filhos dos funcionários do estaleiro. Íamos a Manaus a cada seis meses, pois era muito difícil sair daqui. O transporte era de canoa a remo, a alimentação era a base de caça de pesca. A extração da madeira para a construção dos barcos era no machado. O rio negro vivia da venda da madeira (Pesquisa de campo, agosto de 2017).

Mesmo em um pequeno contexto de relações as redes de interdependência se manifestam, Matos (2015) destaca as redes invisíveis de consumidores no universo amazônico.

Moradores recordam saudosos de uma época em que se vivia com pouco, devido à fartura de peixes e caças. Contudo, não lamentam a inserção de novas tecnologias na comunidade, pois o acesso ao transporte motorizado facilitou o deslocamento até aos municípios de Novo Airão, Iranduba e Manaus. Com o desenvolvimento da tecnização, os motores de centro avançam no universo amazônico proporcionando o crescimento populacional e os impactos ambientais (MATOS, 2015). A pesca essencial para alimentação familiar, e importante representação sociocultural também ampliou em termos tecnológicos, dona Rosa lembra da época em que pescavam de arpão:

A gente não usava malhadeira pra pescar e nem era preciso, bastava um arpão¹⁴ pra pegar o peixe que quisesse. De noite meu pai saía pra faxear (caçar ou pescar a noite), a gente gastava muito pouco. A gente pescava em pouca quantidade, até porque não tinha como conservar, só salgando. Hoje os pescadores pescam muito mesmo, quando tá na época (Pesquisa de campo, agosto de 2017).

Ainda segundo Matos (2015) a rede invisível de interdependência alargada, o uso de tecnologias, a capacidade de armazenamento, a mobilidade das pessoas e a capacidade de consumo continuam a pressionar determinadas espécies. Todo esse avanço fez com fosse preciso criar uma Lei de Pesca, por meio do Decreto 221/67 que sugere a categoria de pescador profissional dando o direito do benefício do seguro defeso, para auxiliar no período de proibição da pesca. No entanto, há muitos moradores de todas as comunidades do Amazonas que se aproveitam da oportunidade para se cadastrarem como pescadores profissionais, sendo que o pescador de subsistência é em sua maioria no Amazonas.

A extração de madeira e a construção de embarcações foi o principal meio de subsistência da comunidade Tumbira. A localidade ficou conhecida pela construção naval, dado ao fluxo de empresários que circulavam pela comunidade para negociar e encomendar embarcações. Abaixo segue imagem do Estaleiro Santa Helena e uma das muitas embarcações construídas.

Figura 03 - Estaleiro Santa Helena



Fonte - Garrido, V.L. (1986)

Figura 4 - Barco Santa Helena



Fonte: Garrido, V. L. (1986)

¹⁴ Arpão: artefato dividido em haste de madeira resistente munido de cabo com ponta farpada e afiada que serve para fisgar peixe grande.

A partir de 1986 a comunidade Tumbira foi oficializada legalmente. Inicialmente havia uma escola municipal denominada Santa Rita construída pelo proprietário do Estaleiro, em que sua filha foi a primeira professora a lecionar e a igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, ambas existem até hoje.

Figura 4 -Tumbira em 1986



Fonte - Garrido, V.L.(1986)

Figura 5 -Tumbira em 2017



Fonte - SILVA, J.N.(2017)

Como observado nas figuras 5 e 6, a paisagem mudou, onde se localizava a igreja e escola, atualmente é onde se encontra o Núcleo de Conservação e Sustentabilidade Agnello Uchôa Bittencourt. A mudança na paisagem da comunidade reflete as transformações dos indivíduos ao longo dos anos. Tudo está em contínuo processo de transformação, o homem e natureza se modificam, tudo se renova.

Em 2 de abril de 1995 foi criada pelo Decreto nº 16.498, “Art. 5º A ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA MARGEM DIRETA DO RIO NEGRO, SETOR PUDUARI-SOLIMÕES, nesse momento as fiscalizações por meio do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA começam a se intensificar, promovendo impactos e dificuldades aos comunitários que sobreviviam exclusivamente dos recursos naturais e, principalmente da extração madeira.

De acordo com depoimentos dos comunitários a fase de transição de recategorização de APA para RDS entre 2005 e 2008, foi o período maiores tensões para todas as comunidades do Rio Negro. Segundo relato da senhora Izolena Garrido, presidente da comunidade:

Aconteceram casos de comunitários que levavam suas madeiras para vender em Manaus e quando chegavam à cidade a madeira eram apreendidas e a única maneira de voltar pra casa era assinando um atestado de pobreza. Os comunitários estavam revoltados com as medidas tomadas como punição para os madeireiros, chegando a serem presos durante dias, o medo e a angustia de serem expulsos da reserva tomavam conta das famílias. (Pesquisa de campo, agosto de 2017)

A transição da recategorização da reserva foi um marco na vida dos comunitários do Rio Negro. Sentiam-se perseguidos e pressionados por órgãos de fiscalização. O período de adaptação foi difícil por não compreenderam a situação em que estavam envolvidos.

1.5.2 Adaptação à nova realidade

Com a recategorização para Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro a partir de 2008, aconteceram oficinas divididas em três etapas até a aprovação em assembleia geral. No entanto, ainda assim esse processo não foi em comum acordo de todos, segundo a presidente da comunidade. Mas era a única alternativa para que os moradores pudessem extrair os recursos naturais para sua subsistência desde que acatassem a lei.

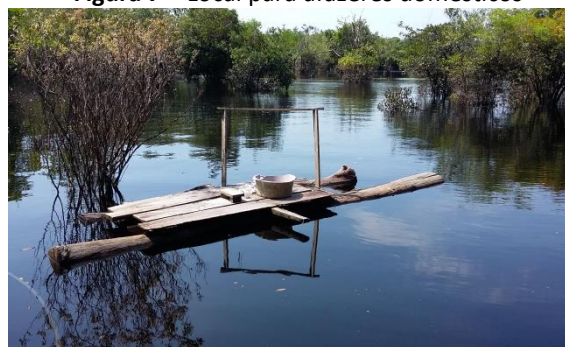
A adaptação às regras estipuladas pelo Estado foi dolorosa, a extração ilegal dos recursos naturais continuou e continua existindo, mesmo que com menor frequência do antes, segundo relatos de alguns moradores da comunidade Tumbira. O modo de vida sofreu uma transformação rápida, tiveram que se adequar as normas e regras e buscar novas alternativas de renda como é o caso do turismo, que será abordado mais profundamente no capítulo dois. Muitas práticas realizadas antes diminuíram ou não existem mais. O discurso de alguns pais em relação ao meio ambiente transformou-se significativamente, há pais que se orgulham por seus filhos nunca terem derrubado nenhuma árvore. Os que vivem mais distantes da comunidade em sítios, ainda preservam alguns costumes como lavar roupa a beira do igarapé, tomar banho de cuia no rio entre outros costumes já não praticado pelos demais comunitários que vivem no centro da comunidade.

Figura 6 – Local para afazeres domésticos



Fonte – Silva, J.N. (2017)

Figura 7 – Local para afazeres domésticos



Fonte – Silva, J.N. (2017)

Em meio às novas configurações socioculturais emanadas por uma globalização em busca do desenvolvimento sustentável puramente econômico, percebe-se a resistência por alguns atores sociais na preservação de *habitus*, talvez economicamente inviável mais que há milênios conservam ambientes naturais. Nesse contexto Ribeiro (2015), faz uma análise quanto ao preço pago pelas populações tradicionais em prol da modernidade.

A modernidade como um rio caudaloso inunda e arruína paisagens naturais e socioculturais, devasta civilizações com a pólvora e o canhão, a espada e a cruz, erguendo o esquecimento dos vencidos a ordem social competitiva e o desejo insaciável do desenvolvimento. As formas de ordenamento espacial das raças, tribos e povos das regiões mais longínquas do globo vão lentamente se diluindo em face das modernas formas de apropriação e classificação do espaço (RIBEIRO, p. 21,2015).

As plantações de roças ainda é um costume de muitas famílias, pois a base da alimentação é a farinha e o peixe. No entanto, essa prática estende-se apenas aos mais velhos, os jovens não se interessam pelo cultivo de roçado e fabricação de farinha.

Figura 8 - Casa de farinha



Fonte - SILVA, J.N. (2017)

Figura 9 - Roçado



Fonte - SILVA, J.N. (2017)

Embora muitas manifestações tenham adormecido por conta do avanço e desenvolvimento tecnológicos, trazidos pelos programas e projetos desenvolvidos por várias instituições, ainda é possível observar a disponibilidade em conservar um modo de vida sem interesse de algum fomento para fazê-las. É o caso da construção de canoas construída dentro dos padrões estabelecidos pelas regras ambientais e a criação de pequenos animais para subsistência.

Figura 10 – Construção de canoa

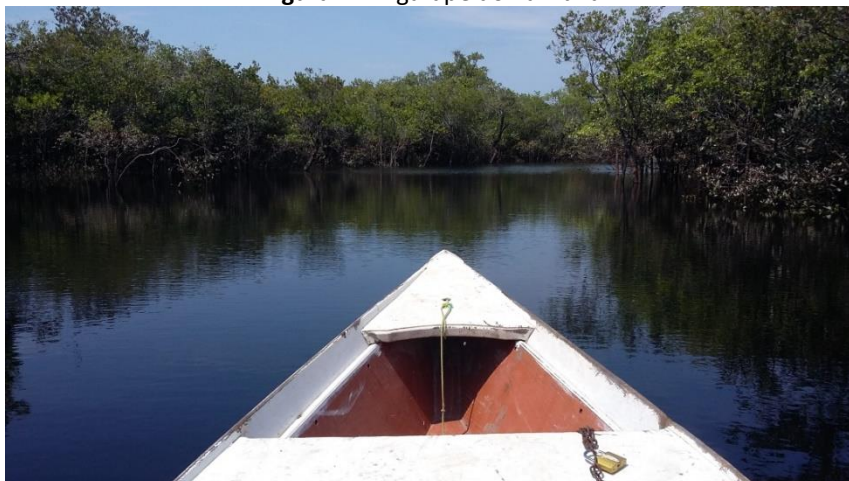
Fonte – Silva, J.N. (2017)

Figura 11 – Criação de animais

Fonte – Silva, J.N. (2017)

Em meio às muitas modificações no cenário social, cultural, econômico da comunidade Tumbira, há os que optem por um estilo de vida de antigamente. Que acordam cedo ouvindo as notícias do rádio, observando se vai ter algum recado para alguém da comunidade, sair para alimentar os animais e ir para o roçado. Há os que preferem a calma de uma noite estrelada jogando dominó do que o barulho dos vizinhos assistindo futebol e ouvindo música, ou mesmo os que preferem conversar do que ficar tirando self no celular. Essas pessoas não estão paradas no tempo, apenas não se converteram totalmente ao mundo em que a tecnologia é o ser supremo da humanidade.

A canoa ainda navega no emaranhado de recordações por entre um igarapé e outro, trazendo consigo um sentimento de saudade, tristeza e alegria manifestada por todas as transformações vivenciadas ao longo do tempo. Transformações essas que ainda estão acontecendo e como o rio que corre, nunca vão parar de acontecer. A única coisa a se fazer é tentar acompanhar a correnteza para não cansar e morrer.

Figura 12 – Igarapé do Tumbira

Fonte: Silva, J.N. (2017)

No subtítulo a seguir será apresentada a inserção de novas políticas públicas na comunidade Tumbira dando início a construção da nova configuração da comunidade.

1.5.3 Surgimento de novas Políticas Públicas

Após a mudança de APA para RDS várias instituições como o INCRA, IDAM, FAS apresentavam propostas de amparo como forma de compensar as restrições feitas pela legislação ambiental Estado. O quadro abaixo demonstra a diversidade de programas e projetos que vem sendo executados desde 2004.

Quadro 4 - Projetos e programas desenvolvidos na RDS do Rio Negro

Instituição	Projeto/ Programa	Ano de início	Situação atual
DEMUC	Jovens Protagonistas	2015	
	Agentes Ambientais Voluntários	2011	
Fundação Amazonas Sustentável – FAS	Bolsa Floresta	Bolsa familiar Bolsa renda Bolsa social Bolsa associação	2009
FAS – Rede ASTA – Coca Cola	Coletivo Artes	2013	
FAS - SEBRAE	Empreendedorismo ribeirinho	2013	
FAS e SEDUC	Primeira Infância Ribeirinha	2012	
Consulado da mulher, ACS e FAS	Doação de materiais para empreendedores	2012-2013	
Camargo Corrêa / FAS	Capital de giro para manejo florestal	2012	
IDAM	Assistência técnica	2009	
Colônias de pescadores	Seguro defeso para associados Financiamento e assistência técnica	2005-2006 2008	
Raio de esperança - Ig. adventista	Assistência social	2000	
Igreja Presbiteriana	Assistência Social	Cerca de 20 anos	
INCRA	Habitação rural	2012	
	Fomento e financiamento em equipamento agrícola	2008	
SEBRAE	Assistência técnica	2010	
Câmara de vereadores e prefeitura de Iranduba	Assistência social	2005	
Governo Federal	Bolsa Família	2004	
Amazonastur	Centro de Apoio ao Turista (CAT) e pousada	2012	

Fonte: Quadro adaptado do plano de Gestão da RDS do Rio Negro, (2016).

Em andamento	Parada	Parada e sendo retomado recentemente
--------------	--------	--------------------------------------

Legenda

Todas as iniciativas descritas no quadro acima não são sinônimos de resultados positivos. Muitos projetos geraram expectativas além da realidade, tudo era muito novo, a comunidade não estava preparada para uma avalanche de informações. É um início de um trabalho lento de mudanças tanto para os comunitários em suas inexperiências como para as instituições que precisaria entender o tempo e o modo de trabalho da comunidade.

Um exemplo da dificuldade de execução de projeto é justamente no que a comunidade Tumbira mais precisaria, que é o Plano de Manejo Florestal, já que a renda principal dos moradores dessa comunidade vinha extração da madeira. No entanto, os moradores e principalmente os homens se depararam com a dificuldade da burocracia de um plano de manejo, muitos mal sabiam ler quanto mais entender todos os termos técnicos para se obter uma autorização. É claro que nesse processo houve técnicos de instituições como FAS e IDAM para assessora-los, mas ainda assim não seria e não é nada simples, conta a presidente da comunidade Tumbira. Com a dificuldade de se obter a licença para a extração da madeira, muitos comunitários continuaram a extrair ilegalmente. Outro fator complicador nesse processo é o preço da madeira legalizada que tem o custo muito mais alto que a madeira ilegal, e acaba dificultando na comercialização.

Figura 13 - Placa do plano de manejo florestal



Fonte: SILVA, J.N. (2017)

Atualmente a comunidade Tumbira é uma das comunidades da RDS do Rio Negro que tem o plano de manejo florestal, como se pode observar na figura 14. Há algumas regras quanto a exploração da madeira, se o recurso for retirado para subsistência, no caso a madeira para construção da casa própria não há necessidade de licença.

Como observado no quadro 3 uma das instituições com maior números de projetos implementados na comunidade é a Fundação Amazonas Sustentável – FAS, a mesma vem atuando na RDS do Rio Negro desde a recategorização da Unidade de Conservação. Com a

implementação do Programa Bolsa Floresta - PBF, a instituição financiou vários projetos como, por exemplo, o plano de manejo florestal, turismo, educação, saúde entre outros. Segundo relato da presidente da comunidade o PBF gerou muita expectativa nas pessoas que estavam desesperadas por alguma solução com relação a subsistência na comunidade, pois a maneira como os recursos foram investidos inicialmente não deu certo, devido ao investimento vir primeiro que as capacitações. As comunidades escolhiam investimentos de forma aleatória sem planejamento e habilidade com o negócio. Como não conseguiam desenvolver os projetos ficavam frustradas, com elas mesmas e com a instituição. Além disso, criou-se um comodismo na comunidade, afirma a presidente do Tumbira, que ouvia muitos dizerem “a FAS vai vir fazer...”

As falhas no processo de implementação dos projetos trouxe muito aprendizado, hoje é verificado o potencial de cada comunidade e a disponibilidade e interesse dos comunitários antes de financiar os projetos, afirma a presidente da comunidade.

Foram investidos na comunidade Tumbira recursos para a construção da casa de farinha comunitária, casa de artesanato, caixa d’água, placas de iluminação solar, posto de saúde, escola, além de investimentos em capacitações em gastronomia, atendimento ao cliente, manipulação e higienização de alimentos, trilhas, corte e costura em parceria com Cetam, Senac, Sebrae, Restaurante Banzeiro.

1.5.4 Perfil social

As moradias na comunidade Tumbira são predominantemente na construção de madeira, com telhado de alumínio, embora algumas famílias optem pelo piso em alvenaria com cerâmica. O modelo atual de construção das casas está se modificando, percebe-se na comunidade novos estilos, como varandas de frente para o rio, janelas de vidro. As figuras 15 e 16 apresentam algumas dessas mudanças.

Figura 14 - Casa comunitária

Fonte: SILVA, J.N. (2017)

Figura 15 - Casa comunitária

Fonte: SILVA, J.N. (2017)

Figura 16 - Casa comunitária

Fonte: SILVA, J.N. (2017)

Figura 17 - Casa comunitária

Fonte: SILVA, J.N. (2017)

Quase todas as casas possuem banheiro dentro, com fossa séptica, somente as casas distantes do centro da comunidade como é o caso de algumas residências nos sítios ao redor do igarapé que possui banheiro fora, tomam banho e bebem água do rio.

A comunidade possui um sistema de energia solar que foi implantado um pouco antes da chegada do programa luz para todos. Trata-se de um dos investimentos do programa Bolsa Floresta gerenciado pela FAS em parceria com Schneider Eletric. O sistema foi instalado a fim de minimizar alguns problemas devido a falta de luz, principalmente na escola, já que o ensino fundamental e médio só é possível por mediação tecnológica. Atualmente o sistema beneficia apenas a escola estadual e a pousada garrido, em situações de falta de energia.

Figura 18 - Placas de energia solar



Fonte: SILVA, J.N. (2017)

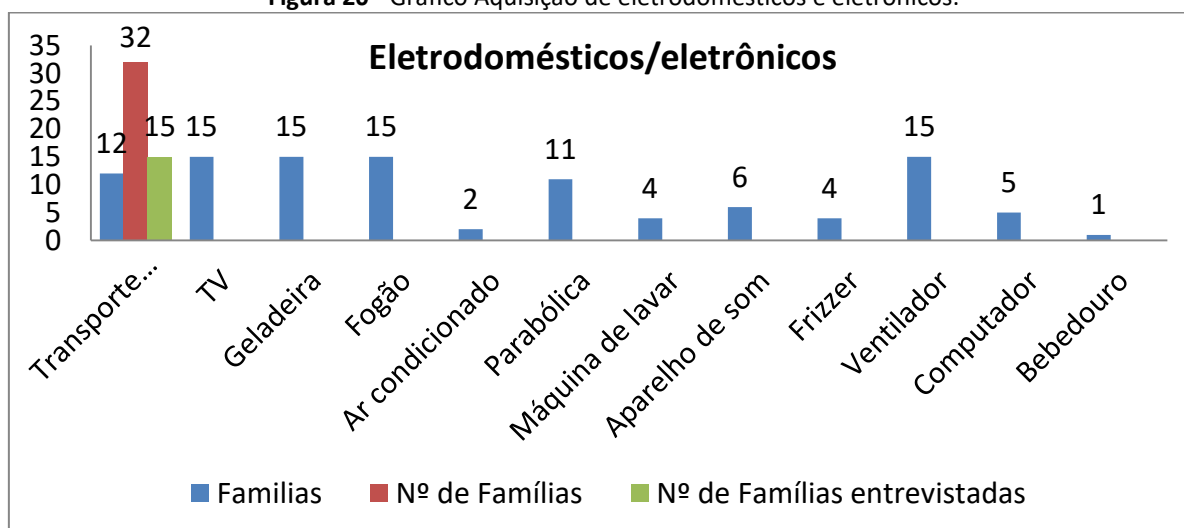
Figura 19 - Baterias das placas solares



Fonte: SILVA, J.N. (2017)

Com a chegada do programa luz para todos do governo federal em 2013, as famílias passaram a possuir mais eletrodoméstico como o ar condicionado visto em algumas residências da comunidade. A máquina de lavar é outro objeto usado por algumas famílias, e assim vai se transformando o cenário da comunidade a partir do acesso e uso de novas tecnologias. Talvez de todos os benefícios recebidos até hoje, a luz era a mais esperada. A chegada da luz está impregnada no discurso de todos os comunitários em suas falas durante a pesquisa. Quando se fala em impactos positivos, a luz é logo lembrada pelos moradores quando dizem: “agora temos água geladinha para bebermos e podemos guardar nossos alimentos sem que estrague”. O gráfico 21 demonstra a aquisição de bens como eletrodomésticos e eletrônicos.

Figura 20 - Gráfico Aquisição de eletrodomésticos e eletrônicos.



Fonte: Pesquisa de campo, (2017)

Das trinta e duas famílias da comunidade Tumbira, quinze participaram da entrevista. Observa-se no gráfico que a geladeira e a TV são objetos adquiridos por todos. Já há a

presença de objetos como o bebedouro, máquina de lavar, computador e ar condicionado, antes inimaginável na realidade em que viviam.

O transporte particular também é muito comum entre as famílias do Tumbira, afinal são essenciais para o deslocamento para os festejos, em sua maioria são barcos, canoas e botes de pequeno porte.

Figura 21 - Transporte familiar



Fonte: Silva, J.N. (2017)

Figura 22 - Transporte familiar



Fonte: Silva, J.N. (2017)

A organização e estrutura familiar da comunidade Tumbira ao longo dos anos vem se modificando assim como no Brasil e no mundo. Além do diferencial social que se destaca no ambiente familiar, dificilmente encontram-se famílias com mais de três filhos, ao contrário da formação das famílias de gerações anteriores que tinham em média doze filhos. O novo modelo de família caracterizado por pai, mãe e poucos filhos é uma realidade presente na comunidade Tumbira influenciado pela sociedade contemporânea. É o que LEONE (2010) afirma quando diz quê:

O Brasil tem observado uma diminuição sustentada da fecundidade nos estratos socioeconômicos médios e altos urbanos, além de um notável decréscimo recente da fecundidade nos estratos de menor nível socioeconômico. O nível de fecundidade do país, que em 1960 era de 5,8 filhos por mulher, reduziu-se para 2,3 filhos em 2000. Atualmente o Brasil faz parte do grupo de países de América Latina com taxa de fecundidade relativamente baixa (menos de 2,4 filhos por mulher), juntamente com Uruguai, Chile, Costa Rica, Argentina e México, além de Cuba que tem a taxa de fecundidade mais baixa da região: 1,6 filhos (Cepal, 2005). (LEONE, 2010 p.64)

Não dá para visualizar o método utilizado por Leone para chegar a confirmar a baixa fecundidade entre os casais, entretanto, na área pesquisada podemos identificar outros fatores que têm levado os casais a constituírem famílias com grande número de filhos, dentre eles, a ideologia religiosa, social e econômica de que ter muitos filhos é um problema para cria-los.

Outros elementos ajudam a entender modificações ocorrendo na estrutura familiar, a exemplo do envelhecimento, separações:

O envelhecimento da população contribuiu para modificar a composição das diversas etapas do ciclo de vida familiar (nascimento, consolidação e saída do lar) e alterar a composição e o tamanho das famílias devido à subdivisão de configurações familiares anteriores. É o caso, por exemplo, daquelas famílias constituídas por adultos de mais idade (casais ou não) cujos filhos passam a formar novas famílias, provocando, assim, aumento de famílias de menor tamanho (Arriagada, 2002). Acrescente-se a isso outros processos, como diminuição do número de casamentos e aumento de separações, que também contribuem para as mudanças na composição e para a ampliação do número de famílias. (LEONE, 2010 p.65)

Todas essas transformações que vem ocorrendo no Brasil, atinge de certa forma as comunidades amazônicas, visto que, com o novo perfil de família adquirido é preciso se adequar aos novos modelos de educação familiar. Os comunitários, influenciados pela mídia apropriam-se do modelo de educação das famílias das grandes cidades e exigem que suas escolas sigam esse padrão. No entanto, a comunidade e conseqüentemente a escola, não tem estrutura para manter essa educação ideal, dado problemas de cunho sócio-econômico. Tais problemas ficam nítidos nos relatos dos moradores do Tumbira quando em suas falas relatam que os jovens não têm o que fazer na comunidade, pois não tem trabalho, pois o nível de diferenciação social amplia e aumenta a interdependência funcional:

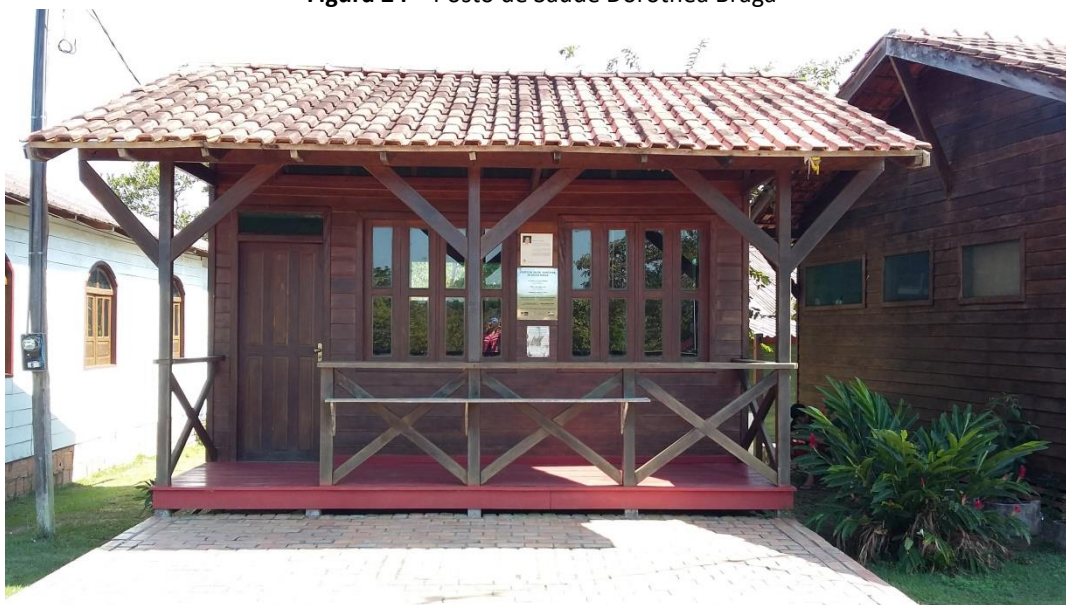
“A rede de interdependências entre os seres humanos é o que os liga. Elas formam o nexos do que é aqui é chamado configuração, ou seja, uma estrutura de pessoas mutuamente orientadas e dependentes. Uma vez que as pessoas são mais ou menos dependentes entre si, inicialmente por ação da natureza e mais tarde através da aprendizagem social, da educação, socialização e necessidades recíprocas socialmente geradas, elas existem, poderíamos nos arriscar a dizer, apenas como pluralidades, apenas como configurações.” (ELIAS, 1994, p. 249)

Elias deixa evidente que a vida é fundamentalmente orientada para outras pessoas e dependente delas, o processo de aprendizagem vai ressignificando o modo de viver da sociedade. É o que está acontecendo na comunidade Tumbira que vem incorporando ao seu modo de vida novas formas de educar os filhos, novos valores de acordo com o que é transmitido nas escolas, na igreja, na mídia etc.

Com a inserção de novos conhecimentos da contemporaneidade a presença da parteira, algo muito valorizado pelos antigos desapareceu da comunidade. Adota-se saberes ocidentais para diversos procedimentos em relação a saúde, inclusive o parto feito somente

nos hospitais nos municípios de Iranduba ou em Manaus. A comunidade dispõe de um posto de saúde que também atende as comunidades mais próximas, no entanto, os serviços são básicos feitos por uma agente de saúde do município. Geralmente a comunidade recebe apoio a saúde através ações sociais feito pela igreja presbiteriana com presença de diversos especialistas.

Figura 24 – Posto de Saúde Dorothea Braga



Fonte: Silva, J.N. (2017)

A estrutura física do posto de saúde foi construída em 2010 com recurso do programa bolsa floresta. Além do posto de saúde a comunidade conta com um centro comunitário, onde são realizadas as reuniões da associação e socialização de todos nos festejos e festas temáticas como dia das mães, dia dos pais, dia das crianças entre outros.

Figura 24 - Centro comunitário José Garrido Filho



Fonte: Silva, J.N. (2017)

A comunidade se organiza através de uma associação onde angariam recursos com a mensalidade de dois reais pagos pelos associados. As associações de cada comunidade da RDS são afiliadas a Associação das Comunidades Sustentáveis do Rio Negro - ACS ou associação mãe como é chamada por alguns.

1.5.5 Perfil sócioeconômico

As famílias da comunidade Tumbira não tem uma atividade econômica exclusiva, a renda se obtém por meio de várias cadeias produtivas, além dos benefícios sociais como bolsa floresta e bolsa família, seguro defeso. As atividades funcionam como complementação uma das outras como mostra a figura 26.

Figura 25 – Organização socioeconômica



Fonte: Pesquisa de campo, (2017)

Todas as atividades estão presentes no dia-a-dia das famílias em maior ou menor proporção dependendo da época do ano. No caso dos benefícios sociais são rendas fixas. A atividade de menor relevância da comunidade é a pesca, assim como a agricultura que é cultivada apenas para consumo próprio. No entanto, não deixa de complementar a renda, pois ajudam a economizar na compra desses alimentos.

Com a criação da reserva as famílias tiveram que buscar alternativas de renda como o artesanato e o turismo. Atualmente a comunidade conta com duas pousadas, uma casa de artesanato que armazena os produtos dos artesãos para exposição e onde acontece algumas oficinas nas quartas-feiras oferecido pela sra. Vera Garrido moradora da comunidade. A atividade turística vem despertando interesse em outras famílias em oferecer serviços de hospedagem, trilha e que timidamente estão iniciando na atividade.

Figura 26 - Pousada Garrido

Fonte: Silva, J.N. (2017)

Figura 27 - Casa de artesanato

Fonte: Silva, J.N. (2017)

Figura 28 - Comércio

Fonte: Silva, J.N. (2017)

Figura 29 - Comércio

Fonte: Silva, J.N. (2017)

Outro serviço que movimenta a economia da comunidade é fabricação de móveis produzidos na marcenaria comunitária, que faz parte de um dos investimentos do programa bolsa floresta renda. A marcenaria fica a disposição de qualquer comunitário que queira utilizá-la, basta pagar uma taxa de vinte e cinco reais para manutenção da estrutura dos equipamentos.

Figura 30 - Marcenaria comunitária

Fonte: Silva, J.N. (2017)

Figura 31 - Móveis fabricados na marcenaria

Fonte: Garrido, L. (2015)

Os detentores dos planos de manejo utilizam a marcenaria para o beneficiamento da madeira, a marcenaria também pode ser utilizada por comunidades vizinhas da RDS.

1.5.6 Perfil sociocultural

A cultura como a rede de significados simbólicos se expressa através da representatividade de cada indivíduo da comunidade, manifestadas no dialeto particular das pessoas nascidas no ambiente rural. Os risos altos e o jeito tímido ao se deparar com ambientes e pessoas de fora, mas que como crianças, quando ganham a confiança, revelam-se verdadeiros amigos. A religiosidade é notória em todas as comunidades da RDS do Rio Negro e no Tumbira não é diferente. Os festejos regados de muita simbologia por seus compadrios que não deixam de prestigiar um a festa do outro, a ajuda das mulheres na preparação das novenas, as doações recebidas como promessas que estão sendo pagas a exemplo do boi que é doado todos os anos por uma família devido uma graça alcançada por intercessão de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, padroeira da comunidade. A festa encerrada com o torneio de futebol é a atração mais esperada por todos, homens, mulheres e crianças. Difícilmente se conhecerá alguém na comunidade que não goste do esporte. Aliás, é uma das formas de lazer apreciada por todos aos finais de tarde e fins de semana.

Figura 32 - Igreja N S Perpétuo Socorro



Fonte: Silva, J.N. (2017)

Figura 33- Igreja São José



Fonte: SILVA, J.N. (2017)

A comunidade Tumbira é predominantemente católica, a razão pela construção de duas igrejas se dá pelo fato de muitos anos antes da constituição da comunidade o proprietário do estaleiro Santa Helena que morava do outro lado do igarapé do Tumbira construiu em honra ao santo São José que era operário e como seu trabalho era com a madeira fez a igreja ao qual todos os anos na data em comemoração ao santo é celebrada uma missa ou novena seguido de uma confraternização feita com todos que queiram participar, a igreja abre uma vez ao ano. Já a igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro foi construída 1986 ano de fundação da comunidade e permanece ativa até hoje, com cultos aos domingos, novenas às terças-feiras e festejo da Santa todos os anos em 27 de Junho.

Figura 34 - Procissão de N S P Socorro

Fonte: Garrido, L. (2017)

Figura 35 - Procissão de N S P Socorro

Fonte: Garrido, L. (2017)

O futebol é uma prática muito valorizada pelos comunitários, o campo de futebol representa a socialização da comunidade em seu lazer. Local escolhido para expressar diversas manifestações além do futebol, Elias (1980) toma exemplo do futebol para trabalhar o conceito de figuração:

Só podemos compreender o fluxo constante do agrupamento dos jogadores de um dos lados, se virmos que o grupo de jogadores do outro lado também está num fluxo constante. Se se pretende que os espectadores compreendam e gostem do jogo, terão que estar aptos a compreender o modo como estão relacionadas as disposições mutáveis de cada lado – para seguir a configuração fluidas de cada uma das equipes (ELIAS, 1980, p. 142).

É no momento de lazer que os indivíduos expressam espontaneamente suas emoções, a excitação da prática esportiva desvenda informações sobre vida particular dos moradores da comunidade.

Figura 36 – Campo de futebol

Fonte: Silva, J.N. (2017)

A relação com o futebol vai além do esporte, é o momento de lazer e sociabilidade entre os comunitários, local de encontro entre membros de outras comunidades. Os torneios de futebol são levados a sério envolvendo todas as famílias, a disputa e a rivalidade entre os times deixam as torcidas eufóricas.

O campo tem outras funcionalidades nas representações sociais da comunidade como festejos religiosos, desfile cívico entre outras práticas.

A comunidade diante das transformações ao longo dos anos ainda resiste na preservação de algumas práticas culturais como a produção da farinha, mesmo não sendo produzida na intensidade de antes continua a reunir a família e os amigos interagindo umas com as outras, trocando ideias, conhecimentos, fazendo com que as inter-relações sociais permaneçam presentes. Outra prática como puxirum está desaparecendo, a partir da atual configuração da comunidade a limpeza está ganhando valor econômico, ao cobrarem pela limpeza. Matos (2015) ressalta que a atividade conhecida como puxirum, ajuri e mutirão, vem perdendo sua frequência e força dentro das comunidades, e um dos motivos vem sendo a diminuição das famílias nucleares que não mais se apresentam tão extensas como antigamente, esse fato vem se dando em virtude das ações dos governos difundirem o pensamento do controle á natalidade.

Ainda conforme Matos (2015), outras ações também podem estar afetando a prática do ajuri, é a ausência das crianças e adolescentes é devido ao estabelecimento do Estatuto da Criança e Adolescente ECA, “[...] não levou em consideração o princípio da auteridade, considerando de forma generalizada o trabalho desenvolvido por crianças como sendo exploração de adultos”. Contudo, Matos (2015) considera essa que prática faz parte do *habitus* das populações Amazônicas, como sendo uma forma de perpetuar a ajuda mútua na comunidade e o aprendizado familiar.

Figura 37 – Produção de farinha



Fonte: Silva, J.N. (2017)

Figura 38 - Farinha



Fonte: Silva, J.N. (2017)

A comunidade dispõe de duas escolas, uma municipal que atende crianças do ensino infantil e a escola estadual Thomas Lovejoy que oferece o ensino fundamental e médio através da mediação tecnológica com um professor presencial em cada sala para auxiliar os alunos em casos de dúvidas. A mesma funciona na estrutura do Núcleo de Conservação e Sustentabilidade Agnello Uchôa Bittencourt gerenciado pela FAS. O ensino fundamental e médio foi possível na comunidade através de parceria entre FAS e SEDUC, em que a instituição (FAS) disponibilizaria a estrutura física e a SEDUC os professores, transporte dos alunos e demais recursos para o funcionamento. A escola também atende comunidades próximas como a comunidade do Saracá, Santa Helena do Inglês, Carão, Terra Preta e conta com uma gestora, cinco professores, duas merendeiras e serviço gerais.

Figura 39 - Escola Estadual Thomas Lovejoy



Fonte: Silva, J.N. (2017)

Figura 40 - Escola Municipal Santa Rita



Fonte: Silva, J.N. (2017)

Na escola é desenvolvido atividades complementares como horta, dança, técnicas de reutilização dos resíduos para fabricação de sabão com óleo usado. Participam de projetos como Repórteres da Floresta em parceria com Fundação Amazonas Sustentável.

A transformação do comportamento dos comunitários, principalmente das crianças e jovens em relação ao meio ambiente é notória ao dar um passeio pela comunidade. A presença de placas sensibilizando para o descarte correto do lixo é frequente, está se desenvolvendo a cultura de depósitos de lixo em frente as casas, algo que não se via há alguns atrás. Segundo a professora Vera Garrido a escola tem um papel fundamental nas novas condutas dos jovens em relação ao meio ambiente. Para a professora Izolena Garrido as crianças tem um olhar diferenciado dos pais sobre a natureza. É muito mais fácil trabalhar com elas dos que com os adultos, muitas vezes observo as mesmas chamando a atenção dos adultos quando que naturalmente jogam papel ou saco no chão.

Figura 41 – Lixeira residencial

Fonte: Silva, J.N. (2017)

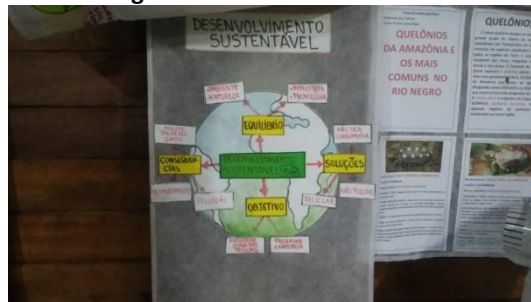
Figura 42 – Depósito de lixo

Fonte: Silva, J.N. (2017)

A abordagem sobre sustentabilidade faz parte das aulas e dos trabalhos escolares dos alunos, a preservação do meio ambiente toma conta do discurso dos jovens. Práticas de caça à quelônios estão diminuindo, pois não são hábitos da nova geração comer certos tipos de animais como o tracajá ou tartaruga.

Figura 43 - Trabalhos escolares

Fonte: Silva, J.N. (2017)

Figura 44 - Trabalhos escolares

Fonte: Silva, J.N. (2017)

Modelos configurados de uma nova estrutura da sociedade acabam desencadeando nos jovens um sentimento de angústia, pois o que é repassado são padrões para uma nova forma de vida que talvez o local onde morem não esteja preparado iniciar. Durante uma conversa descontraída com alguns jovens perguntei sobre seus anseios após a conclusão do ensino médio, todos responderam ao mesmo tempo entusiasmados também desencantados sobre o sonho de cursar uma faculdade (engenharia da computação, eletrônica, gastronomia...) e trabalhar, pois relatam ser difícil por não ter um curso superior na comunidade, os pais não terem condições de mantê-los na cidade e muito menos de pagar uma faculdade particular e pra completar não tem trabalho para eles na comunidade. Os estão sendo preparados para outra realidade que não as suas e isso gera preocupações nos pais. Durante conversa com algumas famílias os pais diziam não saber o que os filhos poderiam fazer na comunidade “os jovens não sabem e não querem trabalhar na roça e nem com madeira, a única solução pra quem pode é ir para Manaus” afirmação de um pai. Alguns

chegam a comentar que daqui a pouco todos os jovens vão embora da comunidade. Diante dos fatos relatados perguntei, qual seria o futuro da comunidade? A resposta veio de imediato, “acreditamos que futuro para nossa comunidade está no turismo e artesanato, não pode mais tirar madeira pra vender só se tiver plano de manejo e muitos não tem paciência para tanta burocracia, na roça ninguém quer trabalhar, a única solução é o turismo”.

A comunidade ficou conhecida nas redes sociais desde a construção do núcleo da FAS, gerando oportunidade de renda nos serviços de hospedagem e alimentação a partir das visitas constantes de parceiros da instituição de vários lugares do mundo. Devido ao núcleo a comunidade ganhou uma estrutura um pouco melhor em relação as outras comunidades com serviços de internet, banco expresso entre outros. No entanto, ao mesmo tempo em que o turismo criou uma nova alternativa de renda, desencadeou também certa divisão na comunidade pela disputa de poder, mas isso será aprofundado no segundo capítulo.

1.6 O olhar da comunidade através dela mesma

A palavra “comunidade” pode ser usada para descrever várias formas de organização social, esse conceito não possui o consenso em torno de uma definição entre os pensadores como Charles Wagley, Martin Buber, Raquel Wiggers, entre outros. Mesmo considerando o amplo leque de aplicações, a definição do termo tem passado, sobretudo, pela dimensão da vivência subjetiva. E perpassa principalmente sobre o viver comum, ou seja, o sentimento coletivo de nós. A comunidade “conceituada” como um sonho desejado por BAUMAN (2003) nos remete a uma comunidade onde todos nos entendemos bem, podemos confiar no que ouvimos, estamos seguros a maior parte do tempo e raramente ficamos desconcertados ou somos surpreendidos. Nunca somos estranhos entre nós. No entanto, “comunidade” é o tipo de mundo que não está, lamentavelmente, ao nosso alcance, mas no qual gostaríamos de viver e esperamos vir a possuir (BAUMAN, 2003, p. 09).

O conceito de comunidade por meio do discurso da comunidade Tumbira é ambivalente, eles têm um conceito de comunidade ideal onde a união se faz presente ao mesmo tempo em que relatam os conflitos e desunião vividos na realidade. Há uma distância do que pensam ser e viver em “comunidade” para a prática vivida.

Os sentimentos de união, generosidade, segurança estão expressos nos discursos da comunidade Tumbira ao se perguntar seu entendimento sobre “comunidade”. Contudo, ao questionar como é a comunidade Tumbira na realidade, temos uma mudança brusca no discurso, [...] “nossa... na nossa comunidade tem muita desunião, um querendo mandar mais que o outro, há uma disputa muito forte pelo poder”, afirma a entrevistada S.B.

Outros comunitários entrevistados relataram sobre o individualismo presente no dia-a-dia da comunidade. A realidade da comunidade narrada pelos comunitários vai ao encontro com as reflexões de BAUMAN (2003) quando diz que, “esse tipo de unidade comunitária se funda na divisão, na segregação e na manutenção”.

Esse individualismo vai se intensificando com o crescimento populacional da comunidade, a convivência em grupos menores é mais fácil, por isso das recordações de algumas pessoas dizendo que antes a comunidade era mais participativa e integrada. Novas formas de conhecimento são inseridas no cotidiano, advindas de diversos meios como a escola, a igreja, as ONGs, o Estado, e as redes sociais. Informações diferentes para pessoas diferentes geram opiniões diferentes, e saber lidar com tantas diferenças não é uma tarefa muito fácil.

Apesar dos conflitos e desarmonia da comunidade, todos os entrevistados demonstraram uma forte relação afetiva com o lugar, o que desperta sentimento de gratidão e amor é ligação com lugar, diferentemente da relação entre os indivíduos. Isso fica evidente no depoimento da presidente da comunidade Izolena Garrido quando diz que “eu posso ir pra qualquer canto do mundo, mas aqui é o meu lugar, aqui eu me fortaleço”. Para Matos (2015), sentimos o pertencimento ao lugar de morada quando nos afastamos fisicamente. Pois são os significados simbólicos que carregamos em nossa memória.

O geógrafo Yi Fu Tuan explica essa relação com o lugar a partir do conceito de Topofilia criado por ele, que significa o elo afetivo entre a pessoa e o meio ambiente.

A topofilia pode assumir muitas formas, variando em amplitude emocional e intensidade. Podem ser considerados exemplos topofílicos distintos a apreciação estética do meio através do turismo, o contato físico com o meio ambiente do pequeno agricultor, o patriotismo e a relação emocional da pessoa com seu lar e seus pertences. Nota-se então, que o termo topofilia associa sentimentos com o meio ambiente e, ao fazer isso, promove a ideia de lugar. Contudo, “o meio ambiente pode não ser a causa direta da topofilia, mas fornece o estímulo sensorial que, ao agir como imagem percebida, dá formas às nossas alegrias e ideias” (TUAN, 1980, p. 129).

O cantor e compositor baiano Caetano Veloso, ao ver as fotografias da “Terra” em 1969 quando se encontrava preso pela ditadura militar inspirou-se para compor a música sobre o planeta, como se este fosse uma mulher, visto que “Terra” é uma palavra feminina. A música evidencia a saudade do lugar onde nascera.

Quando eu me encontrava preso
 Na cela de uma cadeia
 Foi que vi pela primeira vez
 As tais fotografias
 Em que apareces inteira
 Porém lá não estavas nua
 E sim coberta de nuvens...

Terra! Terra!
 Por mais distante
 O errante navegante
 Quem jamais te esqueceria?...

O sentimento de pertencimento com o lugar onde se nasce, desperta emoções inexplicáveis de saudade. O cheiro do lugar não se esquece, as cores, as matas, os animais, os rios, o canto dos pássaros, as frutas como o tucumã, jatobá e o açaí. Comer peixe fresquinho salmorado ou assadinho, acompanhado da farinha amarelinha e o tucupi. São sensações guardadas no interior de cada caboclo pertencente à terra que lhe viu nascer.

A cultura regional e a experiência de vida local devem ser preservadas, pois são as raízes mais profundas de nossa identidade, no seu núcleo reside um segredo de conciliação e de equilíbrio entre os valores modernos e tradicionais (RIBEIRO, p. 25, 2015).

Como afirma o autor, há que se preservar as experiências locais, elas retratam a identidade de um povo. Só assim se conseguirá um equilíbrio frente às muitas transformações vindas com a modernidade, senão correm-se o risco de desfalecer em meio ao turbilhão de informações ditas certas para serem seguidas, imposto pelo processo civilizador.

Diferentemente de Bauman (2003) que descreve o conceito de comunidade como sonho idealizado e que dificilmente se tornará realidade, Tönnies, Schmitz (1995, p.177) entende que a comunidade ou a *Gemeinschaft* estaria relacionada a laços de sangue e de parentesco, sobre associações com a terra e laços de lugar, de amizade, de sentimentos partilhados e crenças comuns”. Para este autor, o primeiro modelo ou exemplo da comunidade seria “[...] a família, da qual surgiram formas comunais de associação que se estenderam, como a aldeia, a vizinhança, a fazenda familiar, o tipo antigo de paróquia e a

guilda mais ou menos hereditária”. Com base nesse pensamento, pode-se considerar que a comunidade representaria proximidade, unidade, intimidade, evocando mais uma vez algo bom.

No campo de pesquisa, podemos identificar que a comunidade Tumbira embora a relação afetiva (TÖONIES, SCHMITZ, 1995), seja constatada na realidade vivenciada, a harmonia é apenas um ideal imaginados, pois os núcleos familiares são permeados de tensões e conflitos, o que nos faz retomar a concepção de Bauman que comunidade é uma ilusão que nós seres humanos inventamos e que sempre esteve no futuro. Almejamos, porém nunca alcançamos.

Para ANDERSON (2008) é a forma como as comunidades são imaginadas que as diferenciam umas das outras, heterogeneidade esta que marca sua existência de forma criativa nos territórios, nos lugares, nas cidades.

Contudo, configura-se aceitável as versões contraditórias entre teoria e realidade expressada nos relatos dos comunitários da comunidade Tumbira. Dificilmente encontrará um grupo social convivendo no mesmo espaço em perfeita harmonia, somos uma sociedade de indivíduos que pensa e age diferente, logo, o conceito utópico de comunidade nunca se realizará de fato.

No capítulo seguinte será contextualizado sobre a atividade de turismo e a relação da inserção prática na comunidade Tumbira com a criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro.

2 TURISMO – IMPOSIÇÃO OU SOLUÇÃO PÓS RESERVA?

O presente capítulo apresentará uma contextualização sobre turismo e a relação com a RDS do Rio Negro na inserção da prática na comunidade Tumbira. Inicialmente faremos uma abordagem sobre o turismo na Amazônia a partir do imaginário construído, seguido das diversas dimensões sociais, culturais, ambientais. Em seguida exposto sobre a ressignificação do espaço/tempo mediante as novas figurações na comunidade estudada. As experiências de turismo na RDS do Rio Negro e por fim uma proposta de um novo conceito de turismo em comunidades rurais sob outra perspectiva.

2.1 Turismo na Amazônia: Uma reflexão a partir do imaginário construído

O turismo é um fenômeno que pode ser observado sob diversos contextos: histórico, social, econômico, cultural, ambiental entre outros. Esses contextos são interdependentes, cada um interagindo com o outro, ora se complementando, ora se contradizendo. Para se chegar a uma compreensão do turismo na Amazônia e principalmente no Amazonas é importante fazermos um recorte teórico a partir colonização e o imaginário construído sobre os povos que aqui habitavam, e toda sua biodiversidade, que contribuiu na constituição do cenário “exótico” impregnado no discurso das operadoras de turismo ao venderem o destino Amazônia. A imagem da “Amazônia intocada” relatada por escritores, assim como por viajantes que por aqui passaram e ainda povoam o imaginário popular sobre a região e que ainda na atualidade carrega o peso da herança colonial.

O processo de desenvolvimento da sociedade transcorrido em longo prazo pode nos mostrar o que anteriormente na história da Amazônia seria impossível de perceber sobre as consequências futuras na sociedade amazônica. É o que Norbert Elias (1993, p. 193) refere-se sobre o processo civilizador, argumentando que este processo constitui uma mudança na conduta e sentimentos humanos rumo a uma direção muito específica, que pessoas isoladas no passado não planejaram essa mudança, essa “civilização” deliberada. No curso do processo de integração o Amazonas não escapou.

Para Ianni,

São muitos os que percorrem a Amazônia, tanto literal como metaforicamente. Em diferentes épocas, sob perspectivas diversas e em distintas linguagens, percorrem a floresta e o rio, a realidade e o mito, em busca do desconhecido, do inextricável. Em suas narrações científicas, filosóficas e literárias, empenham-se em classificar o que é, o que teria sido e o que poderá ser essa região, uma espécie de reserva

ecológica de todo o mundo, uma invenção poética de todo o mundo (IANNI, 2001, p. XIX).

Diversos são os sentidos associados ao conceito de Amazônia – pulmão do mundo, Jardim do Éden, Paraíso pedido, Eldorado, Inferno Verde –, uma criação imaginária da representatividade da Amazônia para o mundo diante de uma interpretação recorrente sobre a região como lugar exótico e enigmático, como podemos observar em Euclides da Cunha (1905): “A Amazônia selvagem sempre teve o dom de impressionar a civilização distante”, (CUNHA, 2011, p. 25).

Gondim (1994) lembra, por exemplo, do episódio que envolve o processo de denominação do Rio Amazonas por parte dos exploradores europeus. Além de um marco histórico, esse fato revela muito do simbolismo em torno dessa floresta e do rio. Em mais detalhes, Gondim (1994) analisa as crônicas do Frei Gaspar de Carvajal, que acompanhou a viagem liderada pelo espanhol Francisco Orellana para o vale Amazônico, em meados do século XVI. A autora explica que Carvajal discorre com riqueza de detalhes quando a esquadra em que viajava travou luta feroz contra mulheres altas e brancas, que cultivavam o hábito de andarem nuas, com cabelos compridos enrolados na cabeça, denominadas de Amazonas.

Carvajal conta ainda, segundo Gondim (1994), que essas mulheres viviam em grande número e não possuíam companheiros; ao engravidarem, se o filho que nascesse fosse menino, seria sacrificado, e se fosse menina, seria treinada para a guerra. Assim, além de ser também o primeiro explorador a cumprir integralmente o curso deste rio, desde os Andes até o Oceano Atlântico, foi Orellana quem o alcunhou oficialmente, fazendo menção ao contato que a expedição estabeleceu com essas índias. Em termos etimológicos, por derivação, o nome da floresta também é fruto desse episódio narrado por Carvajal. Por mais que, segundo Gondim (1994), a existência real dessa tribo exclusivamente feminina nunca tenha sido comprovada, a nomenclatura em si, do rio e da floresta, já revela toda a conotação mítica presente a seu respeito. Além disso, segundo a autora, os relatos de Carvajal se assemelhavam a relatos já bastante conhecidos na literatura greco-romana. Seria, portanto, uma atualização da temática, ressignificando antigas imagens do imaginário europeu em relação ao Novo Mundo.

Complementarmente, Gondim (1994) lembra que referências permeadas por lendas que descreviam um mundo fantástico acerca da Amazônia eram comuns desde a chegada

dos europeus à América. Esses, para cá se dirigiram com objetivos expansionistas. A Amazônia teria sido a confirmação desse desejo através de notícias dos primeiros europeus, dentre os quais Gondim (1994) destaca Vicente Pinzón e Diego de Lepe (na primeira metade do século XVI). Segundo a autora, eles contribuíram para a criação da ideia da existência de um paraíso terrestre perdido no Novo Mundo, à semelhança do Jardim do Éden.

Ora, não seria essa Amazônia a-histórica, parada ou perdida no tempo, também descrita na reportagem de Bellows para a *Nacional Geographic Traveler*? Não seria a ideia de uma Amazônia incompleta também reforçada na cena de abertura de *Fitzcarraldo*, com a menção do mito indígena de *Cayahuari Yacu*? Representações carregadas de sentido e que se configuram como elementos que moldam o contexto em que são reproduzidos, não só expectativas ou demandas turísticas, mas, sobretudo o(s) imaginário(s) sobre o destino turístico Amazônia (MANFREDO, 2017, p. 156).

O imaginário sobre a Amazônia se mistura à realidade e se confronta com ela. Provavelmente a relação subjetiva sobre o turismo na Amazônia internalizada nos indivíduos *outsiders* se mistura ao conhecimento histórico sobre a região repassado pelas literaturas e principalmente pelos depoimentos dos que por aqui passaram no início da colonização.

O turismo é uma das atividades contemporânea que privilegia relações típicas da sociedade de consumo ao transformar o lazer em mercadoria a ser consumida em viagens, pressupondo outros serviços e torna-se cada vez mais importante para a economia mundial. A inserção do turismo em comunidades rurais do Amazonas não só fortalece como incrementa a prática capitalista, isto é, um bem de consumo. A hora de trabalho já não é cultural. Torna-se evidente, aquilo que faz parte do ambiente e da cultura, se fundem em tem preço. Em outras palavras, o turismo trouxe a precificação dos serviços que estão na base do modo de vida ou do cotidiano. Novas figurações surgem e se ampliam, criam-se teias que se interligam para por em prática a atividade de turismo. A comunidade ou um grupo específico depende de instituições e políticas públicas que as ajudem na implementação de serviços básicos, como iluminação elétrica, educação, água encanada entre outros. As operadoras exigem dos destinos turísticos serviços de hospedagem, alimentação além de outros serviços atendendo as exigências dos turistas. Com isso as comunidades se aliam a ONGs para receberem treinamentos para atender o setor turístico. Formam-se então um emaranhado de novas configurações que nascem a partir da exploração do turismo as novas interdependências entre os indivíduos e instituições.

Ao mesmo tempo em que se exigem serviços iguais ou parecidos aos fornecidos pelos grandes empreendimentos turísticos, contraditoriamente buscam um cenário “selvagem” com animais silvestres, povos indígenas por todos os lados vivendo igualmente como contado nos livros de história, nus, sem energia elétrica, vivendo em ocas, pintados etc.

De acordo com Manfredo (2014), contemporaneamente o imaginário do turista que se dirige para a Amazônia tem em relação a esse lugar é, em sua maioria, baseado em estereótipos: busca-se contato com um modo de vida “exótico”, um ser humano “bom selvagem”, “tradicional” ou “autêntico”. Parto ainda da premissa de que esse turista busca entrar em contato com um lugar ecologicamente ameaçado, mas “praticamente intocado”. Por derivação, conjeturo que esse imaginário social é, em muito, construído historicamente a partir de elementos como peças publicitárias, reportagens, filmes¹⁵ que circulam e fazem parte da racionalidade integrativa e comunicativa de uma memória internacional-popular, como vemos nas palavras de Canclini:

Várias décadas de construção de símbolos transnacionais criaram o que Renato Ortiz denomina uma cultura internacional-popular, com uma memória coletiva feita com fragmentos de diferentes nações. Sem deixar de estar inscritos na memória nacional, os consumidores populares são capazes de ler as citações de um imaginário multilocalizado que a televisão e a publicidade reúnem: os ídolos do cinema hollywoodiano e da música pop, os logotipos de jeans e cartões de crédito, os heróis do esporte de vários países e os do próprio que jogam em outro compõem um repertório de signos constantemente disponível. Marilyn Monroe e os animais jurássicos, Che Guevara e a queda do muro, o refrigerante mais bebido no mundo e Tiny Toon podem ser citados ou insinuados por qualquer desenhista de publicidade internacional confiando em que sua mensagem terá sentido ainda para aqueles que nunca saíram do seu país (CANCLINI, 1997, p. 63).

Um exemplo simples de memória internacional-popular é quando se pergunta a estrangeiros sobre o que conhecem a respeito do Brasil, e a resposta é rápida: “país do futebol, carnaval, São Paulo, Rio de Janeiro” acredito que pela repercussão jornalista do atual momento que o país vive, o Brasil esteja conhecido também como país da corrupção. É

¹⁵ Cinejornal Brasileiro, n. 33 – vol 4. Sobre a terra dos Xavantes – 1945

Uirá, um índio em busca de Deus – 1974

Povo da Lua, povo do sangue – Marcelo G. Tassara, Claudia Andujar – 1984

O s Yanomami do rio do Mel (Les Yanomami de la Rivière du Miel) Volmar Ziegler - 1984

A Conoa do Peixe-Cobra – Uma viagem pelo rio Amazonas (Das schlangen fischkanu, eine Flussreise in Amazonien) Hert Brödl - 1984

relevante observar ainda nesta questão de memória internacional-popular que a Amazônia parece estar em outra dimensão do Brasil, ousar dizer outro país, como enfatiza Marilene Correa na obra *O Paiz do Amazonas*:

A Amazônia não nasce direta e limpidamente brasileira. Começa por ser principalmente indígena, nativa. Aos poucos, revela-se portuguesa, colonial. Em seguida, afirma-se cabana, revolucionária. Depois, é definida como brasileira, nacional. São muitos, no Brasil, na América Latina e no mundo, os que elegeram a Amazônia como um momento especial, estranho ou fascinante, da natureza. São muitos os que preferem o mito, a metáfora do paraíso. (SILVA, 2012, p. 07)

O processo social de construção da Amazônia se dá em meio a múltiplas histórias por vezes controversas, mas fundamental para a concepção da história e identidade da região.

A sociedade é dinâmica, múltipla e relacional. Cada grupo social é detentor de sua identidade. Diante ao processo de integração e não menos o processo civilizador em curso atinge o modo de vida indígena e não indígena que não estão imunes a mudanças. Manfredo diz que:

Elementos de um processo de comunicação e legitimação cultural mundializados, como discursos passíveis de serem apreendidos, por exemplo, em meios que circulem mundialmente entre comunidades internacionais de consumidores (tais como matérias de revistas e jornais sobre Manaus e a Amazônia, além de filmes de cinema que tratem sobre a Amazônia) podem nos oferecer as chaves para o entendimento de um processo que perpassa imaginários-expectativas-demandas-negociações-imaginários. (MANFREDO, 2014, p.134)

Expressões mais recentes do discurso da sustentabilidade podem ser observadas nos princípios da década de 1970. Sinais desse discurso, à época, estariam nos ambientalistas e de associações locais em defesa da ecologia que irromperam nesse período ao redor do mundo; nas conferências internacionais promovidas pela ONU para debater os temas do meio ambiente e do desenvolvimento, dentre outros (LIMA, 2003).

Numa análise crítica, Lima (idem) observa, ainda, que o discurso da sustentabilidade surgiu como um substituto ao discurso do desenvolvimento econômico, que havia sido produzido e difundido, sobretudo pelos Estados Unidos, no contexto da Guerra Fria. A partir dos anos 1970, destaca Lima (idem), o discurso desenvolvimentista teria revelado seus limites através de uma crise, que embora tivesse maior visibilidade econômica, era também social, ambiental e ético-cultural. Acontece que o discurso substituto, o da sustentabilidade, não seria uma construção ingênua.

Pinto (2005) defende que:

[...] hoje, quando se fala em Amazônia, estamos diante da produção de um novo senso comum sustentado pelas noções de meio ambiente, biodiversidade, sociodiversidade, desenvolvimento sustentável, populações ribeirinhas, povos da floresta, que são as expressões correntes e presentes em praticamente todos os escritos que têm sido produzidos sobre a região e que frequentemente carregam consigo conteúdos de imobilismo social e conservadorismo romântico, quando se trata, sobretudo de lidar com a situação e o destino das populações locais. (PINTO, 2005, p. 99)

É no discurso de sustentabilidade que comunidades rurais do Amazonas veem na atividade de turismo uma maneira de se reestabelecerem frente ao novo contexto histórico que estão vivenciando, assunto a ser discutido mais a frente.

2.2 Experiências de Turismo na RDS do Rio Negro

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro é composta por dezenove comunidades dentre elas seis vem atuando timidamente na atividade de turismo com o apoio de algumas instituições governamentais, não governamentais e do terceiro setor pertencentes ao Fórum de Turismo de Base Comunitária. O Fórum de Turismo de Base Comunitária é resultado de ações do plano de desenvolvimento do turismo de base comunitária da região sul do Parque Nacional de Anavilhanas, elaborado em 2010, no convênio celebrado entre o Instituto de Pesquisas Ecológicas e Ministério do Turismo.

O Fórum tem como objetivo apoiar a implantação do Plano de ação de TBC, por meio de um espaço para discutir sobre a temática de turismo em diferentes níveis de governança, buscar apoio para capacitações, intercâmbios e influenciar políticas públicas voltadas para o turismo em Unidades de Conservação. A formação do grupo de trabalho se deu em 2011 por Órgãos Federal, Estadual e Municipal de Meio Ambiente: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Sustentabilidade e Centro Estadual de Unidades de Conservação - SEMAS/CEUC¹⁶, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMMAS, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Fórum Permanente em Defesa das Políticas Públicas das Comunidades Rurais Ribeirinhas do Município de Manaus - FOPEC, Central de Turismo Comunitário da Amazônia - CTCA, Universidade do Estado do Amazonas – UEA, Universidade

¹⁶ Atualmente intitulada: Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA e Departamento de Mudanças Climáticas - DEUMC

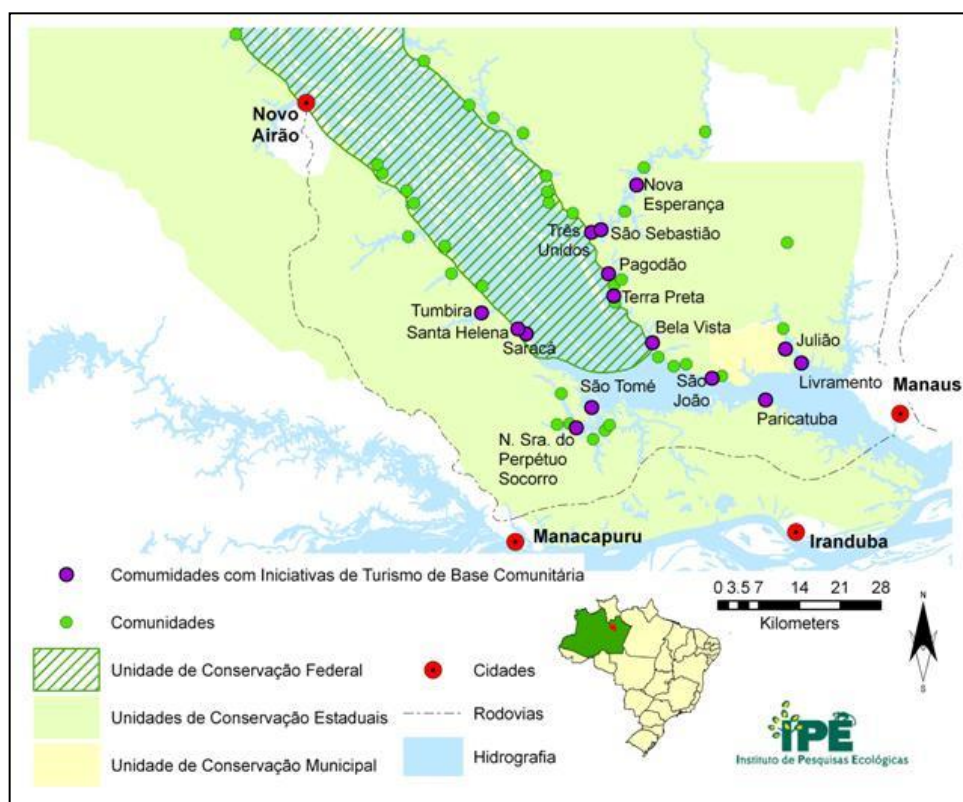
Federal do Amazonas - UFAM, Empresa Estadual de Turismo do Amazonas - Amazonastur, Trade Turístico de Manaus¹⁷, Fundação Amazonas Sustentável - FAS, Instituto de Cooperação Econômica Internacional - ICEI, Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPE, Nymuendaju, Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas - IDESAM, Comunidades do baixo Rio negro, Sindicato Estadual de Guias de Turismo do Amazonas - SINDEGTUR e Fundação Nacional do Índio - FUNAI.

A formação deste grupo de trabalho deu origem a dois roteiros turísticos de base comunitária no baixo Rio Negro. Um na margem esquerda do Rio Negro chamado roteiro **TUCORIN** que abrange comunidades da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé (comunidades: Colônia Central, São João do Tupé, Julião e Bela Vista), Reserva de Desenvolvimento Sustentável Puranga Conquista (comunidades: São Sebastião e Nova Esperança) e Área de Proteção Ambiental do Rio Negro (comunidade Três Unidos). E outro roteiro na margem direita do Rio NEGRO chamado roteiro **RDS RIO NEGRO** que abrange seis comunidades da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro (comunidades: Santo Antônio, São Thomé, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Acajatuba, Saracá, Santa Helena do Inglês e Tumbira). Sendo esse último roteiro na RDS do Rio Negro lócus da presente pesquisa.

Em 2010, o Fórum de TBC identificou quinze iniciativas de turismo no baixo Rio Negro conforme mostra a (figura 00) das quais treze compõe os dois roteiros descrito anteriormente. As experiências estão fundamentadas em um conceito de Turismo de Base Comunitária como uma iniciativa com forte apelo solidário, ambientalmente sustentável e de valorização da cultura local. Os dois roteiros turísticos é resultado da construção coletiva das comunidades locais em conjunto com vários atores sociais que em momentos e de formas diversas contribuíram para consolidar essa ideia. Segue mapa das iniciativas de TBC no baixo Rio Negro:

¹⁷ São organizações privadas e governamentais atuantes no setor de "Turismo e Eventos" como os Hotéis, Agências de Viagens especializadas em Congressos, Transportadoras Aéreas, Marítimas e Terrestres, além de Promotores de Feiras, Montadoras e Serviços Auxiliares (tradução simultânea, decoração, equipamentos de áudio visuais, etc) EMBRATUR, 1995.

Figura 45 - Mapa das Iniciativas de Turismo de Base Comunitária - TBC



Fonte: Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPÊ, (2010).

O grupo de trabalho do Fórum de Turismo de Base Comunitária tem desenvolvido medidas de divulgação dos roteiros do baixo Rio Negro. A elaboração do folder foi uma ação conjunta de instituições governamentais, não governamentais, privadas, terceiro setor

Figura 46 - Versão interna do folder dos roteiros elaborado pelo Fórum de TBC



Fonte: Fundação Amazonas Sustentável, (2014).

A seguir serão relatadas experiências de turismo da margem direita do Rio Negro inseridas no Roteiro RDS Rio Negro do qual a comunidade Tumbira *lócus* da pesquisa está inserida. Trata-se de experiências de turismo comunitário apoiados pelo Fórum de TBC.

Experiência 1 - Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Acajatuba

A comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro é conhecida pela produção de artesanatos a qual fornece para todas as comunidades no Lago do Acajatuba. O grupo de artesãos chamado Japiim, confecciona bijuterias, brincos, pulseiras, colares e várias outras peças. O grupo tem sua própria oficina onde fazem o beneficiamento das sementes, utilizam tingimentos naturais além de criarem seus equipamentos tornando-os diferenciados na região do Rio Negro em relação à sustentabilidade. O artesanato produzido pela Associação de Artesanato Sustentável Grupo Japiim, é um forte atrativo para os visitantes e, por meio

dele, o turismo se fortalece na região. Além da venda de artesanatos a líder do grupo de artesãos estabeleceu parceria como uma operadora de turismo que uma ou duas vezes por ano leva um grupo de estudantes de aproximadamente oitenta jovens para conhecer a comunidade e loja de artesanatos, em contrapartida do grupo de artesãos organiza um torneio de futebol entre os estudantes e os comunitários.

Figura 47 - Loja de artesanatos Japiim



Fonte: Silva, J.N. (2017)

A comunidade está localizada no lago do Acajatuba, área onde a presença de turistas é antiga devido a proximidade ao hotel de selva Ariaú Amazon Towers. Muitos comunitários da RDS do Rio Negro e principalmente os do Lago do Acajatuba trabalharam no hotel na época de sua ascensão exercendo diversas atividades como: camareiras, serviços gerais, canoeiros, babás, cozinheiras entre outras funções. Além das visitas advindas por conta do hotel Ariaú há também grande fluxo de operadoras turísticas que levam seus clientes para passear no lago, adentrando as comunidades o que acabou despertando em alguns comunitários a vontade de ter seu próprio empreendimento, visto que, muitas vezes ficavam insatisfeitos por servirem de vitrine para os turistas. O restaurante Vista do Lago é um empreendimento familiar que viu no fluxo de turistas que adentravam o Lago do Acajatuba trazidos por agências uma oportunidade de se inserir na atividade de turismo. No entanto, mesmo com boa estrutura em restaurante, as operadoras continuam não utilizando os serviços da comunidade, chegam, observam a organização da vila, conversam com alguns comunitários, compram artesanatos e seguem em suas embarcações.

Os proprietários do empreendimento encontraram apoio em instituições como FAS e SEMA/DEMUC que utilizam os serviços do restaurante em algumas atividades desenvolvidas na comunidade. Além disso, divulgam os serviços por meio das redes sociais, como

Facebook, Instagram, Whatsap. A presença de turistas no restaurante não é frequente desanimando os proprietários que visam nessa atividade uma alternativa de melhorar a renda da família.

Figura 48 - Restaurante Vista do Lago



Fonte: Silva, J.N. (2017)

Em 2016 foi inaugurada uma Pousada Comunitária construída com aporte de recursos na ordem de R\$177.124,72 empregados pelo Ministério do Turismo (MTur) e Amazonastur que demorou aproximadamente oito anos até sua conclusão. De acordo com o responsável pelo Departamento de Infraestrutura Turística da Amazonastur, a construção da pousada foi uma demanda da própria comunidade¹⁸.

Foram realizados cursos, resultado da parceria do órgão oficial de turismo do Estado, a Amazonastur, com CETAM, SENAC e outros. Entre as capacitações ofertadas tiveram: Cursos de Monitor de Ecoturismo, Gestão Hoteleira, Camareira, Garçom, Curso de Recepcionista em Meios de Hospedagem, Camareira em Meio de Hospedagem. Contudo, a relação entre Amazonastur e comunidade tem sido palco de muitos conflitos quanto à gestão da pousada que no discurso institucional da Empresa de Turismo a pousada é comunitária, no entanto, a comunidade não se sente pertencente do empreendimento como algo da coletividade, tanto é que se referem ao empreendimento como: “a pousada da Amazonastur”.

Elias (2006, p. 35) diz que o processo de tecnização e o processo civilizador são, ambos, processos de longa duração, não planejados, que se movem numa direção discernível – com impulsos e contra-impulsos alternados, mas sem qualquer propósito na longa duração. O desejo em trabalhar com turismo levando famílias da comunidade Nossa

¹⁸ SIMONETTI, S. R. **TURISMO NO RIO NEGRO**: pelos caminhos das representações sociais dos comunitários do Lago do Acajatuba e da Vila de Paricatuba (Iranduba-AM), 2015.

Senhora do Perpétuo Socorro a prepararem-se tecnicamente não os permite visualizar o resultado desse processo posteriormente. A princípio a inserção da atividade de turismo parece ser favorável, contudo, no curso do processo situações não previstas como conflitos entre a Amazonastur duvidando da capacidade de gestão da comunidade, operadoras de turismo que continuam a não utilizar os serviços da comunidade e outras circunstâncias que poderão ocorrer os levam ao um processo cego que não possibilita enxergar aonde vão chegar.

Figura 49 - Pousada comunitária



Fonte: Silva, J. N. (2015)

Experiência 2 - Comunidade São Thomé

A comunidade São Thomé está localizada a cerca de vinte minutos de distância da comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

Existe na comunidade o Restaurante e Pousada São Thomé com quatro (04) apartamentos, quatro e (04) banheiros externos. Há ainda uma segunda pousada, mais antiga e conhecida, chamada Pousada do Jacaré. Esta última iniciou as atividades em 2005 com quatro quartos. Atualmente há 40 leitos em 18 quartos, sendo 08 com banheiros privativos.

A história mais recente dessa comunidade é bastante interessante, pois há a participação de um programa de uma grande emissora de televisão brasileira (Tv Globo), que contribuiu para mudar os rumos do turismo naquele espaço comunitário. No ano de 2010, um guia de turismo local enviou uma carta para o programa Caldeirão do Huck, para o quadro *Lar Doce Lar*, de audiência nacional, solicitando infraestrutura para a comunidade

em benefício de todos os moradores. No entanto, após a passagem do programa pela comunidade, houve muitas mudanças nas relações entre os comunitários gerando alguns desentendimentos em relação aos benefícios econômicos sobre o empreendimento. A causa dos conflitos na comunidade São Thomé não é específico desta comunidade, o problema de relação entre sociedade e indivíduo é compartilhada por todas as comunidades do roteiro da RDS do Rio Negro, em algumas mais evidentes do que em outras. Os seres humanos individuais ligam-se uns aos outros numa pluralidade, isto é, numa sociedade, entretanto, a relação da coletividade é prejudicada pelos interesses individuais dos indivíduos. É o que Elias (1994) explica quando diz que:

Sociedade, de um lado, e como indivíduos, de outro – nunca chegam realmente a coalescer. Decerto nos apercebemos, ao mesmo tempo, de que na realidade não existe esse abismo entre o indivíduo e a sociedade. Ninguém duvida de que os indivíduos formam a sociedade ou de que toda sociedade é uma sociedade de indivíduos. Mas, quando tentamos reconstruir no pensamento aquilo que vivenciamos cotidianamente na realidade, verificamos, como naquele quebra-cabeça cujas peças não compõem uma imagem íntegra, que há lacunas e falhas em constante formação em nosso fluxo de pensamento. (ELIAS, 1994, p. 09)

Ao mesmo tempo em que a relação indivíduo e sociedade pareçam ser simples pelo fato de a sociedade ser formada por indivíduos, torna-se complexa devido à individualização de cada indivíduo que a compõe. Ou seja, entre as necessidades e inclinações pessoais e as exigências da vida social, parece haver sempre, nas sociedades que nos são familiares, um conflito considerável, um abismo quase intransponível para a maioria das pessoas implicadas. (ELIAS, 1994, p. 10)

Figura 50 - Restaurante e Pousada São Thomé



Fonte: Silva, J.N. (2017)

Figura 51 - Pousada Jacaré



Fonte: FAS, (2014)

Atualmente, São Thomé recebe o projeto Ecoturismo Amigo do Boto-Vermelho, realizada em parceria com a Associação Amigos do Peixe-Boi (Ampa) e o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa). De acordo com a Ampa, o turismo de observação de

animais em vida livre, neste caso do boto-vermelho (*Inia geoffrensis*), um mamífero endêmico da região amazônica, ocorre há mais de uma década.

Desde 2014, esse projeto contemplou a comunidade e tem o objetivo de promover o turismo sustentável, melhorar a renda de uma comunidade ribeirinha, reabilitar e fomentar o bem estar de crianças portadoras de necessidades especiais. Outro objetivo do projeto é contribuir com a conservação ambiental e, com base nisso, implantou-se o Flutuante Amigos do Boto-Vermelho (Figura 48), sob os cuidados e parceria dos comunitários da São Thomé.

Figura 52 – Flutuante do Davi



Fonte: Silva, J. N. (2017)

Os três empreendimentos citados na comunidade São Thomé são gerenciados por três famílias pertencentes do mesmo núcleo familiar, ou seja, pais, filhos, netos, sobrinhos.

Experiência 3 - Comunidade Santo Antônio

O Recanto do Boto é uma casa flutuante localizado no lago do Acajatuba, afluente do rio Negro, é um dos cinco locais autorizados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA para a prática de turismo com botos. A administração do empreendimento é familiar e também trabalha com venda de artesanatos amazônicos oriundos do grupo de artesãos Japiim.

O atrativo do Recanto do Boto, como o nome sugere, é a possibilidade de um contato real com os animais. Ao chegarem ao local, os turistas são encaminhados para uma

plataforma construída dentro do rio, na qual podem nadar com os cetáceos e tocá-los. A beleza das águas do rio Negro e a paisagem verde que o cerca tornam a experiência ainda mais emocionante.

Os visitantes, no entanto, precisam cumprir algumas normas de segurança. Não é permitido tocar na cabeça do boto, por exemplo. Trata-se de uma parte sensível do animal, na qual encontra-se o seu orifício respirador. O turista também não pode alimentar os botos – função unicamente exercida pelos instrutores do local que receberam capacitação técnica do Ibama e Inpa para interagirem com os animais. Também não é autorizada a interação com os botos sem o acompanhamento de um instrutor no rio.

Uma das particularidades do local é que os botos não são mantidos em cativeiro. “Eles vivem em seu ambiente natural. A gente não tem como exigir que eles venham na plataforma [para interagir com os turistas]. Tem vezes que o turista vem aqui e os botos não aparecem porque eles estão no cardume”, afirma Érico Cruz, 23, um dos instrutores do Recanto do Boto. Ele também comenta sobre a ‘desobediência’ de alguns turistas que visitam o estabelecimento. “Tem turista que não quer respeitar as regras, quer fazer o que dá na telha”.

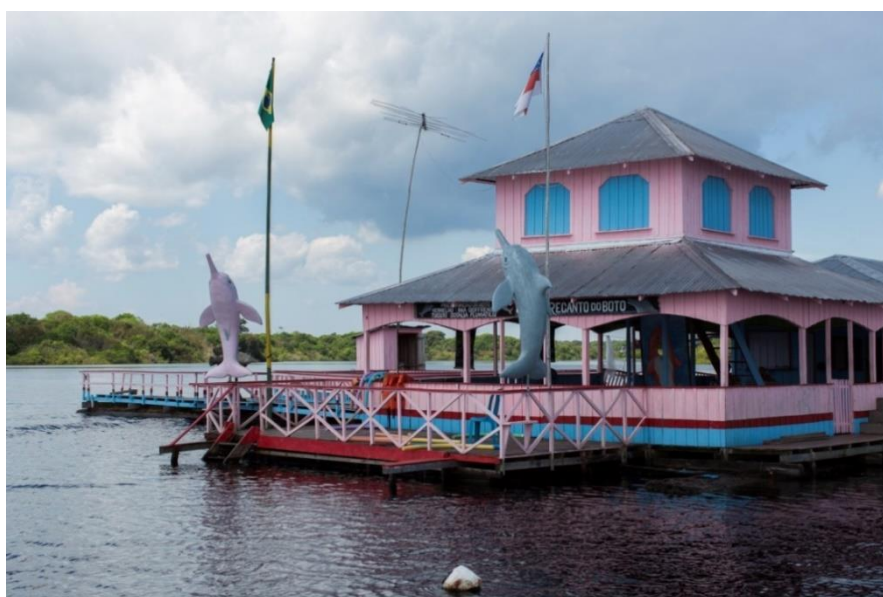
O Recanto do Boto não conta com uma divulgação própria do estabelecimento. Quase todos os turistas recebidos pelo local são encaminhados por agências de turismo, que incluem a interação com os botos em seus pacotes. Entretanto, a presença de visitantes de outros países é constante. “A maioria dos turistas que vem pra cá são ingleses. Nós também recebemos muitos espanhóis, vem gente de toda a parte do mundo”, conta Érico.

Para Matos (2014, p. 96) a espécie humana e, portanto, nossa sociedade é a única na esfera terrestre que se mostra “capaz” de dominar a natureza em prol de si, sem dar atenção ou pouca atenção às consequências. Algumas reflexões se fazem necessárias quanto a prática de turismo ditas “sustentáveis”, é evidente o extinto de sobrevivência dos seres humanos diante de dificuldades estabelecidas pela estrutura social das sociedades, todavia, é importante pesar na balança o grau de interferência do homem ao meio ambiente para seu benefício.

Ainda segundo Matos (2014, p. 105), é patente como indivíduos, dado o processo de integração em curso, inseridos em redes de interdependência ampliadas, distanciam o olhar sobre os recursos naturais. O conhecimento, fator básico desse distanciamento, possibilitou o uso racional desses recursos em prol de maior lucratividade. Sabe-se que estão crescendo

o número de empreendimentos oferecendo como atrativos turísticos interação com mamíferos (botos) ou animais silvestres, a maioria sem preparo, apenas pelo fator econômico. Certos questionamentos fazem-se necessários em relação à prática de turismo com animais como: qual a certeza de que esses animais estão realmente disponíveis para a interação com homem? Qual a consequência dessa atividade daqui alguns anos? Provavelmente não teremos as respostas agora, mas posteriormente enxergaremos com clareza o que não é visível aos olhos nesse momento.

Figura 52 – Flutuante Recanto do Boto



Fonte: Silva, J. N. (2017)

Experiência 4 - Comunidade Saracá

O restaurante Encanto do Saracá inaugurado em 2012 foi viabilizado pelos convênios do componente Bolsa Floresta Renda, aportando um investimento de R\$ 42.000,00. O principal objetivo do investimento é a geração de renda através da atividade turística. Dessa forma, os comunitários envolvidos na gestão do restaurante passaram por um curso de capacitação na área de Gastronomia Regional, moderado pelo chefe de cozinha do Restaurante Banzeiro.

Além do restaurante, a comunidade está capacitada para atender ao turista oferecendo opções como pesca esportiva, passeios de canoas pelos lagos e igapós, visita à casa de farinha comunitária, caminhada na trilha, entre outras atividades.

O turismo representava para a comunidade Saracá na época em que foi inaugurado melhoria da situação econômica dos comunitários. No entanto, pela falta de experiência não

pensaram nos desafios quanto logística, comunicação, divulgação entre outras coisas necessárias para o funcionamento de um empreendimento. A maneira como os investimentos são escolhidos, sem planejamento e pesquisa dificulta o sucesso de muitos projetos beneficiados pela FAS. Será se o perfil da comunidade seria mesmo o turismo? Em que áreas a comunidade se destaca? Pesca? Artesanato? Agricultura? Enfim, são inúmeros os questionamentos a serem levantados antes iniciar um negócio. O turismo pode chegar a qualquer lugar através de atividades de destaque e os fortalecer ainda mais. Uma linda paisagem por si só não é suficiente para atrair turistas é preciso muito mais. Se o potencial da comunidade é a pesca ou artesanato, há que se investir em cadeias que as comunidades tenham habilidades.

A comunidade recebe visitantes esporadicamente, quase sempre intermediados pela FAS ou por eventos da igreja evangélica, que são incipientes a luz da expectativa gerada na comunidade em trabalhar com turismo. Tantas dificuldades desanimaram muitos moradores criando conflitos em relação a gestão do empreendimento, já que o mesmo não trouxe o resultado financeiro esperado. A questão não é apontar culpados, tão pouco, desestimular os interessados em inserir-se no setor turístico, mas refletir sobre as escolhas feitas pelo ser humano que só através de um olhar distanciado consegue perceber situações não vista internamente. É o que Elias explica sobre a ideia de distanciamento:

[...] a compreensão da autonomia relativa e da dinâmica imanente de uma figuração é impossível para aqueles que a constituem, enquanto estiverem totalmente envolvidos e intrincados nas alterações e conflitos decorrentes das suas interdependências. Para compreendermos a configurações humanas, é necessário que tenhamos alcançados um distanciamento intelectual considerável relativamente à configuração em que participamos, às suas tendências de mudanças, à sua <inevitabilidade> e às forças que certos grupos que se entrecruzam, mas que simultaneamente se opõem, exercem uns sobre os outros (ELIAS, 1980, p. 181).

Talvez agora a comunidade consiga compreender certos fatos incompreendidos no momento da dificuldade, mas posteriormente enxergará os porquês dos problemas e quem sabe solucioná-los.

Figura 53 – Restaurante Encanto do Saracá

Fonte: Silva, J. N. (2015)

Além do restaurante há um grupo de artesãos denominados “Formiguinhas do Saracá” que produzem peças como bijuterias, bolsas, produtos de decoração entre outras coisas. O grupo se fortaleceu a partir de uma parceria entre Fundação Amazonas Sustentável e o Coletivo Artes, que visava a consolidação da cadeia produtiva do artesanato na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro. O Projeto Coletivo das Artes é uma iniciativa do Instituto Coca-Cola e Aliança Empreendedora e tem como objetivo formar e incentivar uma rede de microempreendedores que desenvolvam, compartilhem e comercializem produtos sustentáveis com a “cara” Coca-Cola a partir de materiais recicláveis e modelos de negócio gerador de ideias e oportunidades. Com a parceria não só o grupo de artesãos da comunidade Saracá, mas grupos de outras comunidades como o grupo Japiim descritos anteriormente passaram por diversas capacitações a fim melhorar seus produtos de acordo com a demanda do Coletivo Artes.

Turismo e artesanato se complementam, pois com a presença de turistas há possibilidade de comercialização dos artesanatos. Contudo, o artesanato leva uma vantagem em relação ao turismo, pois os produtos podem ser levados ao encontro dos clientes, feiras regionais, nacionais e até internacionais podem promover o sucesso da cadeia produtiva se produzidas com qualidade.

Figura 54 – Artesanato do grupo Formiguinhas do Saracá



Fonte: FAS, (2014)

Peças produzidas em madeira e semente de açaí com detalhes das garrafas pet da Coca-Cola. Essas peças foram pensadas a partir de capacitação técnica para atender aos critérios de produção do Coletivo Artes, do qual havia parceria com os grupos de artesãos.

Experiência 5 - Comunidade Santa Helena do Inglês

Assim como na comunidade Saracá, o surgimento da iniciativa de turismo na comunidade Santa Helena do Inglês começou a partir da escolha de investimento com recurso do PBF em uma pousada comunitária para atrair turistas para o local. Observando que o turismo começava a dar certo na comunidade Tumbira, a comunidade do Inglês como é chamada, resolveu inserir-se na atividade de turística.

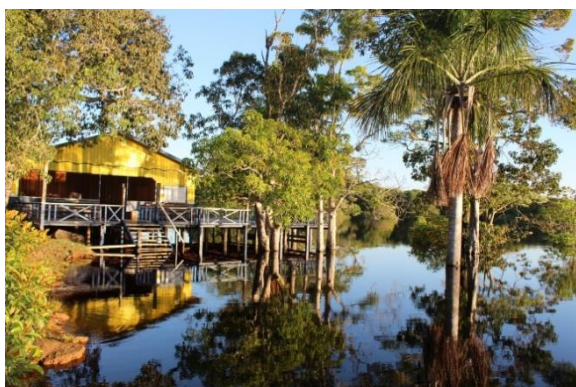
A Pousada Vista Rio Negro foi construída com recursos do componente Renda do Programa Bolsa Floresta (PBF), gerenciado pela Fundação Amazonas Sustentável (FAS) e financiado pelo Fundo Amazônia/BNDES, com mão de obra ribeirinha e apoio do Banco Bradesco e da Prefeitura de Iranduba.

A pousada é resultado da decisão dos próprios ribeirinhos, por meio do processo participativo de definição de investimentos do Bolsa Floresta, gerenciado pela FAS. O empreendimento conta com oito suítes, com espaço para quatro pessoas cada¹⁹.

¹⁹ Disponível em: fas-amazonas.org/2014/05/com-apoio-do-bolsa-floresta-renda-comunidade-santa-helena-do-ingles-ganha-nova-pousada/ acesso em 03 de maio de 2018.

Apesar dos investimentos em estrutura, equipamentos, capacitação a pousada raramente recebe turistas. O empreendimento comunitário é liderado por um grupo de mulheres que revezam o trabalho entre as mesmas dependendo da quantidade de turistas. Entretanto, nota-se o desânimo, pois a pousada passa mais tempo fechada que funcionando. Diversos são os problemas que corroboram para essa situação: comunicação (não há sinal de telefonia, internet), divulgação, logística (não há itinerário frequente de transporte que passe pela comunidade, somente uma lancha que sai de Manaus na sexta-feira com retorno no domingo e um barco que passa uma vez na semana durante a madrugada) esses transportes são os mesmos que passam nas comunidades Saracá e Tumbira pertencentes ao roteiro da RDS do Rio Negro. Turistas que desejam se hospedar ou mesmo passar o dia precisa custear a locação de lancha que custa aproximadamente oitocentos reais. O transporte é uma das principais razões que inviabilizam o acesso até a comunidade.

Figura 55 – Pousada Comunitária Vista Rio Negro



Fonte: Silva, J. N. (2015)



Fonte: FAS, (2014)

É evidente que o desespero em busca de uma alternativa que melhorasse economicamente a vida da comunidade não os permitiu pensar nos desafios, dificuldades de se implantar uma pousada de difícil acesso, não pela distância, pois a comunidade fica aproximadamente a uma hora e trinta minutos de Manaus em lancha rápida, mas pela escassez de transporte.

Torna-se fundamental o planejamento territorial e ambiental do turismo, principalmente no que tange às unidades de conservação de uso público.

Baseado no contexto de novas formas de uso das unidades de conservação que vem delineando novos modelos de territorialização, através da apropriação dos recursos naturais e culturais pelo turismo. Considera-se, fundamental a implantação de um processo de planejamento contínuo, flexível e integrado, que se utilize de ferramentas metodológicas e

instrumentos de gestão que busquem conciliar conservação ambiental e uso do turismo, bem como atender aos anseios das comunidades locais que vivem no entorno das áreas protegidas.

Percebe-se nesta nova concepção a complexidade que a atividade turística está envolvida, ao perpassar as questões econômicas e passar a considerar também as questões sociais, culturais e, notadamente, ambientais (RODRIGUES, 1996). O impasse na descoberta de novas atividades que impactem minimamente o meio ambiente e sustentem as comunidades carece acompanhamento para evitar futuras frustrações.

Experiência 6 - Comunidade Tumbira

Ao contrário das experiências de turismo das comunidades Saracá e Santa Helena do Inglês que iniciaram a atividade de turismo a partir da construção dos empreendimentos com recursos advindos do Programa Bolsa Floresta a fim de serem gerenciados de forma coletiva. Na comunidade Tumbira a iniciativa em trabalhar com turismo partiu de uma família, cujo chefe do lar era madeireiro e com a criação da RDS não sabia o que fazer para continuar provendo o alimento da família. Com a construção do Núcleo de Conservação e Sustentabilidade da FAS na comunidade, a família começou a fornecer alimentação para os trabalhadores da obra, estimulando no provedor da família uma habilidade até então desconhecida. A FAS propôs que a família iniciasse o trabalho com turismo, afinal, dessa forma teriam um parceiro na comunidade para dá suporte a determinadas ações na comunidade. Com a disponibilização de cursos voltados para área de turismo, intercâmbios a família foi se envolvendo e transformando a residência em um meio de hospedagem “Pousada Garrido”. O chefe da família percebeu que a atividade de turismo seria uma saída para permanecer na comunidade, pois o mesmo argumenta que não sabia fazer outra coisa além de derrubar árvores.

Desde então o empreendedor não parou mais de se aprimorar e melhorar a estrutura da residência para receber turistas. A família continua morando na mesma casa que também é pousada. Mesmo de forma tímida por não conhecer como funcionava a atividade de turismo, construiu relações de afetividades com visitantes que vinham à comunidade por intermédio da FAS e se encantavam com a história do ex-madeireiro que cresceu derrubando árvores e hoje vive para mantê-las em pé, pois com uma nova figuração trazida pelo turismo a árvore começou a valer mais em pé do que derrubada. Esses

visitantes trazidos pela FAS divulgavam para outras pessoas, dessa forma começaram a firmar parcerias com escolas de outros estados do Brasil que pelos menos duas vezes ao ano trazem grupos de jovens, além de outras parcerias como a Summer School (Escola de Verão) que reúne estudantes de vários países fazendo intercâmbios pelo mundo. Esse processo de parcerias é facilitado por haver internet na comunidade.

Entendendo a dificuldade de transporte a família resolveu comprar uma lancha com capacidade para dez passageiros e hoje além dos serviços hospedagem, alimentações oferecem o traslado aos turistas. Atualmente a família da Pousada Garrido sobrevive da atividade de turismo.

Figura 56 – Pousada Garrido



Fonte: Silva, J. N. (2017)

Além da família da Pousada Garrido, outras famílias começam a se organizar para receber, percebendo o aumento da demanda de turistas. É o caso da Professora Vera Garrido, que esporadicamente recebe pesquisadores em sua residência. A mesma diz que o perfil que deseja receber é de pesquisadores e mochileiros:

Vejo que o Roberto gosta de receber grupos grandes, está tudo acontecendo naturalmente, quando voltei a morar no Tumbira não tinha pretensão em trabalhar com turismo, meu foco sempre foi lecionar. Mas de vez em quando a pousada não conseguia hospedar a todos e o Roberto perguntava se eu poderia receber, já que minha casa é espaçosa. Eu gosto de conversar com os turistas, a gente aprende muita coisa. Mas sabe Josi, prefiro receber professores, pesquisadores, mochileiros, me identifico com eles, geralmente são pesquisadores bolsistas que não podem gastar muito, o que ofereço é do meu cotidiano, comem o que eu como, mas procuro deixar os quartos sempre arrumados, tenho dois quartos disponíveis, um com duas camas, uma de casal e outra de solteiro e no outro quarto uma cama de casal. Quando meu neto não está fica mais um quarto disponível. Recebo mensagens no whatsapp de pessoas querendo se hospedar aqui

em casa. Estou iniciando e pretendo continuar recebendo assim, pois pra mim o turista que vem para uma comunidade ribeirinha quer vivenciar o dia a dia dos comunitários. Vera Lúcia Garrido, 2017.

Outra iniciativa é Pousada Tumbira, a estrutura organizacional é diferente das pousadas convencionais é disponibilizado quartos equipados com camas de casal, cômodas, ventiladores, banheiros, uma cozinha social abastecida com fogão, geladeira, armário com louças, uma pia e uma mesa, ou seja, quem optar por se hospedar na Pousada Tumbira precisa preparar sua refeição ou almoçar em outro lugar. Geralmente os quartos são alugados por pessoas que desejam passar um tempo na comunidade e pagam um valor x por mês, mas também há opção de pagamento em diárias. Dona Maria construiu a pousada com recurso próprio para complementar a renda.

Fiz essa pousada para ajudar na renda, mas recebo pouco, tem dois quartos ocupados, as vezes passa um bom tempo fechada, sempre vou lá limpar, abri os quartos. Quando tem muita gente no Roberto (referindo-se a pousada Garrido) ou quando acontece os encontros de planejamento da FAS, alguns se hospedam aqui e fazem as refeições no Roberto. (Pesquisa de campo, Dona Maria, 2017).

É nítido que a comunidade está se organizando para a atividade de turismo, é interessante destacar que na comunidade Tumbira, diferente das demais comunidades principalmente das comunidades Saracá e Inglês é que o turismo iniciou aos poucos, com recursos próprios e com o tempo outras famílias foram percebendo que poderia da certo ao observarem a experiência da pousada Garrido.

Figura 57 – Casa familiar



Figura 58 – Pousada Tumbira



Fonte: Silva, J. N. (2017)

Com a inserção do turismo na comunidade outras cadeias produtivas começaram a surgir como o artesanato, famílias em decorrência da dificuldade financeira resolveram apostar em alternativas sustentáveis que agregasse na renda familiar. É o caso da família da

dona Neide Garrido que descobriu no sarilho do fruto da abacaba uma maneira sustentável de produzir belas peças sem degradar a natureza. Em seu relato no campo a mesma dizia:

Ficava pensando, o que fazer para ajudar em casa, meu marido não pode mais tirar madeira pra vender, a taberna dá muito pouco. Dizia, meu Deus me mostre uma solução, quando comecei a observar que toda vez que chegava turista na pousada eles procuravam por artesanato, então pensei: vou fazer artesanato e comecei a observar que os sarilhos de açaí e de abacaba apodreciam no chão, comecei a fazer testes, primeiro fiz com o sarilho do açaí e não deu certo, pois quebrava, depois com o sarilho da abacaba e por sorte descobri que são resistentes, então comecei a fazer peças como fruteiras e cestas, e meu marido dizia para eu parar com isso que não ia levar a nada. Hoje ele trabalha comigo, pois já não dou conta sozinha de tantas encomendas e hoje ele diz que não quer nunca mais voltar para aquela vida de derrubar madeira. Diversificamos as peças e além das fruteiras produzimos sousplat (Um **sousplat** ou prato marcador, é um prato de maior diâmetro que ornamenta o ambiente da refeição e protege a toalha de mesa de eventuais respingos ao redor do prato onde é servida a comida), luminárias e outras. (Pesquisa de campo, N. G, 2017)

O turismo mudou a territorialização da comunidade, a relação com o espaço ganhou um novo sentido. Nunca antes se debateu tanto sobre meio ambiente e sustentabilidade, os conceitos adentraram as comunidades por meio de instituições e ONGs. Novas alternativas se configuram em um novo cenário construído através da atividade de turismo.

Incorporar aspectos que tornem a produção sustentável pode ser visto como mais um diferencial para agregar valor ao produto. Um produto que engloba o conceito da sustentabilidade, sob seus diversos elementos (social, econômico e ambiental), faz com que sua compra beneficie uma comunidade, o meio ambiente e busque o equilíbrio ao longo de toda cadeia de fornecimento.

Figura 59 – Artesanato Neide Garrido



Fonte: Garrido, L. (2015)

O artesanato tem sido um importante elemento de perpetuação das tradições, pois por meio das técnicas utilizadas através do etnoconhecimento, construído e reproduzido de maneira cíclica e transformadora, fortalece novos grupos. Os benefícios vão desde o incremento na renda mensal até a dimensão da reprodução simbólica da tradição da comunidade.

Os artesanatos da comunidade Tumbira demonstram o etnoconhecimento²⁰ alinhado a práticas sustentáveis como colares, pulseiras, brincos desenvolvidos com fio de tucum, escamas de peixes e coloridos com tingimentos naturais feitos pela artesã Izolena Garrido, que utiliza de plantas que produzem corantes.

Figura 60 – Artesanato Izolena Garrido



Fonte: Bruno Kelly, (2015)

A singularidade da beleza amazônica, e sua importância para o meio ambiente estimula o comportamento moderado e ecologicamente correto, isso se expressa através de medidas de sensibilização da comunidade, ao continuar a oferecer os atrativos naturais como “exótico”, contudo, respeitando os limites de exploração da natureza.

Matos (2014) em uma reflexão das atividades de lazer nas comunidades amazônicas, através da obra “Invenção da Amazônia”, de Neide Gondim (2007) que destaca com propriedade a visão do outro sobre a região amazônica. A visão do colonizador, do europeu, dos viajantes do Velho Mundo sobre o Novo Mundo. Uma visão preestabelecida, mitológica e carregada de fantasias dado o percurso histórico em outro continente. Com uma visão de paraíso, a autora sustenta que a Amazônia foi inventada, explorada, conquistada e espoliada pelo colonizador (MATOS, 2014, p.117).

²⁰ **Etnoconhecimento** são os saberes, tradições (cultura) passados de geração a geração nas comunidades tradicionais, aprendidos com a vida cotidiana e a interação direta com o meio que os cerca e seus fenômenos naturais (NASCIMENTO, 2013).

Ainda segundo Matos (2014, p.118), convicto das reflexões dos autores e em nenhum momento querendo desvirtuá-las, a assertiva posta é que o imaginário do paraíso, ou melhor, do exótico quem o conhece é o amazônida. Quem vem conhecer a região, vem em busca de sua excentricidade. Vem para ver, tocar, cheirar, ouvir, apreciar o ambiente.

Figura 61 – Focagem de jacaré



Fonte: Bruno Kelly, (2015)

É comum entre os turistas, principalmente os estrangeiros o desejo de ver jacarés de perto. Sabendo disso como enfatiza Matos (2014) o amazônida, conhecedor desse universo que sustenta o imaginário, não só do estrangeiro, mas de muitos brasileiros, é o indivíduo a poder proporcionar aos visitantes incursões em ambientes terrestre e aquático e as práticas, sob medidas, neles desenvolvidas.

Figura 62 – Trilha



Figura 63 – Passeio no igapó



Fonte: Garrido, L. (2015)

Cientes dos desejos dos turistas a comunidade se organiza de acordo com os anseios em conhecer uma Amazônia “exótica” com lendas e mitos sobre a região. Alimentar o imaginário dos turistas muitas vezes é imposições das operadoras de turismo. Dar-se o que deseja. Matos (2014) solidifica essa ideia ao relatar que:

É em função das exigências do lazer que se sustenta a manutenção do paisagismo natural e desperta, estimula e exige atitudes e mudanças de comportamento em prol do ambiente. É possível que se fortaleça, estimulados pelo lazer, uma sensibilidade com relação às questões ambientais, preservando formas de vida e ambientes exóticos (MATOS, 2014, p. 119).

De acordo com o ICMBio, um turismo sustentável se estabelece no gerenciamento de todos os recursos implicados na atividade turística, de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e ambientais possam ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida.

O turismo está atrelado em uma linha tênue complexa, que precisa englobar distintos desejos, valores (sociais, econômicos, culturais, ambientais, políticos) tanto para quem usufrui da atividade como lazer, quanto para os que necessitam da mesma com forma de sobrevivência. Daí a razão para a reestruturação do território como premissa em atender as diversas demandas que a atividade turística implica e que será exposto a seguir.

2.3 Turismo como ressignificação do espaço / tempo na comunidade Tumbira

É notório processo de mudança do mundo ao longo do tempo, contudo é interessante ressaltar que o tempo age diferencialmente para cada grupo social, pois o tempo, segundo Norbert Elias (1998), é uma construção simbólica, resultado do longo processo de transformações sociais da sociedade humana. Ele é o organizador das relações sociais, quer seja no tempo micro do relógio, quer seja no tempo macro do calendário. Nesse sentido, no universo amazônico, dado o processo de integração em curso, é quase que impossível uma comunidade rural está fora desse tempo.

No entanto, dadas as figurações em que os indivíduos estão inseridos, a dinâmica de cada grupo no contexto do tempo pode mostra-se diferenciada, principalmente quando a atividade é orientada pelo tempo natural como a caçada, pescaria e a extração de outros produtos da floresta. Não menos, podemos identificar algumas práticas de cultivo do solo que são mais favoráveis a épocas do ano.

Entretanto, comunidades que se inserem na atividade de turismo, não podem ter autonomia de fazer seu próprio tempo, principalmente no planejamento à espera do turista. Isso implica na inserção da comunidade em um tempo macro, que lhe dá orientação para o planejamento das atividades a serem desenvolvidas. Nesse caso, o tempo cíclico pode ser levado em consideração ao ajustar a atividade a ser realizada ao calendário turístico no Amazonas. Por exemplo, em época de enchente do rio algumas pescarias são mais desenvolvidas do que outras em épocas de vazante do rio.

Então não é de estranhar, que a comunidade tente se encaixar no tempo mediado por agentes externos (Instituições Governamentais e ONGs). Por se tratar de uma comunidade inserida em uma Unidade de Conservação com normas e regras para serem cumpridas, a mesma necessita se moldar para sobreviver dentro de um novo contexto que lhe foi imposto.

Atualmente a comunidade estudada é beneficiada por políticas públicas do Estado e Governo Federal como Bolsa Família, Bolsa Floresta, Seguro Defeso aonde os moradores se organizam, com base no calendário macro, para receber os benefícios. Esses programas possuem suas normas e deveres para serem obedecidas pela comunidade. Diante a realidade que se mostra, tendo nosso foco na atividade de turismo, destacaremos o programa bolsa floresta, pois na sua organização tem um componente intitulado: “Renda” destinada a projetos de geração de emprego e renda, no qual o turismo se enquadra nessa categoria.

Para que a comunidade consiga o recurso financeiro a mesma precisa elaborar um projeto para submeter a instituição ou ONG dentro do prazo estipulado obedecendo todos os critérios da instituição fomentadora do recurso, a comunidade se organiza para atender esses critérios. Todavia, não significa dizer que a comunidade Tumbira perdeu a essência do modo de vida, isto é, suas rotinas desencadeadas em suas figurações, o tempo pode esperar, não é frenético como nos grandes centros urbanizados, é o que destaca Matos (2015) em seus estudos com comunidades rurais amazônicas,

“...é possível encontrar, em comunidades mais afastadas do centros urbanizados, pessoas ou famílias que se orientam pelos ciclos naturais e levam uma vida menos corrida. Constroem e produzem o suficiente para viver. Não podem ser classificadas de conformadas, elas aprenderam, vivendo em um universo de rios e florestas, que a vida para se viver não precisa ser acelerada. Isso não é um problema no modo de vida de muitos amazônidas, pode ser um problema para o olhar do cidadão, epistêmico, carregado de cientificismo, tecnologia e progresso.” (MATOS, 2015, p. 123)

Porém, as práticas culturais da comunidade pesquisada, ganham novos ressignificados, pois não estão imunes as transformações ao longo do tempo.

Becker (2010) em uma análise sobre as novas territorialidades na Amazônia argumenta sobre os desafios da elaboração de políticas públicas no novo momento histórico que exige que se aprofunde o conhecimento sobre o processo de transformação territorial que ocorre na Amazônia. No momento em que se privilegiam as relações multidimensionais do poder, privilegia-se a prática espacial e o território, não mais apenas do Estado-Nação, mas dos diferentes atores sociais.

Considerando necessário reconhecer modos e intensidades diversos da prática estratégica espacial, é importante distinguir territorialidade e gestão do território, duas faces conflitantes de um só processo de reorganização política do espaço contemporâneo (Becker, 1988).

O território é o espaço da prática. Por um lado, é um produto da prática espacial: inclui a apropriação de um espaço, implica a noção de limite – um componente de qualquer prática –, manifestando a intenção de poder sobre uma porção precisa do espaço. Por outro lado, é também um produto usado, vivido pelos atores, utilizado como meio para sua prática (Raffestin, 1980);

A territorialidade é uma relação com o espaço que afeta, influencia ou controla ações por meio do reforço de governança sobre uma área geográfica específica, isto é, o território (Sack, 1986). É a face vivida do poder;

A territorialidade manifesta-se em todas as escalas, desde as relações pessoais e cotidianas até as complexas relações sociais. Ela se fundamenta na identidade e pode repousar na presença de um estoque cultural que resiste à reapropriação do espaço, de base territorial;

A malha territorial vivida é uma manifestação das relações de poder, da oposição do local ao universal, dos conflitos entre a malha concreta e a malha abstrata, concebida e imposta pelos poderes hegemônicos.

Gestão é um conceito associado à modernidade: é a prática estratégica, científico-tecnológica, que dirige, no tempo, a coerência de múltiplas decisões e ações para atingir uma finalidade. A gestão do território é a prática estratégica, científico tecnológica, do poder no espaço-tempo (BECKER 2010, p. 5).

Becker propõe que as ordens de grandeza sejam definidas por níveis significativos de territorialidade e/ou gestão do território, arenas políticas, expressões de uma prática espacial coletiva fundamentada na convergência de interesses, ainda que conflitante e momentânea, e cuja articulação com os demais níveis se faz por meio de conflitos e de sua superação, isto é, das relações de poder.

A revolução na microeletrônica e na comunicação gerou um novo modo de produzir baseado no conhecimento e na informação, configurando uma nova divisão territorial do trabalho e uma nova geopolítica. A Amazônia passou a ser vista, em grande parte, como área a ser preservada na medida em que o novo modo de produzir a valoriza como capital de realização atual ou futura. Simultaneamente, a lógica cultural dos movimentos sociais e ambientalistas, embora por outros interesses de sobrevivência, convergem para a lógica de preservação, gerando esdrúxulas alianças com organizações não governamentais (ONGs) e agências internacionais. Para os diferentes níveis de produtores, contudo, a natureza é a base para obter riqueza e melhores condições de vida, assim como para a sociedade brasileira, em geral.

Projetos alternativos surgiram, constituindo embriões de novas territorialidades. Os conflitos das décadas de 1970 e 1980 se transfiguraram, hoje, em diferentes projetos de desenvolvimento, cuja demanda se efetua sob forma diversa, pacíficas ou não. A coalescência de projetos resulta em dois vetores de transformação regional, que expressam a estrutura transicional do Estado e do território (Becker, 1995).

Os projetos conservacionistas correspondem a experiências associadas à biosociodiversidade da Amazônia – bem expressando a heterogeneidade regional – e representam novas territorialidades resistentes à expropriação, sejam os sujeitos índios e não índios – seringueiros ou pequenos produtores. Cada uma dessas experiências é realizada em um dado ecossistema, utilizado por populações de origens étnica e/ou geográfica diferente, com técnicas, estrutura produtiva social e política, bem como parcerias diversas. Sua sustentabilidade é ainda uma incógnita, embora já se reconheçam potencialidades diversas.

Projetos de produtores familiares assim como os projetos de turismo em comunidades amazônicas também são embriões de novas territorialidades que resultam das mudanças proporcionadas pelas demandas de preservação do meio ambiente e a

necessidade de explorar os recursos naturais de maneira sustentável reduzindo os efeitos degradantes da ação humana sob a natureza. Nesse caso, ressalta a experiência da comunidade Tumbira que por influência da Fundação Amazonas Sustentável deu início à atividade de turismo.

As incertezas quanto aos modos de transformação dos territórios são muitas e maiores ainda em relação à Amazônia, dada a sua extensão e a aceleração da dinâmica regional. Uma certeza, contudo, deve ser considerada: o esgotamento da macrorregião como escala ótima de planejamento. O planejamento, para ser bem sucedido, deve focalizar problemas bem definidos e delimitados. As novas territorialidades têm, assim, que ser reconhecidas como um componente a ser fortalecido para o desenvolvimento regional sustentável (BECKER, 2010, p. 7).

Frente às transformações sociais ocorridas ao longo do tempo na comunidade Tumbira e intensificado principalmente com a posse do território pelo Estado, contribuiu para ressignificação da territorialidade diante os desafios em relação à falta de trabalho, já que a comunidade em sua maior parte era composta por madeireiros. Como citado anteriormente por Becker (2010) em relação as alianças formadas com instituições e ONGs com o discurso preservacionista e conservacionista a atividade de turismo foi apresentada a comunidade Tumbira pela Fundação Amazonas Sustentável, iniciando timidamente em 2010. É relevante ressaltar que o turismo não é uma atividade comungada por todos da comunidade, tão pouco organizada em cooperativas e associações como relatado em alguns conceitos sobre Turismo de Base Comunitária, Turismo Comunitário, Turismo Rural entre outros. Especificamente o turismo na comunidade Tumbira não se encaixa completamente em nenhum dos segmentos apontados e seus conceitos. Vejamos a seguir o quadro com os diversos segmentos de turismo e seus respectivos conceitos.

Quadro 05 – Conceitos e terminologias sobre Turismo de Base Comunitária

Segmento	Iniciativa/autor	Terminologia	Definição
Projetos	Projeto Bagagem	Turismo Comunitário	Atividade turística que apresenta gestão coletiva, transparência no uso e destinação dos recursos e na qual a principal atração turística é o modo de vida da população local. (http://www.projetobagagem.org)
	ProjetoSaúde e Alegria	Ecoturismo de Base Comunitária	Baseada nos princípios da economia solidária, apresenta-se como oportunidade importante de atividade integrada à valorização de práticas sustentáveis de uso dos recursos naturais e da promoção da interculturalidade.

			(http://www.saudeealegria.org.br)
Experiências	Fazenda Modelo Quilombo D'Oiti	Turismo Étnico de Base Comunitária	Modelo de desenvolvimento alicerçado em princípios democráticos cuja participação de membros da comunidade predomina em todo processo decisório e garante que a atividade turística seja um fortalecedor de ancestralidade. (http://www.turismoafro.com.br)
	Prainha do Canto Verde	Turismo Comunitário	Oportunidade para aperfeiçoar a organização comunitária, o desenvolvimento local e a co-gestão para preservar o patrimônio natural, cultural e as formas de vida tradicionais das comunidades e do seu território. (http://prainhadocantoverde.org)
Redes	TUCUM - Rede Cearense de Turismo Comunitário	Turismo de Base Comunitária	Baseado na gestão comunitária ou familiar das infraestruturas e serviços turísticos, no respeito ao meio ambiente, na valorização da cultura local e da economia solidária e controlado de maneira efetiva pelas populações locais (apud Sansolo& Bursztyn, 2009, p. 147).
	TURISOL - Rede Brasileira de Turismo Comunitário	Turismo Comunitário	Forma de organização empresarial sustentada na propriedade do território, na autogestão dos recursos comunitários e particulares com práticas democráticas e solidárias no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados do encontro cultural com os visitantes (apud Sansolo&Bursztyn, 2009, p. 147).
Governo	Ministério do Turismo (MTur-Brasil)	Turismo de Base Comunitária	Modelo alternativo de desenvolvimento turístico baseado na autogestão, no associativismo/cooperativismo, na valorização da cultura local e, principalmente, no protagonismo das comunidades locais, visando a apropriação por parte destas comunidades dos benefícios advindos do desenvolvimento da atividade turística (2008, p. 01).
Academia	Maldonado	Turismo Comunitário	Forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários e de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos (2009,p.31).
	Coriolano	Turismo Comunitário	Aquele em que as comunidades de forma associativa organizam arranjos produtivos locais, possuindo o controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas à exploração do turismo (2009, p.282).
	Sampaio et al.	Turismo comunitário,	Estratégia de sobrevivência e comunicação social de conservação

		solidário e sustentável	de modos de vida e preservação da biodiversidade, organizado associativamente em territórios, como arranjos socioproductivo e político de base comunitária, que se valem do consumo solidário de bens e serviços (2011, p.27)
--	--	-------------------------	---

Fonte: Nathália Hallack, (2012).

O turismo acontece na comunidade Tumbira organizado principalmente por uma família que tem como apoio de interlocução a FAS, pois é a partir dessa ONG que turistas ficaram sabendo da atividade de turismo nesse local.

Tudo começou com a implantação do Núcleo de Conservação e Sustentabilidade (conhecido popularmente por Base da FAS) na comunidade, a instituição traz frequentemente prováveis parceiros a fim de captar recursos para projetos dentro das unidades de conservação que em que atua. A base da FAS no Tumbira transformou-se em um portal de visita estratégico pela proximidade a Manaus para captar recurso para instituição. Com isso a comunidade foi beneficiada na melhoria da estrutura física do território, visto que, o arranjo arquitetônico em madeira da base é indiscutivelmente belo, a estrutura é composta por posto de saúde, escola, biblioteca, sala de informática, refeitório, auditório, alojamento feminino e masculino, casa dos professores, base para técnicos e pesquisadores, demonstrados no primeiro capítulo. A estrutura enche os olhos de qualquer pessoa que chega a comunidade.

Em consequência da reestruturação de parte física do território a comunidade precisou se adequar a algumas normas em relação a limpeza, armazenagem dos resíduos, entre outras coisas, podemos dizer, a marca do processo civilizador avançando para o interior do Amazonas. A base foi construída para atender todas as comunidades da RDS do Rio Negro. No entanto, é visível o desenvolvimento do Tumbira em relação às outras comunidades da reserva o que gera uma espécie de disputa ou sentimento de injustiça em algumas comunidades devido à construção da base ter sido no Tumbira.

É fundamental entendermos a relação da instituição FAS com a inserção do turismo na comunidade Tumbira. Como observado no (quadro 05) sobre as terminologias e conceitos sobre Turismo de Base Comunitária, verifica-se que o turismo que acontece na comunidade Tumbira não obedece de forma completa nenhuma das definições, mas se pode utilizar de algumas parcelas de vários conceitos, mas nenhum compreendido de maneira

integral. O que nos faz refletir sobre a necessidade de construção de um novo conceito que desmitifique o turismo ideal para as comunidades e compreenda as especificidades locais.

A comunidade diante dos novos desafios a partir da criação da UC enxergou a aliança com a FAS como estratégia de sobrevivência em meio ao novo contexto territorial, espacial e temporal que estava e continua vivendo. Daí inicia-se a transfiguração da comunidade antes e depois da reserva. A ressignificação do território para inserção de novos projetos, tais como o plano de manejo florestal e o turismo, base desse capítulo.

Não é de interesse da presente pesquisa insinuar que a comunidade não passaria por transformações mesmo que não houvesse ocorrido a criação da UC, até porque a comunidade como a sociedade em geral parte de um processo social em constante modificação, não está imune às contínuas transformações. No entanto, é pertinente salientar que a criação da UC foi um acontecimento expressivo na vida das comunidades e como tal originou vários acontecimentos como a introdução do turismo na comunidade Tumbira.

Com o advento do turismo cursos e capacitações foram oferecidas com a finalidade de preparar a comunidade para bem receber ao turista, tecnizando a hospitalidade típica das comunidades amazônicas. Segundo Elias a tecnização é:

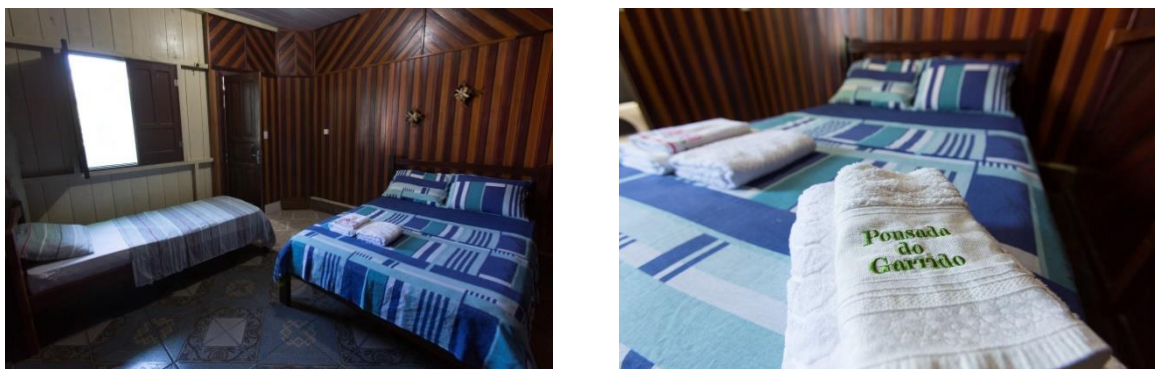
O processo que avança, permite que se aprenda explorar objetos inanimados, cada vez mais extensamente, em favor da humanidade, manejando-os e os processando, na guerra e na paz, sobretudo na expectativa de uma vida melhor. (ELIAS, 2006, p. 03)

Para esclarecer certos aspectos dos contextos entre tecnização e civilização é válido observar o desenvolvimento da comunidade Tumbira com a inserção do turismo, os novos padrões de organização para receber turistas, assim como a aprendizagem de técnicas para gerenciar o empreendimento como: enviar e responder e-mails, aprender termos como check in, check out, quando se inicia e fecha uma diária, precificação dos serviços como alimentação, hospedagem, passeios, pacotes, o modo como arrumar a mesa ou a cama, a higienização dos alimentos, criar novos atrativos similares aos atrativos dos grandes complexos turísticos como tirolesa, caiaque, stand uppaddle, alinhado as práticas tipicamente regionais como a farinhada, pescaria de caniço, passeio de canoa e reinventando caminhos antes usados para chegar a áreas de extração de madeira em trilhas turísticas dando um novo significado a antigas práticas degradantes da natureza.

O mateiro pode mostrar as árvores centenárias, ou melhor, milenares, apresentar as sapopemas das grandes árvores e sustentar a lenda de como o Curupira se comunica ou faz correr da mata aquele que a espolia. O mateiro pode apresentar o pau-rosa, a árvore que Marilyn Monroe, com o Chanel nº 5, quase leva à extinção. O amazônida pode apresentar ao visitante a árvore sagrada por muitos homens. A árvore que fez o poder econômico de outros homens. (MATOS, 2015, p. 119)

A citação se encaixa ao madeireiro que se transformou em mateiro ou "condutor local" e utiliza o etnoconhecimento para dar novo sentido à prática extrativista utilizando a atividade de turismo como um recurso econômico sustentável e conseqüentemente melhorar de vida. Ainda segundo Elias (2006) o termo "vida melhor" refere-se a um processo social em cujo desenvolvimento as condições de existência tornam-se não exatamente ótimas, em sentido absoluto, porém superiores em comparação a uma fase anterior.


Figura 64 – Quarto da Pousada Garrido



Fonte: Bruno Kelly, (2015)

Todos os exemplos expressam a nova configuração a qual a comunidade Tumbira está inserida. Segundo Elias (1980, p. 139), um dos aspectos mais elementares e universais de todas as figurações humanas é o de que cada ser é interdependente – cada um se pode referir a si mesmo como eu e aos outros como tu, ele, ou ele, nós, vós ou eles. Não há ninguém que nunca tenha estado inserido numa teia de pessoas.

Figura 65 – Tabela de preço dos serviços da pousada Garrido



Reserva de Desenvolvimento Sustentável Rio Negro
Comunidade Tumbira - Iranduba (AM)
(92) 9146-4667 - pousadadogarrido@hotmail.com
www.facebook.com/reservadedesenvolvimentosustentaveltumbira

TABELA DE PREÇOS

ALIMENTAÇÃO

	TIPO	PREÇO (R\$)	CARDÁPIO
CAFÉ	A	12,00	Café, leite, queijo, presunto, pão, tapioca, 2 tipos de sucos, fruta da estação, tucumã, bolo, margarina ou manteiga.
	B	9,00	Café, leite, margarina ou manteiga, pão, 1 tipo de suco, tapioca.
	C	6,00	Café, leite, margarina, pão, tapioca.
ALMOÇO	A	30,00	2 pratos principais (sendo um peixe nobre), arroz, farofa, feijão, salada, purê (batata, macaxeira ou jerimum), 2 tipos de suco, 2 tipos de sobremesa, café.
	B	25,00	1 prato principal (incluindo galinha caipira), arroz, farofa, feijão, salada, 1 tipo de suco, 1 tipo de sobremesa, café.
	C	15,00	1 prato principal simples (peixe miúdo, frango, carne), arroz, farofa, feijão, água, café.
JANTAR	A	30,00	2 pratos principais (sendo um peixe nobre), arroz, farofa, feijão, salada, purê (batata, macaxeira ou jerimum), 2 tipos de suco, 2 tipos de sobremesa, café.
	B	25,00	1 prato principal (incluindo galinha caipira), arroz, farofa, feijão, salada, 1 tipo de suco, 1 tipo de sobremesa, café.
	C	15,00	1 prato principal simples (peixe miúdo, frango, carne), arroz, farofa, feijão, água, café.
LANCHE	A	12,00	2 tipos de suco, açaí com tapioca ou abacatada, pão, bolo, patê regional (tucumã, pupunha), fruta da estação, café, leite.
	B	8,00	1 tipo de suco, refrigerante, biscoito salgado, margarina, biscoito doce, fruta da estação, café, leite.
	C	6,00	Refrigerante, café, biscoito salgado ou doce, margarina.

Os preços estão sujeitos a alteração.
Peixes nobres: tambaqui, pirarucu, tucunaré, matrinxã.

Fonte: FAS, (2013)

A família Garrido e principalmente pelo nome do sr. Roberto são referência do trabalho com turismo para a comunidade. Em uma das entrevistas de campo perguntei a várias famílias se trabalhavam com turismo e sempre respondiam: “a família do Roberto que trabalha com turismo...” e quando retomava a questão sobre o que conheciam sobre turismo tornavam a responder: “rapaz quem recebe turista aqui é o Roberto, só vejo chegar grupos de estudantes aí...”

Já havia fortes relações de poder na comunidade e que se intensificou ainda mais com a chegada do turismo. É preciso entender que a família Garrido sempre foi estabelecida na comunidade devido ao patriarca da família ter sido o maior construtor naval do Rio Negro antes da criação da reserva. Dono de estaleiro, empregava muitos pais de família em seu empreendimento, e era o que mais comprava madeira dos madeireiros. Isso fez com que adquirir-se respeito das demais famílias da comunidade e entorno.

Com o advento do turismo as tensões se fortaleceram entre os estabelecidos e os outsiders. É importante enfatizar que os maiores conflitos estão no ceio da família e que as demais famílias da comunidade sentem-se conformadas como outsiders, pois o respeito

adquirido àquela família como os “patrões” nunca acabou. Para compreender do que se trata a relação entre estabelecidos e outsiders buscou-se aporte teórico na obra *Estabelecidos e Outsiders* de Norbert Elias, que contribui para entender as relações de poder na comunidade Tumbira.

As palavras *establishment* e *established* são utilizadas, em inglês, para designar grupos e indivíduos que ocupam posições de prestígio e poder. Um *establishment* é um grupo que se autopercebe e que é reconhecido como uma "boa sociedade", mais poderosa e melhor, uma identidade social construída a partir de uma combinação singular de tradição, autoridade e influência: os *established* fundam o seu poder no fato de serem um modelo moral para os outros.

Na língua inglesa, o termo que completa a relação é *outsiders*^ os não membros da "boa sociedade", os que estão fora dela. Trata-se de um conjunto heterogêneo e difuso de pessoas unidas por laços sociais menos intensos do que aqueles que unem os *established*. A identidade social destes últimos é a de um grupo. Eles possuem um substantivo abstrato que os define como um coletivo: são o *establishment*. Os *outsiders*, ao contrário, existem sempre no plural, não constituindo propriamente um grupo social.

Os ingleses utilizam os termos *establishment* e *established* para designar a "minoridade dos melhores" nos mundos sociais mais diversos: os guardiões do bom gosto no campo das artes, da excelência científica, das boas maneiras cortesãs, dos distintos hábitos burgueses, a comunidade de membros de um clube social ou desportivo. (ELIAS 200, p. 9)

Os grupos humanos tendem a estabelecer uma atitude de desvalorização com relação a outros grupos em menor ou em maior grau. As relações entre estabelecidos e outsiders se pautam no fato de um grupo sempre buscar excluir o outro das chances de poder e status, conseguindo monopolizar essas chances. Na comunidade Tumbira os grupos não deixam evidentes a primeira vista as tensões entre os grupos, só depois de um determinado tempo de convivência os conflitos de poder vem a tona.

Elias (2000, p. 158) afirma que Karl Marx foi o primeiro a descobrir que os conflitos de grupos e os processos ligados a eles, apesar das diferenças de suas manifestações, podem possuir uma estrutura fundamental semelhante. Sua constatação de que tais conflitos não surgem da má vontade ou da fraqueza de caráter de um lado ou do outro, mas de particularidades estruturais da sociedade em questão, foi um passo muito grande no desenvolvimento da teoria sociológica.

2.3 Turismo sob outra perspectiva

No atual cenário do que se denomina "turismo comunitário" defendo a ideia de intitulá-lo de **Turismo em comunidades Rurais**, pois dessa forma não aprisiona-se a atividade realizada nas comunidades a certos conceitos ou terminologias. A especificidade

de organização de cada comunidade é singular e não podemos descrevê-las como se fossem receitas de bolos e tão pouco podemos exigir que por se tratar de comunidades rurais todos comunguem da mesma vontade de trabalhar com turismo.

Parto do princípio que é preciso desmitificar o pensamento de que só pode ser considerado turismo comunitário se a comunidade em sua totalidade estiver envolvida com a atividade. Porém há de entender que o PROTAGONISMO tão falado não precisa necessariamente ser de TODOS da comunidade. Há grupos ou famílias que se identificam e outros não.

O turismo chega às comunidades de maneiras distintas, seja por forma de resistência em defesa da terra como é o caso da Prainha do Canto Verde no litoral cearense, que viram no turismo uma forma de fortalecer a pesca e as atividades tradicionais que são os atrativos turísticos, seja por proposta de ONGs como o Programa de Turismo de Base Comunitária do Instituto Mamirauá que desde 1998, assessora comunidades locais para a prestação de serviços turísticos na Pousada Uacari, que é uma das iniciativas desse programa. Com a finalização da infraestrutura em 2001 e consolidação da iniciativa, a Pousada Uacari passou a ganhar uma visibilidade no cenário turístico nacional e internacional, deixando a sua parcela de contribuição ao segmento e contribuindo para promover ações de sustentabilidade na região. Assim como iniciativas em comunidades do rio Arapiuns no estado do Pará: Anã, localizada na Reserva Extrativista Tapajós- Arapiuns; Atodí e Vila Amazonas, localizadas no Projeto de Assentamento Extrativista Lago Grande, apoiadas pelo Projeto Saúde & Alegria, instituição civil, sem fins lucrativos, que atua na Amazônia desde 1987. As comunidades recebem qualificação e investimentos em infraestruturas receptoras e em empreendimentos solidários que melhoram a renda de forma sustentável, em parceria com outras iniciativas e de forma articulada com as políticas de regionalização do turismo²¹. E como as seis experiências de turismo da RDS do Rio Negro descritas anteriormente incluindo a comunidade Tumbira, *locus* dessa pesquisa que recebem incentivos da FAS seja em infraestrutura, ou em capacitações para a promoção da atividade turística. O desenvolvimento da atividade turística nas comunidades rurais principalmente na Amazônia sem as parcerias institucionais seria ainda mais complicado pela condição geográfica de difícil acesso, muitas vezes sem comunicação onde as comunidades estão localizadas.

²¹ NOVO, CRISTIANE. B. M. **Turismo comunitário**: um olhar sobre a Região Metropolitana de Manaus. Manaus: UEA, 2015.

O turismo em comunidades rurais baseia-se na descoberta ou na experimentação de outros modos de vida que superam a hegemonia da sociedade de mercado. Constroem-se relações de afetividade que dificilmente aconteceria em um turismo convencional.

No entanto, pensar que o turismo em comunidades rurais é extremamente harmonioso, que todos participam e se envolvem com a atividade é no mínimo romântico ou uma maneira de iludir-se com uma explicação satisfatória, embora inadequada aos acontecimentos reais. É escolher o mito como realidade.

O turismo em comunidades rurais nasce da premissa de melhorar economicamente a vida dos residentes, ou melhor, dos que escolheram o turismo como uma alternativa de renda. Utilizam-se dos recursos naturais e da cultura local como artefatos para atrair visitantes. O turismo em comunidades rurais é uma oportunidade de geração de renda em meio às transformações ocorridas no mundo a partir de temas sobre meio ambiente discutidas nas agendas internacionais como, por exemplo, a Conferência das Nações Unidas de Estocolmo em 1972, que levaram a questão do preservacionismo até a criação das Unidades de Conservação como forma de solucionar a problemática ambiental cooperando para o processo de mudança da dinâmica social das comunidades rurais. O que não significa que as populações das comunidades rurais não tenham o apego afetivo pelo lugar onde vivem.

Diferentemente das pautas discutidas nas agendas internacionais, como diz Sachs (1993), que quase sempre tinham como preocupação por parte dos governos uma estratégia de gestão do ambiente, em escala mundial que atendesse à preservação de um projeto liberal desenvolvimentista com interesse de acumulação de riquezas, baseado num sistema de produção que poderia ser inviabilizado pelo esgotamento dos recursos naturais. As comunidades enxergaram no turismo um potencializador de valorização dos recursos naturais a seu próprio benefício sem degrada-lo. Dificilmente se ouvirá dizer que comunidades rurais estão trabalhando na atividade de turismo porque pensam em acumular riquezas para partirem para outro lugar, pelo contrário, muitas comunidades enxergam no turismo uma saída para permanecerem nas comunidades, mesmo que a atual geração tenham anseios profissionais diferentes de seus pais e acabem partindo em busca de novas oportunidades impossíveis de serem atendidas nas comunidades.

Não se pode exigir das comunidades rurais que se encaixem a determinados conceitos de turismo como se as mesmas estivessem isoladas em um espaço imunes de

conflitos, problemas, anseios distintos. As comunidades utilizam-se do turismo como trabalho atendendo aos desejos de lazer dos turistas e por terem uma organização mais próxima estabelecem relações de afetividade, conhecimento, compartilhamento de saberes constituintes do *modus vivendi*. Isso distingue o turismo nas comunidades rurais do turismo convencional ou de massa. A relação entre os comunitários cujas opiniões diferem, de tal maneira que elas concordam em discordar para permitir vida em conjunto, evidenciando a sociabilidade de se viver em uma sociedade civilizada.

Contudo, o turismo em comunidades rurais acontecerá de acordo com a particularidade de cada local, envolvendo todos os residentes ou não. O turismo não precisa ser aceito por todos, no entanto, os que optarem pela atividade necessitam ter responsabilidade com a comunidade e protagonizar de fato a experiência turística, pois o espaço aberto aos turistas é o mesmo espaço dos demais comunitários.

3 CONFIGURAÇÃO ATUAL DA COMUNIDADE TUMBIRA

O presente capítulo tem por objetivo retratar a atual configuração da comunidade Tumbira a partir do novo contexto ambiental em que a mesma está inserida após criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro.

3.1 Das práticas tradicionais a infração legal

O conjunto de atividades que compõem o cotidiano da comunidade Tumbira é garantido por diferentes grupos. O trabalho estabelece e diferencia as famílias de acordo com as atividades desempenhadas. Na atual configuração as cadeias produtivas de turismo, artesanato, madeira, pesca e agricultura, indicam a organização da comunidade por meio do trabalho. A interferência do Estado através da fiscalização e monitoramento por se tratar de Unidade de Conservação contribuiu para uma nova relação da comunidade com o trabalho a partir de práticas que sejam “sustentáveis” ou impacte o mínimo possível os recursos da biodiversidade.

Essa vigente configuração nos convida a uma análise sobre as práticas tradicionais existenciais da cultura amazônica como a caça de animais silvestre (queixada, paca, tatus, quelônios) típico e apreciado pelas comunidades. E a convivência com as normas e regras estipuladas pela Lei de Política Ambiental do Estado, coordenado e executado pelo IPAAM em parceria com Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA. Segundo relatos de comunitários, ações de caça, retirada de madeira sem plano de manejo acontecem, esporadicamente:

[...] vez ou outra a gente come um tracajá, uma queixada quando tá no tempo. O que não é permitido é a gente retirar pra vender, mas agente sabe que tem gente que tira madeira e leva pra vender escondido. Pra evitar complicação o melhor é quando for caçar para comer com a família, não falar nada pra ninguém. (Entrevistado nº1, Pesquisa de campo, 2017)

De acordo com o primeiro capítulo, o Estado não tem estrutura em recursos humanos capaz de atender as exigências para monitoramento e fiscalização eficiente.

O relato do entrevistado nº 01 confirma que apesar das transformações ocorridas socialmente, ambientalmente, economicamente e principalmente na nova forma de trabalho da comunidade, o aspecto cultural do modo vida, sobretudo, na alimentação, denega regras de fiscalização.

O desenvolvimento das atividades produtivas está profundamente ligado à utilização dos recursos naturais. Contudo, constituem-se múltiplas formas de manejo dos recursos, das quais se derivam práticas diferentes e complementares.

Na Amazônia, a forma de trabalho das populações tradicionais é em grande maioria extrativista e agrícola, baseada na coleta de frutos e na extração de matérias-primas oriundas da floresta, da caça, da pesca e das atividades agrícolas diversificadas, sempre em pequena escala, num sistema de produção familiar. A fonte de renda monetária é considerada baixa, advinda da comercialização de produtos excedentes, o que ocorre com muita frequência.

Evidenciou-se na comunidade o desenvolvimento de atividades que viabilizam a construção de alternativas de produção de trabalho e renda, baseando-se em novo modo utilização dos recursos naturais para manutenção das famílias. Marx, 2013 diz quê:

Do ponto de vista da Antropologia, o que sobreleva é a relação do homem com a natureza por meio do trabalho e a humanização sob o aspecto de autocriação do homem no processo de transformação da natureza pelo trabalho. As mudanças nas formas de trabalho constituem os indicadores básicos da mudança das relações de produção e das formas sociais em geral do intercurso humano. O trabalho é, portanto, o fundamento antropológico das relações econômicas e sociais em geral (MARX, 2013, p. 48).

O trabalho na comunidade Tumbira está além de uma atividade meramente econômica, representa autoimagem das famílias. Mesmo renovado o modo de utilização dos recursos naturais, por necessidade de encaixar-se aos novos modelos de trabalho impostos pela política ambientalista para a conservação do meio ambiente, em virtude de estar dentro de uma unidade de conservação, a relação homem/natureza ainda continua enraizado culturalmente.

As atividades de complementação de renda se revestem de importância estratégica, as quais requerem alternativas diversificadas que ao mesmo tempo precisam ter características peculiares em caráter de sustentabilidade.

Becker (2013, p. 36) explica sobre a beleza do trabalho velho aparentado, sustentando o trabalho novo:

Mais belo ainda é a existência do trabalho velho aparentado – a cultura e a experiência anterior tradicional capaz de alimentar um trabalho novo, oferecidos pelos índios. É no que se chama hoje de conhecimento tradicional dos grupos indígenas que constitui o trabalho velho (BECKER, 2013, p. 36).

Apesar do novo sentido dado as práticas tradicionais, o desenvolvimento econômico das comunidades continua na ânsia das expectativas. Sustar o desflorestamento é sem dúvida um imperativo. Mas a evidência empírica é que a proteção ambiental, por se só, não tem conseguido conter o desmatamento nem gerar riqueza e trabalho exigidos pelas populações regionais (BECKER, 2013, p. 60).

Contudo, a falta de trabalho é uma preocupação constante da comunidade Tumbira, revelando que não se criou novos trabalhos, apenas reformularam os trabalhos antigos para que atendesse as necessidades dos conceitos de sustentabilidade impostas pelas organizações ambientais. Um exemplo de reformulação de trabalho velho são as cadeias produtivas de madeira, pesca, agricultura. A madeira retirada para comercialização agora é legalizada por contar com plano de manejo florestal, no entanto, enquanto o Estado não coibir o comércio da madeira ilegal, fica difícil inserir a madeira legalizada no mercado, pois a competição de preços é imensa. A pesca antes praticada em qualquer época do ano, agora conta com um auxílio de seguro defeso para que os pescadores não pesquem na época da desova dos peixes evitando a escassez do recurso. A incorporação de mais conhecimento e tecnologia associada ao aumento da população e as redes ampliadas tem pressionado a diversidade ictiológica e uma perspectiva de que os recursos pesqueiros sejam infinitos (MATOS, 2014, p. 277). A agricultura principalmente no plantio do roçado de mandioca tem determinada a quantidade de área a ser queimada e o manejo do solo, assim como as plantações em Sistemas Agroflorestais – SAF, tendo consórcios de culturas agrícolas com espécies arbóreas, que pode ser utilizado para restaurar florestas e recuperar áreas degradadas.

O turismo, trabalho novo, no verdadeiro sentido da palavra, na comunidade Tumbira necessita que todas as demais práticas econômicas citadas, estejam reformuladas de acordo com as premissas sustentáveis, pois os turistas não querem ver a degradação do meio ambiente. É patente a forma como os indivíduos, dado o processo de integração em curso, inseridos em redes de interdependências ampliadas, distanciaram o olhar sobre os recursos naturais. O conhecimento, fator básico desse distanciamento, possibilitou o uso racional desses recursos em prol da lucratividade (MATOS, 2014 p. 104).

A introdução do termo “desenvolvimento sustentável” ou “sustentabilidade” é a principal causa pela reestruturação das práticas tradicionais na comunidade Tumbira. Bezerra e Bursztyn relacionam esses termos como processo de aprendizagem:

O desenvolvimento sustentável é um processo de aprendizagem social de longo prazo, que por sua vez, é direcionado por políticas públicas orientadas por um plano de desenvolvimento nacional. Assim, a pluralidade de atores sociais e interesses presentes na sociedade colocam-se como um entrave para as políticas públicas para o desenvolvimento sustentável (BEZERRA e BURSZTYN, 2000).

O processo de aprendizagem leva um tempo até a internalização dos novos modos de praticar atividades passadas de geração em geração. Pois o trabalho na vida das comunidades configura-se como expressão cultural em seu cotidiano. Com isso pressupõe-se que o início das mudanças não foram harmoniosos. Para Carla Canepa “o desenvolvimento sustentável caracteriza-se, portanto, não como um estado fixo de harmonia, mas sim como um processo de mudanças, no qual se compatibiliza a exploração de recursos, o gerenciamento de investimento tecnológico e as mudanças institucionais com o presente e o futuro.” (CANEPA, 2007).

Sabe-se que a noção de desenvolvimento sustentável utilizada para subsidiar ações conservacionistas originou-se de uma discussão mais geral relacionada ao confronto entre a necessidade de crescimento econômico e a necessidade de conservação dos recursos naturais. Ademais, foi legitimada por estabelecer um pretenso consenso entre essas duas dimensões, originalmente consideradas opostas (Castells, 2000; Foladori e Tommasino, 2000; Nobre, 2002). Tal consenso tem como princípio geral atender às necessidades do presente, sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras sanarem suas próprias necessidades.

O modo de produção capitalista ilustra a tese geral de (MARX, 2013) de que a realidade é dialética, que ela contém contradições dentro de si, pois, de um lado a mudança tecnológica, a introdução de novos métodos de produção faz parte da própria existência do capitalismo. A presença de organizações e associações que, teoricamente, visam proteger o meio ambiente como um todo a partir de propostas ideologizadas que acabam apenas por denotar uma dita “sustentabilidade”, já que são fundamentadas na adaptação proporcionada pelo mesmo capitalismo que disfarçadamente ou não, continua a se desenvolver.

Considero que a parábola *O homem e a palheira* de autoria de Matos, 2014 retrata a relação do homem e a natureza quando encontra outra maneira de utilizá-la sem destruir. Não entanto, o equilíbrio entre as partes ainda não é o ideal de todos:

Disse o homem à palheira: Palheira, dá-me sua palha. E a palheira respondeu: dou minha palha sim, se você não me levar ao chão. E o homem retrucou: Não lhe levo ao chão, pois não há razão e palha não me faltará. Assim, o homem e a palheira interagiram. A palheira filhou e o homem também. Palheira filha e filho do homem viviam nessa interação. Certo dia, o tataraneto do homem não deu mais sentido a essa interação. Então, a palheira veio ao chão. No chão virou carvão.

As relações que se estabelecem entre o homem e a natureza revelam-se em características da dialética. O homem como ser vivo é gerador e sujeito de uma história, autor e destinatário de regras. Homem e natureza têm um vínculo, sem que, no entanto, se possam reduzir um ao outro.

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [Naturmacht]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. (MARX, 2013. p. 236)

Os novos cenários apresentam-se como realidades em movimento, e como tal necessitam ser entendidos por inteiro e em diferentes escalas. Considerados como métodos artificiais, contribuem para evidenciar diferentes relações de circularidade estabelecidas na comunidade. Expressa como uma unidade complexa e com elementos interdependentes e interativos, a paisagem pode ser discutida como o fruto da interação da sociedade humana com seu espaço de vida, natural e construído.

3.2 Dificuldades e desafios do Tumbira pós reserva

De acordo com os capítulos 1 e 2 deste estudo, a comunidade Tumbira passou e está passando por transformações sociais, culturais, ambientais e econômicas. Todos esses aspectos evidenciam dificuldades e desafios.

Mesmo com os incentivos financeiros para o desenvolvimento da educação, saúde, saneamento básico a comunidade enfrenta dificuldades na manutenção de alguns serviços que não estão ao seu controle dado à interdependência alargada que a comunidade adquiriu com instituições governamentais, não governamentais, instituições privadas e do terceiro

setor após a criação da RDS do Rio Negro. Por estar inserida uma Unidade de Conservação a comunidade constantemente é questionada pelos visitantes sobre o descarte do lixo. A presença de cestos de lixo pela comunidade retrata uma cultura emposta, pois se veem obrigados a atender as expectativas de agentes externos.

Preservar a cultura é desafiador quando a relação dos modos de vida da comunidade com a natureza é muitas vezes questionada pelas políticas preservacionistas, quando a inserção de modelos de trabalhos vindo com as novas tecnologias precisam ser similares aos ocidentais para atender determinados públicos que adentram a comunidade por diversos motivos: turismo, reuniões de parceiros institucionais, pesquisadores. Cada grupo que chega à comunidade vem embutido pré-conceitos formado em relação ao que é comunidade, como deveria ser uma comunidade e etc. A convivência com a interferência dos atores externos é desafiador para a comunidade.

A partir da observação e conversa com os moradores da comunidade, notamos no discurso de todos os entrevistados que a preocupação com a falta de trabalho para os jovens se intensificou após a criação da RDS do Rio Negro. No entanto, analisando sob o viés do processo civilizador compreendemos que dado às figurações de aprendizagem os filhos não desejam adquirir os modos de trabalho dos pais e nem os pais quererem que seus filhos trabalhem na roça ou como pescadores, segundo Matos (2015) filho de pescador no mínimo será professor.

Na idade do meu filho, não dá nem pra contar quantas árvores eu já tinha derrubado. Hoje graças a Deus meu filho tem 18 anos e nunca precisou derrubou nenhuma árvore, ele me ajuda com o turismo aqui na pousada, já terminou o ensino médio. Agora o que dificulta aqui é a questão do emprego, os jovens estudam e não tem aonde trabalhar, o jeito é ir pra Manaus. (Pesquisa de campo, R.B, 2017).

O relato do comunitário demonstra as fragilidades da nova configuração, a comunidade recebeu formação, conhecimento, foram moldadas em um estilo de vida ocidental, porém não tem como desenvolver os conhecimentos adquiridos. As formações acadêmicas desejadas pelos jovens no momento não compreende o universo em vivem, engenharia da computação, eletrônica, são alguns dos cursos citados nas entrevistas, há os pensam em se profissionalizar em turismo, gastronomia e técnico ambiental pensando em futuramente fortalecer essas atividades na comunidade.

Por vezes é útil, para compreender melhor as questões da actualidade, afastarmos-nos delas em pensamento para depois, lentamente, a elas regressarmos. Compreendemo-las, então, melhor. Pois quem se embrenha apenas nas questões

do momento, quem nunca olha para além delas, é praticamente cego (ELIAS, 1991 p. 13).

A falta de emprego é problema social e econômico do Brasil, entretanto, de acordo com a citação, só regressando ao passado somos capazes de compreender os problemas da atualidade. A comunidade Tumbira se configurou em um sistema organizacional transmitido pelo Estado que planejou ações pensando na conservação dos recursos naturais da biodiversidade, no entanto, nesse processo não conseguiu enxergar a complexidade do contexto em as comunidades da reserva estavam inseridas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, embasado na teoria eliasiana procuramos entender as transformações ocorridas na comunidade Tumbira com a criação da RDS do Rio Negro, para tal procedimento o resgate da memória dos comunitários sobre o processo de criação da reserva, aonde Norbert Elias nos deu suporte teórico para compreendermos o processo de civilização correspondente ao percurso da aprendizagem involuntária pelo qual a comunidade Tumbira passa. As configurações advindas com as novas formas de utilização dos recursos naturais transformando práticas tradicionais em novos modelos trabalhos. Ao analisarmos a atual figuração da comunidade observamos que a atividade de turismo se destaca por se tratar de uma ocupação econômica relativamente recente. Segundo Elias, só conseguimos compreender os problemas atuais em retrospectiva.

Desta forma, os capítulos se convergem e se complementam dando sentido aquilo que buscou-se: verificar as transformações ocorridas na comunidade Tumbira com a criação da RDS do Rio Negro. Interpretando de maneira crítica os aspectos sociais, culturais, econômicos e ambientais embutidos no percurso da criação da reserva até dos dias atuais.

A atividade turística desenvolvida em comunidades rurais como prefiro intitular, prepara-se para receber turistas, adquirem novos *habitus* com intuito de atender as exigências, diferenciando-se socialmente dos demais grupos. As ações ambientais, as mudanças governamentais, o mercado econômico, as relações sociais e a sazonalidade podem provocar efeitos positivos, assim como negativos, já que são partes de um sistema aberto sensível às transformações.

O turismo na comunidade Tumbira se deu a partir da criação da RDS do Rio Negro como uma alternativa econômica de um determinado grupo familiar, que sobrevivia

exclusivamente da extração da madeira. Com as regras e normas estipuladas pela UC este grupo se percebeu deslocado do seu ambiente, já que o trabalho é a representatividade cultural e social do indivíduo na comunidade. Uma importante aliada para inserção dessa família no setor turístico é a Fundação Amazonas Sustentável - FAS. Contudo, a atividade de turismo na comunidade Tumbira não envolve todas as famílias e isso tem gerado algumas críticas de intelectuais que apoiados em determinados conceitos sobre turismo comunitário, turismo de base comunitária, turismo rural entre outros, questionam a autenticidade da prática de turismo no Tumbira por não ter todos os indivíduos como protagonistas da atividade.

Com base em estudo das diversas terminologias de turismo e a pesquisa de campo, proponho intitular a prática de turismo nas comunidades como: Turismo em comunidades rurais, dessa forma não aprisiona a atividade turística exercida nas comunidades a conceitos que não se encaixam integralmente em nenhuma realidade amazônica. Todas as comunidades têm suas especificidades assim como a comunidade Tumbira representada por uma família que encontrou nessa prática uma maneira de subsistência. Atualmente, outros grupos estão começando a se inserir na atividade ao perceberem resultados positivos, principalmente econômicos.

Concluimos que, a criação da RDS do Rio Negro tem relevante importância sobre as transformações ocorridas na comunidade Tumbira, o que não significa dizer que só aconteceram essas modificações devido ao surgimento da RDS, contudo, é indiscutível a representação que essa ação do Estado teve sobre o modo de vida da comunidade. A criação da reserva iniciou um processo civilizador correspondente a um percurso de aprendizagem, que através da tecnização advindos com a entrada de novas tecnologias transfigurou a realidade da comunidade evidenciando a interdependência entre os diversos atores sociais que a compõe. O processo civilizador corresponde a seres humanos civilizando seres humanos, teoria utilizada no presente estudo contribuiu para fundamentar o objeto da pesquisa.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS (estado). Lei 3.355 de 26 de dezembro de 2008. Dispõe sobre a redefinição dos limites territoriais da Área de Proteção Ambiental da Margem Direita do Rio Negro Setor puuari – Solimões criada pelo Decreto 16.498, de 02 de Abril de 1995 e, redelimita pela Lei 26.46, de 22 de maio de 2001, e cria a **Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro** e dá outras providências.

AMAZONAS. **Relatório de Gestão 2011**. Manaus: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS, 2012.

_____. Coletânea de Unidades de Conservação: Leis, Decretos e Portarias. Manaus: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS, 2009.

ANDERSON, Benedict; BOTTMAN, Denise. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. Editora Companhia das Letras, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BECKER, Bertha K. **A urbe amazônica: a floresta e a cidade**. Ri de Janeiro: Garamond, 2013.

BECKER, Bertha K. **Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, vol. 5, 2010.

BOUDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp, Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico (História & Sociedade)**. Trad. Fernando Tomaz. 2ª edição revista e atualizada. Lisboa-Portugal: Edições 70, 2011a. 457p.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 jul. 2000.

COSTA, P. C. **Unidades de Conservação: matéria-prima do ecoturismo**. São Paulo: Aleph, 2007.

CANEPA, Carla. **Cidades Sustentáveis: o município como lócus da sustentabilidade**. São Paulo: Editora RCS, 2007.

CANCLINI, Néstor G. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. 3ª ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

CASTELLS, M. (2000), **A era da informação: economia, sociedade e cultura** (vol. 2: O poder da identidade). São Paulo, Paz e Terra.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'ana. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Nupaub/USP, 2008.

DORST, Jean. **Antes que uma natureza morra: por uma ecologia política**. São Paulo, Ed. USP, 1973.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador I: Uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1994.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1993, v. II.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1994a.

_____. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1998.

_____; SCOTSON, J. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000.

FOLADORI, G. & TOMMASINO, H. (2000), "El concepto de desarrollo sustentable treinta años después". *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 1, Curitiba, Editora da UFPR.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 1ª Ed. 13.reimpr. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1987.

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. 1ª ed. Manaus: Valer, 1994.

IRVING, M. A. "Ecoturismo em áreas protegidas: da natureza ao fenômenosocial". In: NEIMAN, Z.; CASTILHO, N.; CASTILHO, V. (Orgs.) *Nas trilhas do ecoturismo*. São Carlos: Editora Rima, 2008.

IUCN - RELATÓRIO, preparatório para o 5º Congresso Mundial de Parques. World IUCN; Conservation Union. Disponível em:

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. – São Paulo : Atlas, 2003.

LEONE, Eugenia Troncoso et al. **Mudanças na composição das famílias e impactos sobre a redução da pobreza no Brasil**. Economia e Sociedade, 2010.

MALDONADO, C. **O turismo comunitário na América Latina: gênese, características, e políticas**. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

MANFREDO, Maria Teresa et al. **Turismo na Amazônia**: elementos culturais, conflitos e imaginários envolvendo a região de Manaus. 2017.

MATOS, GLÁUCIO, C, G. **Ethos e Figurações na Hinterlândia Amazônica**. Manaus: Valer/Fapeam, 2015.

PINTO, Renan Freitas. A viagem das idéias. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 53, p. 97-114, 2005.

RIBEIRO, ODENEI D, S. **Tradição e modernidade no pensamento de Leandro Tocantins**. Manaus: Valer/Fapeam, 2015.

SACHS, Ignacy et al. Estratégias de transição para o século XXI. **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, p. 29-56, 1993.

SIMONETTI, S. R. **TURISMO NO RIO NEGRO**: pelos caminhos das representações sociais dos comunitários do Lago do Acajatuba e da Vila de Paricatuba (Iranduba-AM), 2015.

SCHMITZ, K. L. **Comunidade**: a unidade ilusória. In: MIRANDA, O. (org). Para ler Ferdinand Tönnies. São Paulo: EDUSP, 1995.

SILVA, Marilene C. da. **O Paiz do Amazonas**. 3ª ed. Manaus: Valer, 2012.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

ANEXO I: AUTORIZAÇÃO Nº41/2017 – DEMUC/SEMA

GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

AUTORIZAÇÃO Nº41/2017-DEMUC/SEMA

O Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação (DEMUC) da Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Amazonas (SEMA), no âmbito de sua competência e considerando:

A Lei nº 53, de 05 de Junho de 2007, que institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas (SEUC/AM);

O Artigo 43 que trata do Capítulo VI da Lei do SEUC/AM, que trata das pesquisas científicas em unidade de conservação;

AUTORIZA entrada e execução de pesquisa em Unidade de Conservação de Uso Sustentável, a saber:

1. UNIDADE DE CONSERVAÇÃO CONTEMPLADA:

Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro

2. AÇÃO/ATIVIDADE:

"Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro: uma reflexão sob o viés do processo civilizador"

3. PESQUISADORES AUTORIZADOS:

Nome	Cargo/Instituição	Documento
Josiani Nascimento da Silva	Pesquisador/UFAM	826347002-10
Odenir de Souza Ribeiro	Orientador/UFAM	38438388291

4. PERÍODO DE REALIZAÇÃO

Maio de 2017 a maio de 2018.

5. CONSIDERAÇÕES

- A Unidade de Conservação é um espaço territorial com características naturais relevantes e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, legalmente instituídos pelo Poder Público com objetivos de



GOVERNO DO ESTADO DO

AMAZONAS

condicionará na emissão de novas autorizações ou sua renovação no nome de qualquer um dos participantes do projeto, seja como responsável ou não pelo mesmo.

- O Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação (DEMUC/SEMA) está estruturando o banco de dados de pesquisa, com a elaboração de instrução normativa, e como parte da política de dados, o resultado das pesquisas realizadas nas UC estaduais devem ser enviados no formato de metadados visando o auxílio a pesquisas posteriores na área e aplicabilidade da informação à gestão da UC;
- Todos os dados (metadados) fornecidos serão respeitados, conforme documento orientador a ser assinado no ato de entrega;
- Os resultados direcionados ao DEMUC estão abaixo e serão exigidos:

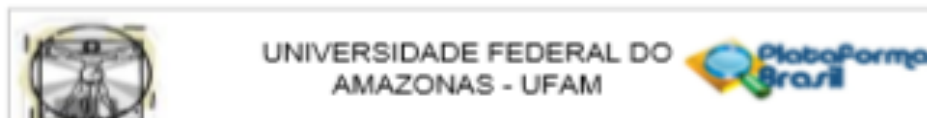
1	Imagens (fotos) do desenvolvimento da pesquisa;
2	Informações das entrevistas;
3	Pontos georreferenciados das comunidades;
4	Relatório Geral, artigos, publicações;
5	Relatório modelo DEMUC

Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação do Amazonas, em Manaus/AM, 24 de maio de 2017.

JOÃO BOSCO FERREIRA SILVA

Chefe do Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação -DEMUC

ANEXO II: PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO RIO NEGRO (AM): UMA REFLEXÃO SOB O VIÉS DO PROCESSO CIVILIZADOR

Pesquisador: JOSIANI NASCIMENTO DA SILVA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 88652618.1.0000.5020

Instituição Proponente: Universidade Federal do Amazonas

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.856.027

Apresentação do Projeto:

A ação humana em busca do desenvolvimento econômico vem gerando uma série de modificações no ambiente natural. Isso vem causando um desequilíbrio ambiental há nível global, o que acabou estimulando a criação das Unidades de Conservação como reflexo dos compromissos internacionais assumidos em 1972, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, em Estocolmo, que difundiu os resultados da reunião do Clube de Roma e do Relatório Meadows, denominado "Os limites do crescimento". Na Amazônia não foi diferente por se tratar da maior floresta tropical do mundo e possuir uma fantástica diversidade biológica e cultural. No entanto, sabe-se que além de milhares de espécies animais e vegetais, muitas delas ainda não identificadas pela ciência, nessas áreas também vivem povos indígenas, grupos remanescentes de quilombos, comunidades de seringueiros, castanheiros, comunidades tradicionais ribeirinhas, entre outros. Neste sentido, nossa intenção é compreender as mudanças na organização da comunidade promovidas após a implantação da reserva. A pesquisa realizará inicialmente a partir de documentos bibliográficos, pois buscará aprofundamento em materiais já existentes como livros, artigos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado para conhecer melhor o objeto de estudo. Optou-se por realizar nesse trabalho de campo de caráter qual-quantitativo uma pesquisa exploratória / descritiva, com o intuito de obter informações sobre os processos socioculturais na comunidade Tumbira, ocorridos com intervenção do Estado no cotidiano dos comunitários a fim conservar o ecossistema natural.

Endereço: Rua Tenente, 485

Cidade: Adrianópolis

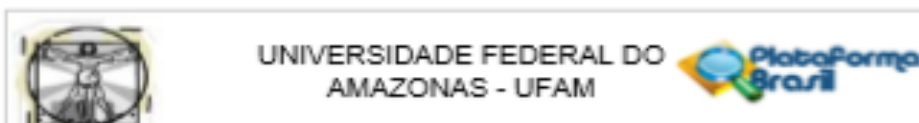
CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 2.081.027

emitidos para os projetos encaminhados ao CEP UFAM

Destacamos, mais uma vez, a necessidade de atendimento às Resoluções CNS em vigência. Desse modo, alertamos ainda que a coleta de dados prevista no cronograma apresentado só poderá ser iniciada após a autorização do projeto pelo Cep Ufam.

No entanto, para que não haja atraso no desenvolvimento do projeto em tela, pesquisa de campo prevista para 20/08/2018 a 20/09/2018, somos de parecer favorável à realização do projeto proposto.

Considerações Finais e critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_1103550.pdf	18/07/2018 00:46:53		Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_1103550.pdf	18/07/2018 00:41:39		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	18/07/2018 00:36:48	JOSIANI NASCIMENTO DA SILVA	Aceito
Outros	TERMO_DE_CONCORDANCIA.pdf	17/07/2018 22:54:55	JOSIANI NASCIMENTO DA SILVA	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	17/07/2018 22:53:00	JOSIANI NASCIMENTO DA SILVA	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	17/07/2018 22:50:33	JOSIANI NASCIMENTO DA SILVA	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO.pdf	03/04/2018 01:04:53	JOSIANI NASCIMENTO DA SILVA	Aceito
Outros	ROTEIRO_DE_ENTREVISTA.pdf	03/04/2018 00:14:03	JOSIANI NASCIMENTO DA SILVA	Aceito
Projeto Detalhado	PROJETO.pdf	02/04/2018	JOSIANI	Aceito

Endereço: Rua Teixeira, 455

Cidade: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Contratação do Parecer: 2.093.037

/ Brochura Investigador:	PROJETO.pdf	23:47:48	NASCIMENTO DA SILVA	Aceito
-----------------------------	-------------	----------	------------------------	--------

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MANAUS, 30 de Agosto de 2018

Assinado por:
Eliana Maria Pereira de Fonseca
(Coordenador)

Endereço: Rua Teixeira, 495
Bairro: Aclorópolis
UF: AM Município: MANAUS
Telefone: (02)3305-1181
CEP: 69.037-070
E-mail: ocp@ufam@gmail.com

18/08/2018 08:28